



## **ACADEMIA MILITAR**

### **O Emprego do Joint Terminal Attack Controller (JTAC) em operações de tropas especiais Estudo de Caso: Tropas Comando na República Centro Africana (RCA)**

**Aspirante de Infantaria João Francisco Paredes Rocha**

Trabalho de Investigação Aplicada

### **Mestrado Integrado em Ciências Militares na Especialidade de Infantaria**

Orientador: Tenente-Coronel de Administração Militar Doutor David Miguel Pascoal  
Rosado

Coorientadores: Tenente-Coronel de Engenharia Eletrotécnica António Manuel Lourenço  
Farinha  
Capitão Piloto Aviador Vasco Xavier Pinto da Silva Costa

#### **Júri**

Presidente: Professora Adjunta Olga Maria Oliveira Duarte  
Arguente: Tenente-Coronel de Infantaria Hélio Gonçalves da Silva  
Orientador: Tenente-Coronel de Administração Militar Doutor David Miguel Pascoal  
Rosado

Diretor de Curso: Tenente-Coronel de Infantaria Roberto Martins Mariano

**Junho de 2024**



## **ACADEMIA MILITAR**

### **O Emprego do Joint Terminal Attack Controller (JTAC) em operações de tropas especiais Estudo de Caso: Tropas Comando na República Centro Africana (RCA)**

**Aspirante de Infantaria João Francisco Paredes Rocha**

Trabalho de Investigação Aplicada

### **Mestrado Integrado em Ciências Militares na Especialidade de Infantaria**

Orientador: Tenente-Coronel de Administração Militar Doutor David Miguel Pascoal  
Rosado

Coorientadores: Tenente-Coronel de Engenharia Eletrotécnica António Manuel Lourenço  
Farinha

Capitão Piloto Aviador Vasco Xavier Pinto da Silva Costa

#### **Júri**

Presidente: Professora Adjunta Olga Maria Oliveira Duarte

Arguente: Tenente-Coronel de Infantaria Hélio Gonçalves da Silva

Orientador: Tenente-Coronel de Administração Militar Doutor David Miguel Pascoal  
Rosado

Diretor de Curso: Tenente-Coronel de Infantaria Roberto Martins Mariano

**Junho de 2024**

## EPÍGRAFE

*“The will to win, the desire to succeed, the urge to reach your full potential...  
These are the keys that will unlock the door to personal excellence.”*

*- Confucius*

## DEDICATÓRIA

A todos aqueles que me apoiaram ao longo deste meu percurso e que me ajudaram a concluir mais uma etapa na minha vida, mas principalmente a ti, avô Agostinho, que continuas a olhar por mim.

## AGRADECIMENTOS

O presente Trabalho de Investigação Aplicada é o fruto do empenho e da determinação de várias pessoas, que dispuseram do seu tempo pessoal para que este Relatório Científico fosse elaborado. Estas pessoas cujo contributo foi excecional, merecem todo o meu apreço e uma sincera palavra de agradecimento.

Para o Sr. Tenente-Coronel de Administração Militar David Miguel Pascoal Rosado dirijo a minha primeira palavra de agradecimento por se ter dignado a aceitar esta orientação prontamente, pela preocupação e ajuda que revelou desde muito cedo e que se manteve ao longo do trabalho, e que foram decisivas para a elaboração do mesmo.

Para o Sr. Tenente-Coronel de Engenharia Eletrotécnica António Manuel Lourenço Farinha e para o Sr. Capitão Piloto Aviador Vasco Xavier Pinto da Silva Costa expresso também uma palavra de agradecimento, por desde o início terem revelado uma extrema preocupação e um incansável apoio para me auxiliar em todos os momentos. Pela total disponibilidade que demonstraram e pela elevada sabedoria que foram cruciais na elaboração deste trabalho.

À direção do Curso de Infantaria, materializada nas pessoas do Sr. Tenente – Coronel de Infantaria “Comando” Roberto Mariano e do Sr. Capitão de Infantaria “Paraquedista” Pedro Barros Meneses, pela extrema preocupação demonstrada e pela incansável prontidão em ajudar que se revelaram essenciais e que se constituíram como um importante contributo.

A todos os oficiais do Exército e da Força Aérea, que contribuíram para a elaboração deste Trabalho de Investigação Aplicada, através da partilha das suas experiências no Teatro de Operações da República Centro-Africana.

Aos meus camaradas de curso, em especial ao curso de Infantaria que, apesar de todas as adversidades vividas todos juntos, em que a camaradagem e o espírito de corpo se revelaram, me acompanharam nesta jornada e que me apoiaram neste projeto.

Quero também agradecer à minha família e amigos, que fazem parte da minha vida, pelo incentivo e pela ajuda que revelaram ao longo desta minha etapa. De igual forma, resta-me agradecer à minha namorada, pela excelente pessoa que é e pelo seu apoio incondicional que demonstrou ao longo da elaboração deste trabalho. Obrigado pela tua paciência, motivação e compreensão e por estares sempre ao meu lado em todos os momentos.

A todos vós

Um imenso obrigado!

## RESUMO

Face às necessidades impostas pelas características do atual campo de batalha, independentemente da natureza do conflito, desde o combate convencional até às operações de manutenção de paz, tem-se verificado, ao longo dos anos, que existe a necessidade de cada vez mais executar operações conjuntas, onde forças de diferentes ramos das forças armadas, trabalham em apoio mútuo. Este tipo de operações está mais evidente na necessidade requerida pelas forças terrestres em se fazerem apoiar por meios aéreos. No entanto, para que tal aconteça, é necessário empregar um *Joint Terminal Attack Controller*, sendo-lhe incumbida a responsabilidade de integrar os meios aéreos em apoio à manobra terrestre, sempre de acordo com a intenção do comandante, e ajudando o mesmo no processo de tomada de decisão.

Assim, e de forma a delimitar um pouco a abrangência desta temática, visto que o *Joint Terminal Attack Controller* consegue ser empregue e adaptar-se a qualquer tipo de força, seja esta convencional ou não convencional, prestando o apoio necessário independentemente do tipo de operação terrestre, este trabalho de investigação tem como objetivo compreender o emprego do *Joint Terminal Attack Controller* nas diversas operações levadas a cabo pelas tropas Comando no Teatro de Operações da República Centro-Africana e como este pode levar ao sucesso das mesmas.

Para esta investigação foi adotada uma metodologia baseada no raciocínio indutivo, sendo que, no final da investigação é dada resposta às perguntas derivadas e de seguida à pergunta de partida. A recolha de dados para esta investigação foi essencialmente conduzida através de uma análise documental para a realização de uma revisão de literatura sistemática e também através da análise de dezasseis entrevistas semiestruturadas. Por conseguinte, esta investigação encontra-se dividida em duas partes, sendo a primeira parte composta pela sustentação teórica, onde é exposta a revisão da literatura e a segunda pelo enquadramento metodológico e pelo trabalho de campo.

Com o concluir da investigação, verificou-se que os meios e os métodos usados por estes elementos neste Teatro de Operações são os adequados e, aos olhos dos comandantes das diversas subunidades, destacadas para este teatro, o emprego do *Joint Terminal Attack Controller* nas operações das tropas Comando, é bem referenciado devido à elevada importância na coordenação do apoio aéreo. Também foi verificado que os *Joint Terminal Attack Controller* são essenciais para o sucesso das missões, embora enfrentem limitações

referentes aos meios aéreos da *Multidimensional Integrated Stabilization Mission in the Central African Republic*, inerentes à sua disponibilidade, escassez e restrições de utilização.

**Palavras – Chave:** Forças Nacionais Destacadas, *Joint Terminal Attack Controller*, MINUSCA, República Centro Africana, Tropas Comando.

## ABSTRACT

Faced with the needs imposed by the characteristics of the current battlefield, regardless of the nature of the conflict, from conventional combat to peacekeeping operations, over the years there has been an increasing need to carry out joint operations, where forces from different branches of the armed forces work in mutual support. This type of operation is most evident in the need for ground forces to be supported by air assets. However, for this to happen, it is necessary to employ a Joint Terminal Attack Controller, who is responsible for integrating air assets in support of ground maneuver, always in accordance with the commander's intentions and helping him in the decision-making process.

Therefore, in order to narrow down the scope of this subject a little, given that Joint Terminal Attack Controller can be used and adapted to any type of force, whether conventional or unconventional, providing the necessary support regardless of the type of ground operation, the aim of this research is to understand the use of Joint Terminal Attack Controller in the various operations carried out by commando troops in Central African Republic Theater of Operations and how it can lead to their success.

For this research, a methodology based on inductive reasoning was adopted, whereby, at the end of the research, the derived questions are answered and then the starting question is answered. Data collection for this research was essentially conducted through a documentary analysis to carry out a systematic literature review and also through the analysis of sixteen semi-structured interviews. This research is therefore divided into two parts: the first part consists of the theoretical framework, where the literature review is presented, and part two consists of the methodological framework and the fieldwork.

At the end of the research, it was found that the means and methods used by these elements in this Theater of Operations are adequate and, in the eyes of the commanders of the various subunits deployed to this theater, the use of Joint Terminal Attack Controller in the operations of the Commando troops is highlighted due to the high importance of coordinating air support. It was also found that the Joint Terminal Attack Controller is essential to the success of missions, although they face limitations with regard to *Multidimensional Integrated Stabilization Mission in the Central African Republic* air resources, inherent in their availability, scarcity and restrictions on use.

**Keywords:** Central African Republic, Commando Troops, Joint Terminal Attack Controller, MINUSCA, National Deployed Forces.

# ÍNDICE GERAL

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>PARTE I – SUSTENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	3
<b>CAPÍTULO 1. O TEATRO DE OPERAÇÕES (TO) DA REPÚBLICA CENTRO AFRICANA (RCA)</b> .....	3
1.1.    Enquadramento Histórico .....	3
1.2.    Enquadramento Geográfico, Social e Cultural .....	5
1.3.    RCA na Atualidade.....	6
1.4.    Ameaça bélica na RCA - Grupos Armados.....	8
1.5.    As Nações Unidas na RCA.....	9
1.5.1.    A MINUSCA .....	9
1.5.2.    O Contingente Português .....	10
1.5.3.    Tropas Comando.....	11
1.6.    Síntese Conclusiva.....	12
<b>CAPÍTULO 2. OPERAÇÕES AÉREAS CONJUNTAS</b> .....	14
2.1.    Enquadramento .....	14
2.2. <i>Counter-Surface Force Operations</i> .....	14
2.2.1. <i>Air Interdiction (AI)</i> .....	15
2.2.2. <i>Close Air Support (CAS)</i> .....	16
2.3. <i>Contribution to Joint Intelligence, Surveillance and Reconnaissance (CJISR)</i> 16	
2.4.    Síntese Conclusiva.....	17
<b>CAPÍTULO 3. APOIO AÉREO PRÓXIMO</b> .....	18
3.1.    Enquadramento .....	18
3.2.    Fundamentos do CAS .....	18

3.3.	Uso do CAS .....	19
3.4.	Condições de utilização do CAS .....	20
3.5.	Tactical Air Control Party (TACP) .....	22
3.6.	Joint Terminal Attack Controller (JTAC) .....	22
3.7.	Síntese Conclusiva.....	23
<b>CAPÍTULO 4. QRF PORTUGUESA.....</b>		<b>25</b>
4.1.	Constituição e organização.....	25
4.2.	Componente Terrestre .....	26
4.3.	Componente Aérea .....	27
4.4.	Emprego das Forças Comando.....	27
4.5.	Emprego do TACP .....	28
4.6.	Atuação do JTAC .....	29
4.7.	Síntese Conclusiva.....	30
<b>PARTE II – ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO E TRABALHO DE CAMPO</b> .....		<b>31</b>
<b>CAPÍTULO 5. METODOLOGIA, MÉTODOS E TÉCNICAS.....</b>		<b>31</b>
5.1.	Modelo de Análise.....	31
5.2.	Método de Abordagem da Investigação e Justificação .....	32
5.3.	Estratégia de Investigação .....	34
5.4.	Fontes e Técnicas de Recolha de Dados e Instrumentos de Investigação	34
5.5.	Análise Documental .....	35
5.6.	Procedimentos Formais e Éticos das Entrevistas .....	36
5.6.1.	Caracterização dos Entrevistados .....	37
<b>CAPÍTULO 6. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b> .....		<b>38</b>
6.1.	Enquadramento.....	38
6.2.	Identificação dos Entrevistados.....	38

6.3.	Análise dos Inquéritos por Entrevista.....	39
6.4.	Discussão dos resultados .....	46
<b>CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES .....</b>		<b>51</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>		<b>55</b>
<b>APÊNDICES .....</b>		<b>I</b>
<b>ANEXOS .....</b>		<b>XIX</b>

## INDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da República Centro – Africana.....	XIX
Figura 2 – Mapa das Forças Rebeldes .....	XIX
Figura 3 – Efetivos na MINUSCA em novembro 2023 .....	XX
Figura 4 – Países que mais contribuíram com militares e policias para a MINUSCA a novembro 2023 .....	XX
Figura 5 – Mapa das forças militares da MINUSCA na RCA .....	XXI
Figura 6 – Organograma da MINUSCA na RCA .....	XXII
Figura 7 – Organograma do Batalhão de Comandos.....	XXIII
Figura 8 – Organograma da QRF Portuguesa na RCA .....	XXIV

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Pergunta de Partida e Perguntas Derivadas .....	32
Quadro 2 – Objetivo Geral e Objetivos Específicos .....	32
Quadro 3 – Modelo de Análise.....	I
Quadro 4 – Entrevistados .....	III
Quadro 5 – Quadro de Análise do Discurso .....	VIII
Quadro 6 – Meios da QRF Portuguesa.....	XXV
Quadro 7 – Meios Aéreos da MINUSCA.....	XXVI
Quadro 8 – Meios dos JTAC .....	XXVI

## **LISTA DE APÊNDICES**

- Apêndice A – Modelo de Análise
- Apêndice B – Classificação dos Entrevistados
- Apêndice C – Declaração de Consentimento Informado
- Apêndice D – Guião da Entrevista
- Apêndice E – Quadro de Análise do Discurso

## **LISTA DE ANEXOS**

- Anexo A – Mapa da República Centro-Africana
- Anexo B – Mapa das Forças Rebeldes
- Anexo C – Efetivo da MINUSCA
- Anexo D – Países que contribuem para a MINUSCA
- Anexo E – Mapa da Componente Militar da MINUSCA
- Anexo F – Organograma da MINUSCA
- Anexo G – Organograma do Batalhão de Comandos
- Anexo H – Organograma da QRF Portuguesa
- Anexo I – Meios da QRF Portuguesa
- Anexo J – Meios aéreos da MINUSCA
- Anexo K – Meios dos JTAC

## LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMO

**3R** – *Return Reclamation Rehabilitation*

**ACM** – *Airspace Control Means*

**AJP** – *Allied Joint Publication*

**ALO** – *Air Liaison Officer*

**AM** – *Academia Militar*

**APA** – *American Psychological Association*

**APCLO** – *Air Power Contribution to Counter – Land Operation*

**APCMO** – *Air Power Contribution to Counter – Maritime Operation*

**ATO** – *Air Tasking Order*

**ATP** – *Allied Tactical Publication*

**AT** – *Air Transport*

**AAR** – *Air-to-Air Refuelling*

**BDA** – *Battle Damage Assessment*

**BCmds** – *Batalhão de Comandos*

**BrigRR** – *Brigada de Reação Rápida*

**CA** – *Comando Aéreo*

**CAS** – *Close Air Support*

**CASEVAC** – *Casualty Evacuation*

**CEME** – *Chefe de Estado Maior do Exército*

**CEMGFA** – *Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas*

**CFT** – *Comando das Forças Terrestres*

**CJISR** – *Contribution to Joint Intelligence, Surveillance and Reconnaissance*

**CPC** - *Coalition des Patriotes pour le Changement*

**CRO** – *Crisis Response Operations*

**CSDN** – *Concelho Superior de Defesa Nacional*

**CSNU** – *Concelho de Segurança das Nações Unidas*

**DCA** – *Defensive Counter-Air*

**DDRR** – *Desarmamento, Desmobilização, Reintegração e Repatriação*

**DT** – *Dynamic Targeting*

**DUE** - *Delegação da União Europeia*

**EME** – *Estado Maior do Exército*

**EMGFA** – Estado Maior General das Forças Armadas

**EOD** – *Explosive Ordnance Disposal*

**EUAM** – *European Union Advisory Mission*

**EUA** – Estados Unidos da América

**EUTM** – *European Union Training Mission*

**FACA** – Forças Armadas Centro-Africanas

**FAP** – Força Aérea Portuguesa

**FC** – *Force Commander*

**FND** – Força Nacional Destacada

**FPRC** – *Front Populaire pour la Renaissance de la Centrafrique*

**FSCM** – *Fire Support Coordination Measures*

**GabCEME** – Gabinete do Chefe de Estado Maior do Exército

**GPS** – *Global Positioning System*

**HFTT** – *Humanitarian Financing Task Team*

**HMMWV** – *High Mobility Multipurpose Wheeled Vehicle*

**ICV** – *Infantry Carrier Vehicle*

**ISR** – *Intelligence, Surveillance and Reconnaissance*

**JFACC** – *Joint Force Air Component Commander*

**JFC** – *Joint Force Commander*

**JFLCC** – *Joint Force Land Component Commander*

**JFSE** – *Joint Fire Support Element*

**JFS** – *Joint Fire Support*

**JISR** – *Joint Intelligence, Surveillance and Reconnaissance*

**JTAC** – *Joint Terminal Attack Controller*

**JPR** – *Joint Personnel Recovery*

**JP** – *Joint Publications*

**MCI** – Módulo Conjunto de Informações

**MEDEVAC** – *Medical Evacuation*

**MISCA** – *International Support Mission in the Central African Republic*

**MOB** – *Main Operating Base*

**MINUSCA** – *Multidimensional Integrated Stabilization Mission in the Central African Republic*

**NATO** – *North Atlantic Treaty Organization*

**NEP** – Norma de **E**xecução **P**ermanente  
**OCA** – *Offensive Counter-Air*  
**OE** – **O**bjetivo **E**specífico  
**OG** – **O**bjetivo **G**eral  
**OI** – **O**rganização **I**nternacional  
**ONU** – **O**rganização **d**as **N**ações **U**nidas  
**PDE** – **P**ublicação **D**outrinária do **E**xército  
**PD** – **P**ergunta **D**erivada  
**PP** – **P**ergunta de **P**artida  
**PRC** – **P**otencial **R**elativo de **C**ombate  
**PTL** – *Prioritized Target List*  
**QO** – **Q**uadro **O**rgânico  
**QRF** – *Quick Reaction Force*  
**RC** – *Route Clearance*  
**RCA** – **R**épublica **C**entro - **A**fricana  
**RCAAP** – **R**epositório **C**ientífico de **A**cesso **A**berto de **P**ortugal  
**ROE** – *Rules Of Engagement*  
**RWS** – *Remote Weapon Station*  
**SANT** – **S**istema **A**éreo **N**ão **T**ripulado  
**SEAD** – *Suppression of Enemy Air Defenses*  
**SRSG** – **R**epresentante **E**special do **S**ecretário-**G**eral  
**TACP** – *Tactical Air Control Party*  
**TIA** – **T**rabalho de **I**vestigação **A**plicada  
**TTP** – **T**écnicas, **T**áticas e **P**rocedimentos  
**UEC** – **U**nidade **E**scalão **C**ompanhia  
**UEP** – **U**nidade **E**scalão **P**elotão  
**UPC** – *Unité pour la Paix en Centrafrique*  
**VBR** – **V**iatura **B**lindada de **R**odas  
**VBTP** – **V**iatura **B**lindada de **T**ransporte de **P**essoal  
**VTLB** – **V**iatura **T**ática **L**igeira **B**lindada

## INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) surge no âmbito académico dos ciclos de estudos da Academia Militar (AM) referente ao Mestrado Integrado em Ciências Militares na especialidade de Infantaria, sendo este subordinado ao tema: “O Emprego do *Joint Terminal Attack Controller* (JTAC) em operações de tropas especiais - Estudo de Caso: Tropas Comando na República Centro Africana (RCA)”.

Com o evoluir das sociedades e das técnicas e tecnologias aplicadas na guerra, a utilização de apoio aéreo, feito maioritariamente por aeronaves de combate, tanto de asa móvel como de asa fixa, tem evoluído cada vez mais, como se pode verificar nos conflitos atuais. Por esse motivo, as unidades terrestres, que necessitam deste tipo de apoio de combate para a realização das suas tarefas, apoiam-se numa equipa multidisciplinar que é constituída por militares da Componente Aérea, normalmente designada como *Tactical Air Control Party* (TACP).

Devido ao seu elevado nível de prontidão, formação e treino operacional, as tropas especiais são as mais frequentemente chamadas às operações de combate. Face às circunstâncias dos conflitos atuais e inerente complexidade do combate, essas tropas fazem-se acompanhar por um JTAC nas suas ações, que é um elemento altamente qualificado que pertence à equipa TACP e que tem como responsabilidade primária o controlo de meios aéreos em missões de *Close Air Support* (CAS).

Face ao exposto, com esta investigação, pretende-se perceber a importância da aplicabilidade do JTAC em operações de tropas especiais, mais em concreto nas operações de tropas Comando no Teatro de Operações (TO) da República Centro Africana (RCA) e como este elemento vai determinar o sucesso da operação.

Desta forma, este tema traduz certa relevância no sentido em que, com a evolução da guerra, os pedidos de apoio aéreo próximo (CAS) tornaram-se, cada vez mais, uma realidade para as forças em TO mais exigentes. Desta forma, pretende-se desenvolver e aprofundar os meios e métodos de emprego e as Técnicas, Táticas e Procedimentos (TTP) utilizados por estes elementos que acompanham forças militares especializadas em combate nos TO mais críticos da atualidade e de que forma este emprego contribui para o sucesso da missão.

Assim sendo, tendo em conta a temática apresentada, foi desenvolvida uma pergunta de partida (PP) que, de acordo com Rosado (2017), é segundo esta que a investigação é ditada, estando a mesma relacionada com o título e com o tema do estudo em questão. Assim,

a **PP** é a seguinte: **No TO da RCA, de que forma é que o JTAC atua para prestar o devido apoio às forças e assim garantir o sucesso das operações?** Em conjunto com a elaboração da PP, foram elaborados os objetivos de investigação. Este TIA tem como Objetivo Geral (**OG**) **Compreender o emprego do JTAC nas diversas operações levadas a cabo pelas tropas Comando no TO da RCA e como este pode levar ao sucesso das mesmas.** Assim, os Objetivos Específicos (OE) são:

- **OE1:** Caracterizar os meios e métodos de atuação de um JTAC e compreender como estes são empregues neste TO;
- **OE2:** Analisar se existe necessidade por parte dos comandantes das Forças Nacionais Destacadas (FND) em empregar estes elementos na força de manobra e se os mesmos valorizam a integração dos JTAC para o cumprimento da missão;
- **OE3:** Compreender as potencialidades e limitações de um JTAC integrado numa FND na RCA e quais as suas valências neste TO.

É de salientar que esta investigação se constitui como um incremento relativamente a outros trabalhos relacionados com o emprego destes militares da componente aérea que coordenam os meios aéreos em apoio à manobra terrestre. Isto deve-se ao facto de que, apesar de estes elementos serem bastante versáteis, e, por isso, capazes de se adaptarem a qualquer tipo de força e unidade, existem poucas investigações referentes ao emprego dos JTAC em operações de apoio à paz e integrados em forças não convencionais.

Para a elaboração deste trabalho foi utilizada a Norma de execução Permanente (NEP) 522/1.<sup>a</sup> de 20 de janeiro de 2016 que regula os trabalhos de investigação da AM e relativamente às referências bibliográficas utilizadas durante a investigação, estas encontram-se conforme as normas *American Psychological Association (APA) 7th Edition*.

De forma a alcançar os objetivos de investigação identificados, este TIA encontra-se estruturado em duas partes, a Parte I – Sustentação Teórica, e a Parte II – Enquadramento Metodológico e Trabalho de Campo, resultando num total de seis capítulos. Relativamente à primeira parte, esta é constituída por uma revisão sistemática da literatura dividida em quatro capítulos, onde inicialmente é feito um enquadramento histórico até à atualidade sobre o caso de estudo em questão, e, de seguida, são expostas as tipologias de operações aéreas conjuntas e capacidades dos JTAC, segundo doutrinas internacionais, fazendo a relação com a intervenção portuguesa neste TO. Relativamente à segunda parte, esta está dividida em dois capítulos. O primeiro capítulo desta parte, remete para a metodologia de investigação utilizada neste trabalho e o segundo capítulo está alicerçado na análise dos resultados obtidos nas dezasseis entrevistas realizadas e na discussão dos mesmos.

## PARTE I – SUSTENTAÇÃO TEÓRICA

### CAPÍTULO 1. O TEATRO DE OPERAÇÕES (TO) DA REPÚBLICA CENTRO AFRICANA (RCA)

#### 1.1. Enquadramento Histórico

Outrora, uma colônia francesa, a RCA, era denominada por *Ubungui-chari* e integrava a África Equatorial Francesa, desde 1905 até à sua independência a 14 de agosto de 1960, quando David Dacko foi nomeado como chefe provisório da RCA (Boas, 2014). Porém, segundo Lombard (2016), este acontecimento não revelou grandes mudanças para o país. De acordo com Morrison (2016), “David Dacko foi deposto em 1966 por Jean-Bédél Bokassa, que viria mais tarde a proclamar-se Imperador do país. Em 1976 Bokassa chegou mesmo a mudar o nome do país para Império Centro Africano, denominando-se Imperador Bokassa I. O governo francês viria posteriormente a auxiliar a deposição de Bokassa e a proclamação do antigo presidente David Dacko”.

Após anos de instabilidade política, a RCA experienciou uma transferência democrática em 1993, através de eleições organizadas pelas Nações Unidas, resultando na ascensão ao poder de Felix Patasse, apoiado pela França. No entanto, no país continuou a verificar-se a insurgência de rebeliões lideradas por grupos armados e líderes regionais, que procuravam a obtenção do poder, o que culminou em dois golpes de estado bem-sucedidos (Lombard, 2016).

O primeiro golpe ocorreu em 2003 e foi liderado por François Bozizé, que depôs Felix Patasse. Embora Bozizé tenha vencido as eleições de 2005, foi indiciado por corrupção, repressão e instabilidade (Boas, 2014). Apesar do apoio dos países vizinhos e da França, o governo de Bozizé ficou caracterizado pelas eleições fraudulentas, corrupção e despotismo, contribuindo para uma contínua instabilidade do país (Campos, Santos, Vieira, & Silva, 2016). Devido a esta instabilidade, houve um aumento das rebeliões, principalmente nas áreas rurais no norte do país sendo que as forças de segurança da RCA, intervenientes nos conflitos, foram acusadas de várias violações dos direitos humanos. Estes conflitos levaram à conquista de cidades por parte dos revoltosos, sendo que, de seguida, estas foram reconquistadas pelas Forças Armadas Centro-Africanas (FACA) com a ajuda de França (Campos et al. 2016). Para colmatar os acontecimentos dos últimos anos, segundo Morrison

(2016), nas eleições de 2011, o governo de Bozizé corrompe as mesmas, de forma a permanecer no poder, aumentando ainda mais a instabilidade política e a insegurança.

Por conseguinte, em 2013, ocorre o segundo golpe de estado, orquestrado pelo grupo rebelde Séléka<sup>1</sup> que ocupou a capital, Bangui, depôs François Bozizé e colocou Michel Djotodia no cargo de presidente (Boas, 2014). Segundo Lombard (2016), no final de março de 2013, as FACA foram dissolvidas. Nesse período, o controlo local estava assegurado pelos comandantes Séléka, que governavam diferentes regiões e cidades. Contudo, devido à falta de experiência e hierarquia destes comandantes, a insatisfação da população tornou-se generalizada. Como resultado, surgiram diversos grupos em oposição aos Séléka, conhecidos como anti-Balaka, sendo que estes já tinham um certo nível de organização e foram criados para proteger as comunidades locais.

Segundo Campos et al. (2016), as milícias anti-Balaka eram constituídas essencialmente por membros de comunidades cristãs, sendo o grupo rebelde, a que se opunham, era de maioria muçulmana, criando assim um conflito étnico e religioso onde a população civil também estava envolvida. Por esse motivo, estas duas comunidades, que outrora viviam pacificamente, passaram a viver em grande conflito, fazendo com que o país mergulhasse num caos total, dando origem a dezenas de milhares de refugiados, assassinatos, torturas e destruição de locais de culto. Estes incidentes foram mais evidenciados na capital Bangui, no nordeste do país e nas regiões com mais densidade étnica e locais de concentração de poder.

Este conflito levou a que o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), a 5 de dezembro de 2013, através da Resolução 2127<sup>2</sup>, aprovasse a criação de uma missão de paz da União Africana intitulada de *International Support Mission to the Central African Republic* (MISCA), com o intuito de restaurar a ordem do país (Campos et al. 2016; UNIRC, 2020).

Segundo o estabelecido na aprovação da resolução, a MISCA tinha um mandato de 12 meses. No entanto, de acordo com Campos et al. (2016), mesmo com o acréscimo de 1 600 militares franceses a esta missão, no início de janeiro de 2014 já tinham sido confirmadas mais de mil mortes. Com a elevada conflitualidade no terreno e o elevado número de baixas,

---

<sup>1</sup> O grupo Séléka é um grupo rebelde que apareceu na RCA em 2006, constituído essencialmente por indivíduos de etnia muçulmana, liderado por Michel Djotodia. O aparecimento deste grupo rebelde está relacionado com questões étnicas, regionais e frustrações com o governo de Bozizé, devido à sua corrupção. Nas suas áreas de atuação, o grupo passou a controlar alfândegas e concessões de exploração de recursos naturais como diamantes, madeira e campos de petróleo (Boas, 2014).

<sup>2</sup>Resolução do CSNU 2127 de 5 de dezembro de 2013 disponível em: <http://unscr.com/en/resolutions/doc/2127>.

“o presidente da RCA passou a ser extremamente pressionado internacionalmente para renunciar ao seu mandato, que terminaria em 2016” (Campos et al. 2016), demitindo-se a 10 de janeiro de 2014, sendo eleita presidente Catherine Samba-Panza. Pouco tempo após a sua tomada de posse, o CSNU autorizou o envio de mais uma força da União Europeia (UE) para apoiar as forças da MISCA e evitar que o conflito se tornasse num genocídio.

A 10 de abril de 2014, com recurso à resolução 2149<sup>3</sup>, foi aprovado o estabelecimento de uma operação de paz, a *Multidimensional Integrated Stabilization Mission in the Central African Republic* (MINUSCA) Campos et al. 2016; UNIRC, 2020), sendo que a 15 de setembro de 2014, a MISCA transferiu a sua autoridade para a MINUSCA (ONU, 2023).

## 1.2. Enquadramento Geográfico, Social e Cultural

Geograficamente, a RCA é um país que está localizado no centro do continente africano, com um tamanho aproximado ao da França. Faz fronteira a Norte com o Chade, com o Sudão e Sudão do Sul a Este, com a República Democrática do Congo e República do Congo a Sul e com os Camarões a Oeste. A capital Bangui, está situada no limite sul, junto ao rio Ubangi, afluente do rio Congo (*Encyclopedia Britannica*, 2018)<sup>4</sup>.

De acordo com a CIA (2024), a RCA apresenta aproximadamente 5,65 milhões de habitantes e um território de 622.984 km<sup>2</sup> com 5 920 km de fronteiras terrestres, que, por sua vez, por não apresentar qualquer zona costeira, não possui território marítimo. As zonas mais populosas são as zonas ocidentais e centrais do país e, maioritariamente, a capital. A língua oficial é o francês e o sango, contudo ainda existem outros dialetos tribais que são bastante usados pela população.

Segundo a *Humanitarian Financing Task Team* (HFTT, 2019), este país possui um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) bastante reduzido, sendo que se revela como um dos países menos desenvolvidos do mundo. Por ser um país bastante pobre, este vive essencialmente do setor primário, pois o território é bastante fértil e abundante em recursos hídricos permitindo um aproveitamento substancial da agricultura. A RCA é bastante abundante em recursos minerais tais como os diamantes e, em quantidades mais reduzidas, ouro, urânio, minério de ferro, cobre e manganês, que representam quase metade das receitas totais de exportação do país. (*Encyclopedia Britannica*, 2018). Antes do conflito, a RCA dependia também da indústria extrativa de madeira, de metais preciosos e das culturas de

---

<sup>3</sup> Resolução do CSNU 2149 de 10 de abril de 2014 disponível em: <https://minusca.unmissions.org/sites/default/files/n1429581.pdf>.

<sup>4</sup> Ver Anexo A – Mapa da República Centro – Africana.

rendimentos, como o do café e do algodão, sendo que, agora, estes setores se encontram em declínio (HFTT, 2019).

Desde 1960, ano da sua independência, que a economia da RCA, tem sido afetada devido à instabilidade política e conflitualidade social. Anexada a esta situação do país, está uma gestão macroeconómica e uma fraca governação, que impediram o desenvolvimento de uma rede diversificada de recursos naturais, que levou o país a um declínio e deterioração do seu desempenho económico e social (Ghura & Mercereau, 2005).

Segundo CIA (2024), relativamente às crenças religiosas, a RCA está dividida em várias comunidades religiosas, sendo que 73,2% são cristãos, dos quais 34,6% são católicos romanos, 15,7% são protestantes e 22,9% são outros cristãos, 22,9% são muçulmanos, 12% religiosos étnicos e os restantes são ateus”.

### **1.3. RCA na Atualidade**

Em 2013, as FACA entraram em decadência, sendo que até ao momento se encontram num processo de regeneração, constatando-se que esta organização ainda se encontra pouco estruturada, com quadros orgânicos mal definidos e falta de meios e pessoal<sup>5</sup> (McGrew, 2016). Segundo Mouta, Correia, Balula, Viana e Neves (2018, p. 26) adaptado da entrevista de Figueira (2018), “as FACA são constituídas, em parte, por elementos do grupo armado anti-Balaka, que utilizam meios e armamento das FACA, sem o consentimento do Governo, para ações próprias”.

Relativamente às forças de segurança da RCA, nomeadamente a polícia de cariz militar e a polícia nacional, estas não possuem meios nem pessoal para cumprirem a sua missão numa tão vasta extensão territorial. Face a esta realidade, desde 2014, a Organização das Nações Unidas (ONU) fornece meios, equipamentos e paga remunerações a elementos destas forças de segurança, o mínimo para que estas consigam desempenhar as suas funções básicas (McGrew, 2016). Apesar desta ajuda por parte das Nações Unidas, estas forças de segurança são muitas vezes confundidas com os grupos rebeldes, devido à disparidade de uniformes dos mesmos. Para colmatar a remuneração baixa, estas forças aproveitam o seu estatuto de forças de segurança para extorquir dinheiro à população civil (Mouta et al. 2018, adaptado de Figueira, 2018).

Como já foi referido anteriormente, devido a estas ondas de conflitualidade e insegurança, estão presentes neste país várias Organizações Internacionais (OI), como a

---

<sup>5</sup> O efetivo das FACA ronda entre os 7 000 e os 8 000 militares (McGrew, 2016, p. 10).

missão MINUSCA da ONU, implementada a 10 de abril de 2014 pelo Conselho de Segurança (ONU, 2018), bem como a Delegação da União Europeia (DUE<sup>6</sup>) em Bangui e a missão Consultiva da União Europeia (*European Union Advisory Mission - EUAM*<sup>7</sup>) (EEAS, 2021).

No entanto, foi necessário mais ajuda e, a 8 de outubro de 2015, a Chefe do Estado de Transição da RCA, Catherine Samba-Panza, convidou a UE a apoiar as FACA através de um reforço à formação operacional em plena colaboração com a MINUSCA (EEAS, 2021). Assim, atendendo a este pedido, “a 14 de março de 2016, o Conselho aprovou o Conceito de Gestão de Crises relativo a uma possível Missão de Formação Militar da UE na República Centro-Africana (*European Union Training Mission - EUTM RCA*<sup>8</sup>), a fim de contribuir para a reforma do setor da defesa do país. Posteriormente, em 19 de abril de 2016, o Conselho decidiu formalmente criar a EUTM RCA com vista ao seu início em julho de 2016” (EEAS, 2021).

Em estreita coordenação e complementaridade com a MINUSCA, a EUTM RCA apoia o governo da RCA na implementação da Reforma do Setor de Segurança, prestando assistência às FACA, com o objetivo de as tornar numas forças armadas mais modernizadas, eficazes, etnicamente equilibradas e democraticamente responsáveis. A Missão concentrará a sua ação nas zonas de Bangui e Bouar (EEAS, 2021).

Desde julho de 2016 que a EUTM-RCA contribui para a formação de subunidades das FACA e dos seus líderes, bem como de novos recrutas perfazendo um total de 9 500 militares. O treino operacional foi ministrado a seis batalhões operacionais, sendo cinco deles batalhões territoriais de infantaria e um batalhão anfíbio. A EUTM-RCA procedeu, ainda, à validação e certificação de pessoal das FACA (EEAS, 2021).

---

<sup>6</sup> A DUE na RCA, representa oficialmente a União Europeia no país. Presente desde 1957, a representação da UE na RCA tornou-se, com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa em dezembro de 2009 e a criação do Serviço Europeu para a Acção Externa (SEAE), numa missão diplomática totalmente acreditada de acordo com a Convenção de Viena. A Delegação é atualmente chefiada pelo Embaixador Douglas Darius Carpenter (EEAS, 2021).

<sup>7</sup> EUAM RCA foi criada em dezembro de 2019 pelo Conselho Europeu sendo então destacada em julho de 2020 em Bangui. O núcleo do mandato da Missão é fornecer aconselhamento estratégico ao Ministério do Interior e Segurança Pública da RCA e às Forças de Segurança Interna. Assim, a Missão consiste em apoiar o funcionamento de fornecedores de segurança coerentes e responsáveis, sob plena propriedade nacional, a fim de melhorar a situação de segurança da população, contribuir para o desenvolvimento do país e alcançar uma paz sustentável (EEAS, 2021).

<sup>8</sup> A EUTM-RCA contribui para a reforma do setor da defesa da RCA no âmbito do setor da segurança, em estreita coordenação com outras missões de apoio internacionais, como a Delegação da UE em Bangui, a MINUSCA e a EUAM. A missão apoia as autoridades centro-africanas e está envolvida em três domínios: aconselhamento estratégico, formação operacional e educação (EEAS, 2021).

#### 1.4. Ameaça bélica na RCA - Grupos Armados

Na RCA existem duas comunidades distintas, diferenciadas essencialmente pela sua religião, que, outrora, antes do conflito, viviam pacificamente em comunidade. De etnia muçulmana existiam os Séleka e de etnia cristã, os anti-Balaka (Campos et al. 2016). Com o escalar dos conflitos e com a instabilidade política a aumentar cada vez mais, a RCA tornou-se num país vulnerável à criação de milícias e grupos armados (Isaacs-Martin, 2016).

Atualmente, a maior organização rebelde do país é a *Coalition des patriotes pour le Changement* (CPC), que é uma coligação constituída pelos grupos armados mais poderosos do país, que se uniram em dezembro de 2020, em vésperas de eleições, para derrubar o governo. A CPC é constituída pelo grupo *Front populaire pour la renaissance de la Centrafrique* (FPRC<sup>9</sup>), pelo *Mouvement Retour, Réclamation et Réhabilitation* (3R<sup>10</sup>), pelo *Unité pour la paix en Centrafrique* (UPC<sup>11</sup>), pelo *Mouvement patriotique pour la Centrafrique* (MPC<sup>12</sup>) e pelas duas principais fações anti-balaka do país, os *Mokom* e os *Ngaissona* (Mondafrique, 2024).

O principal líder da CPC e seu criador, é o antigo presidente Centro-Africano François Bozizé, que conta com a ajuda dos dois senhores da guerra mais poderosos do país, nomeadamente Nourredine Adam, líder do grupo armado FPRC, e Ali Darassa, líder do grupo rebelde UPC (Mondafrique, 2024). A partir do final do ano de 2022, a CPC tem vindo a reestruturar-se a nível organizacional e a intensificar os ataques contra as forças governamentais. Tem vindo também a inovar as suas técnicas de atuação, utilizando métodos nunca antes relatados na RCA, como por exemplo a utilização de drones para atacar bases militares. Apesar desta coligação possuir uma estrutura unificada, oferece grande margem de manobra aos grupos rebeldes que a constituem, para estes efetuarem os seus ataques<sup>13</sup> (Mondafrique, 2024).

---

<sup>9</sup> O grupo rebelde FPRC está presente no nordeste do país (Vakaga, Bamingui, Haute-Kotto), a FPRC tem hoje Nourredine Adam como principal líder. Seus números são estimados em menos de 3.000 homens (Mondafrique, 2024).

<sup>10</sup> O grupo 3R está presente no noroeste do país (Nana-Mambere, Ouham-Pende, Ouham-Fafa, Lim-Pende) e é liderado por Sembé Bobbo. Este grupo rebelde ultrapassa os 3000 elementos e é um dos grupos mais ativos do país, com ataques lançados com muita regularidade (Mondafrique, 2024).

<sup>11</sup> O grupo UPC está principalmente ativa no centro e sudeste da RCA. É liderada por Ali Darassa que também é líder militar da CPC. A UPC é um dos grupos mais poderosos do país, devido ao seu efetivo de vários milhares de homens, ao seu armamento e à eficácia do seu comando militar (Mondafrique, 2024).

<sup>12</sup> O MPC criado em 2015 e está presente no centro e norte do país sendo o seu principal líder Mahamat al-Khatim. Atualmente, este grupo encontra-se a passar por uma crise devido a rivalidades internas. Este grupo possui um efetivo de cerca de 1.000 homens (Mondafrique, 2024).

<sup>13</sup> Ver Anexo B – Mapa das Forças Rebeldes.

Estes grupos armados, existentes neste país, são caracterizados por organizarem ataques diretos a comunidades, dos quais resultam atrocidades como assassinatos, mutilações, incluindo a de órgãos genitais, violência sexual, rapto, tortura, pilhagem e incêndios provocados a vilas, lojas e locais de culto. Estas milícias também são caracterizadas por taxarem impostos e extorquirem dinheiro à população em troca de proteção (Barbelet, 2015).

## **1.5. As Nações Unidas na RCA**

### **1.5.1. A MINUSCA**

O CSNU, preocupado com a crise de segurança, humanitária, de direitos humanos e política, na República Centro-Africana e as suas implicações regionais (ONU, 2023), a 10 de abril de 2014, através da resolução 2149, autorizou o envio de uma operação multidimensional de manutenção da paz das Nações Unidas – MINUSCA – sendo a prioridade máxima a proteção dos civis (Ferrão et al, 2020, p.17). As suas outras tarefas iniciais incluíam o apoio ao processo de transição, facilitar a assistência humanitária, promoção e proteção dos direitos humanos, apoio à justiça e ao Estado de direito, e processos de desarmamento, desmobilização, reintegração e repatriação (DDRR) (ONU, 2023). Segundo Ferrão et al. (2020, p. 17), a MINUSCA foi implementada “para responder ao agravar da situação humanitária, resultado de uma crise política e social que persistia em se prolongar no tempo”. Em método de comparação, a MINUSCA, comparativamente à MISCA, possuía mais efetivos no terreno, maior sustentação logística através de meios como aviões e helicópteros e possuía uma componente civil mais alargada (Barbelet, 2015).

Atualmente, a ONU é a maior OI presente no território da RCA, representada através da MINUSCA. Esta missão já conta com a ajuda de mais de 18 000 elementos dos quais mais de 17 000 são militares e polícias<sup>14</sup>, sendo que os países que mais têm contribuído para ajudar a RCA através da MINUSCA são essencialmente países africanos<sup>15</sup> (ONU, 2023).

Como estabelecido no mandato da MINUSCA (ONU, 2018), no território da RCA são delineadas várias tarefas prioritárias. Estas incluem a proteção da população civil que esteja sob ameaça de violência física, em coordenação com as autoridades centro-africanas, a equipa nacional das Nações Unidas, as agências de ajuda humanitária e de direitos

---

<sup>14</sup> Ver Anexo C – Efetivo da MINUSCA.

<sup>15</sup> Ver Anexo D – Países que contribuem para a MINUSCA.

humanos e outros parceiros interessados. Além disso, inclui também o fornecimento de proteção e assistência específicas às mulheres e crianças afetadas por conflitos armados, e apoia a implementação do comunicado conjunto das Nações Unidas e do governo centro-africano, destinado a prevenir e combater a violência sexual em tempos de conflito. Outras tarefas incumbidas a esta OI, incluem a ajuda na entrega imediata, completa, segura e sem entraves de ajuda humanitária, proteger o pessoal, as instalações, o equipamento e a propriedade das Nações Unidas, garantir a segurança e a liberdade de circulação do pessoal das Nações Unidas e do pessoal associado, promover e proteger os direitos humanos, reformar o setor da segurança e ajudar no DDRR.

O chefe da MINUSCA é um Representante Especial do Secretário-Geral<sup>16</sup> (SRSG) das Nações Unidas e, em termos de estrutura e organização, a MINUSCA está dividida em duas componentes, a militar e a civil. Relativamente à componente militar, quem se encontra sob comando direto do SRSG é o *Force Commander* (FC)<sup>17</sup> (ONU, 2023) que, por sua vez, possui uma força de reserva onde o contingente português se insere, constituindo-se como uma *Quick Reaction Force* (QRF)<sup>18</sup>.

### **1.5.2. O Contingente Português**

Como membro da ONU, Portugal tem a necessidade de satisfazer os compromissos internacionais aos quais se designou no âmbito militar, mais especificamente através de missões de carácter humanitário, de manutenção de paz, e no apoio à reconstrução de estados. Assim, e atendendo à solicitação de apoio por parte da França aos países da UE, o Conselho Superior da Defesa Nacional (CSDN) deu um parecer positivo à participação de Portugal na MINUSCA (EMGFA, 2020), passando a contribuir para a componente militar da missão com uma força de escalão Companhia, que constitui uma das QRF, que se encontra na dependência direta do FC (Ferrão et al. 2020, p. 19).

Neste sentido, Portugal integra a MINUSCA através de uma força de manobra com o intuito de ser uma força de reação imediata, sendo o Exército Português o responsável pelo seu aprontamento, projeção, sustentação e retração para o TO da RCA (EME, 2016).

---

<sup>16</sup> Atualmente a SRSG é a Valentine Rugwabiza que foi nomeada para o cargo de chefe da MINUSCA em 23 de fevereiro de 2022, pelo Secretário General da ONU, Sr. António Guterres (ONU, 2023).

<sup>17</sup> Atualmente o militar a desempenhar as funções de FC da MINUSCA é Tenente-General Humphrey Nyone. Foi nomeado para o atual cargo a 15 de maio de 2023 pelo Secretário General da ONU, Sr. António Guterres (ONU, 2023).

<sup>18</sup> Ver Anexo E – Mapa da Componente Militar da MINUSCA e Anexo F – Organograma da MINUSCA.

Esta FND para a RCA tem como principais capacidades (GabCEME, 2019), a execução de Patrulhas de Segurança, efetuar operações de vigilância e de recolha de informações, efetuar reconhecimentos na Área de Operações, efetuar a proteção de civis, proteger infraestruturas ou áreas sensíveis, proteger entidades ou outras forças, efetuar Operações de Cerco e Busca, dirigir a ação de helicópteros de ataque, executar operações de extração/resgate quando autorizado e efetuar atividades de coordenação com entidades civis.

As FND portuguesas destacadas para o TO da RCA cumprem um ciclo de rotação de 6 meses no TO (EME, 2016), alternando sempre a unidade aprontadora e a UEC entre as Tropas Comando e as Tropas Paraquedistas, sendo que, desde 2017<sup>19</sup>, até à data, o Exército Português já destacou 15 FND para a RCA.

### **1.5.3. Tropas Comando**

As Forças Comando estão integradas no Batalhão de Comandos (BCmds) que, de acordo com os Quadros Orgânicos em vigor atualmente, segundo a estrutura operacional do Exército, está na dependência hierárquica da Brigada de Reação Rápida (BrigRR). O BCmds tem como missão preparar-se “para executar operações em todo o espectro das operações militares, no âmbito nacional ou internacional, de acordo com a sua natureza” (EME, 2017, p. 3).

De acordo com a sua componente operacional, a tipologia de forças do BCmds insere-se nas “Forças Ligeiras” contribuindo para: “projetar e empenhar, de forma sustentada e contínua, forças de escalão Batalhão de elevada prontidão aptas a operar em todo o espectro de missões e cenários, orientando-as prioritariamente para situações que requeiram forças ligeiras de reação rápida capazes de participarem em Operações de Resposta a Crises (*Crisis Response Operations* - CRO), bem como no combate ao terrorismo e ao crime organizado” (EME, 2017, p. 5). Assim, o BCmds foi criado com o intuito de proporcionar unidades de primeira intervenção do Exército, capazes de conduzir e participar em todo o tipo de operações militares e intervir em qualquer TO, mesmo em situações de alto risco (Cancelinha, 2015).

Deste modo, ao nível do seu emprego operacional, o BCmds, de acordo com o Quadro Orgânico nº 09.02.05 (EME, 2017), é capaz de conduzir operações de combate, de natureza eminentemente ofensiva, de forma independente ou em apoio de outras forças, executar operações ofensivas em território controlado pelo inimigo, participar na defesa de pontos

---

<sup>19</sup> Setembro de 2017 foi a data em que a 1ª FND/RCA foi projetada para o TO.

sensíveis, participar como força de intervenção perante a ameaça de tropas especiais inimigas, guerrilhas ou terroristas e executar ações de nomadização (busca e ataque) em ambiente de contrainsurgência. É também capaz de participar em operações aeromóveis, aerotransportadas (aterragem de assalto) e anfíbias, participar em operações de resposta a crises, com prioridade para as operações de imposição da paz e na evacuação de cidadãos nacionais a viver fora do território nacional, em ambiente incerto e hostil, participar em operações de estabilização e de apoio civil. Sendo uma tropa especial, pode constituir-se como unidade de intervenção imediata em qualquer TO, executar operações em ambientes específicos (áreas edificadas, floresta/selva, deserto, montanha, condições de visibilidade limitada, bem como calor e frio extremos), conduzir operações em apoio a forças da componente de operações especiais, executar operações de proteção da força (*Force Protection Operations*) e executar operações de cerco e busca (*Cordon and Search*).

O BCmds é composto pelo seu Comando e Estado Maior e pelas suas subunidades de manobra e apoio. O BCmds possui três UEC em que cada uma é composta pelo seu grupo de comando, por quatro grupos de combate (UEP) e por uma secção de transmissões. Possui também, como unidade de apoio, uma Companhia de Comando e Apoio<sup>20</sup> (EME, 2017).

## **1.6. Síntese Conclusiva**

A RCA é um país situado no centro do continente africano, que outrora foi uma colónia francesa e que, após a sua independência, se viu a braços com problemas de segurança que afetaram a sua população. Este país foi governado durante muito tempo com base na corrupção, criando uma grande instabilidade em todo o território, o que levou a dois golpes de estado bem-sucedidos (Lombard, 2016). A RCA, apesar de ser um país bastante deficitário, possui alguns recursos naturais, como metais preciosos, o que, adicionado à instabilidade e insegurança sentidas no país, deu origem à criação de grupos rebeldes que tinham o intuito de conquistar terras e poderio. Estes grupos rebeldes também tinham ideologias religiosas distintas sendo que, enquanto no passado estas comunidades viviam pacificamente, agora vivem num conflito étnico e religioso (Campos et al. 2016).

Este conflito levou a vários eventos que violaram os direitos humanos da população da RCA, alertando várias OI para o que estava a acontecer no país. Tudo isto levou a que finalmente o CSNU, a 10 de abril de 2014, com recurso à resolução 2149, aprovasse o

---

<sup>20</sup> Ver Anexo G - Organograma do Batalhão de Comandos.

estabelecimento de uma operação de paz, a MINUSCA (Campos et al. 2016), sendo a sua prioridade máxima a proteção dos civis.

Subordinada à componente militar desta missão levada a cabo pela ONU, a força militar dos capacetes azuis, cujo FC é o Tenente-General Humphrey Nyone, possui uma unidade de manobra formada por militares portugueses que se constitui como uma QRF da MINUSCA, sendo responsabilidade do Exército português aprontar, projetar, sustentar e retrain esta força nacional projetada para este TO (EME, 2016). As FND destacadas para a RCA têm um ciclo de rotatividade de seis meses, alternando entre as tropas Paraquedistas e as Tropas Comando.

## CAPÍTULO 2. OPERAÇÕES AÉREAS CONJUNTAS

### 2.1. Enquadramento

Segundo a doutrina da *North Atlantic Treaty Organization* (NATO), a AJP-3.3 (2016) refere que, as operações aéreas conjuntas dividem-se em cinco grupos utilizados para alcançar objetivos estratégicos, operacionais e táticos. Estes grupos são: *Counter-Air*, *Attack*, *Air Mobility*, *Contribution to Joint Intelligence, Surveillance and Reconnaissance* (CJISR) e por fim *Support to Joint Personnel Recovery* (JPR).

Por conseguinte, a estes grupos ligam-se diferentes tipologias de operações. O grupo *Counter-Air* está associado às Operações de luta aérea, que, por sua vez podem ser operações de luta aérea ofensiva (*Offensive Counter-Air - OCA*) ou operações de luta aérea defensiva (*Defensive Counter-Air – DCA*). Ao segundo grupo (*Attack*) estão associadas as operações aéreas estratégicas (*Strategic Attack operations*) e as Operações aéreas contra forças de superfície (*Counter-surface Force Operations*). À *Air Mobility* são atribuídas as operações de transporte aéreo (*Air Transport – AT*) e de reabastecimento aéreo (*Air-to-Air Refuelling – AAR*). À CJISR estão associadas operações de recolha de informações (*Intelligence*), operações de vigilância (*Surveillance*) e operações de reconhecimento (*Reconnaissance*) e por fim, as operações JPR, que se baseiam na recuperação e reintegração de pessoal militar ou civil que se encontrava separado da sua força ou organização.

De seguida vai-se aprofundar o *Air Power Contribution to Counter-Land Operations* (APCLO) que se encontra dentro das *Counter-surface Force Operations* (que engloba também o *Air Power Contribution to Counter-Maritime Operations – APCMO*) e o CJISR, visto que são as missões que mais têm o contributo do JTAC no TO da RCA.

### 2.2. *Counter-Surface Force Operations*

De acordo com a doutrina NATO, AJP-3.3 (2016, p. 26), as operações aéreas contra forças à superfície compreendem duas tipologias distintas, nomeadamente APCLO e APCMO e são conduzidas para:

- Derrotar as forças inimigas no terreno;
- Destruir as suas infraestruturas de apoio;
- Gerar efeitos psicológicos para abalar a sua coesão ou vontade de lutar.

A forma como estas operações são conduzidas depende da estratégia global da operação conjunta e das circunstâncias específicas do conflito; tais fatores incluem o dispositivo adotado pelo inimigo, a fase da operação em que se encontra, se o combate à superfície também está a ocorrer, o grau de controlo do ar e a necessidade de apoiar, ou ser apoiado, por forças à superfície.

O APCLO geralmente envolve dois tipos de missão: *Air Interdiction* (AI) e CAS (AJP-3.3, 2016).

### **2.2.1. *Air Interdiction* (AI)**

Segundo o AJP-3.3 (2016, p. 26) o AI consiste em operações aéreas conduzidas para desviar, perturbar, atrasar, degradar ou destruir o potencial de combate inimigo antes que este possa ser utilizado eficazmente e a uma certa distância, onde normalmente não é necessário a integração detalhada de cada missão aérea com o fogo e a manobra das forças amigas. A flexibilidade do AI permite que seja conduzido um apoio às operações das forças amigas à superfície ou apenas como esforço principal, contra a força de superfície adversária sem a presença de quaisquer forças terrestres amigas (podendo apenas ser utilizados elementos da força terrestre discretos que fornecem a indicação do alvo); assim, pode oferecer potencial para reduzir a exigência de combate terrestre.

As missões de AI, de acordo com ATP-3.3.2.1 D (2019), resultam do ciclo normal de focalização contra alvos aprovados na Lista de Alvos Prioritários (*Prioritized Target List - PTL*) e também de pedidos pré-planeados durante um ciclo normal de uma *Air Tasking Order* (ATO), o que permite a coordenação detalhada entre unidades táticas aéreas e terrestres envolvidas. Além disso, os pedidos pré-planeados podem resultar em missões de AI à ordem (quer por via aérea ou terrestre) para cobrir períodos em que seja expectável a ação do inimigo, responder a pedidos imediatos, ou atacar alvos dinâmicos. As missões de AI utilizam informação detalhada para atacar alvos conhecidos ou previstos numa área de operações para gerar efeitos que permitam alcançar os objetivos do comandante da força conjunta (*Joint Force Commander – JFC*). A aquisição dinâmica de alvos (*Dynamic targeting - DT*) permite uma utilização reativa das missões de AI em serviço ou dinamicamente reatribuídas para explorar a vulnerabilidade do inimigo que pode ser de duração limitada. No entanto, a DT pode levar a uma redução global da probabilidade de sucesso devido ao tempo reduzido para a preparação da missão e para o estudo do alvo.

### **2.2.2. *Close Air Support (CAS)***

Apoio Aéreo Próximo é uma intervenção aérea contra alvos das forças inimigas que estão a uma distância próxima das forças amigas e que, segundo o AJP-3.3 (2016, p. 27), requerem uma integração detalhada de cada missão aérea com a manobra do fogo e movimento dessas forças, para evitar o fratricídio, e requerem também uma orientação de alvos realizada por um Controlador Aéreo Avançado (JTAC) certificado e qualificado. O CAS confere às forças terrestres ou anfíbias poder de fogo em operações ofensivas e defensivas, de dia e de noite, para destruir, suprimir, neutralizar, perturbar ou atrasar as forças adversárias em franca proximidade com as forças terrestres amigas. O poder de fogo e a mobilidade das aeronaves podem contribuir imediatamente e diretamente para o combate de superfície, especialmente contra alvos que são inacessíveis ou invulneráveis aos efeitos das armas de superfície disponíveis. A variedade de alvos suscetíveis de serem encontrados faz com que seja importante poder empregar uma variedade de armas e sistemas de lançamento, pelo que as comunicações fiáveis e interoperáveis com a força apoiada são características essenciais no ambiente CAS.

Como é referido na JP 3-09.3 (2009), o planeamento de CAS concentra-se em fornecer fogos oportunos e precisos às forças amigas em franca proximidade com o inimigo. No entanto, a palavra "proximidade" não implica uma distância específica; pelo contrário, é situacional, o que vai exigir uma coordenação mais detalhada na manobra.

### **2.3. *Contribution to Joint Intelligence, Surveillance and Reconnaissance (CJISR)***

As informações, vigilância e reconhecimento conjunto (*Joint Intelligence, Surveillance and Reconnaissance - JISR*), “são um conjunto de capacidades integradas de informações e operações, que sincronizam e integram o planeamento e as operações de todas as capacidades de recolha como o processamento, a exploração e a divulgação das informações resultantes em apoio direto ao planeamento, à preparação e à execução de operações” (AJP-3.3, 2016, p. 31).

Esta tipologia de operações é utilizada pelos serviços de informação de forma sistemática, para analisarem o adversário e outros aspetos relativos ao ambiente operacional, de forma a determinarem possíveis modalidades de ação do adversário, bem como a atividade de civis que podem ter impacto em operações futuras (ATP-3.3.2.1 D, 2019, p. 47).

O sucesso das missões de JISR contribuem para um melhor funcionamento do processo de tomada de decisão, devendo os seus produtos corresponder às *Commander's*

*Critical Information Requirement* (CCIR), bem como manter a superioridade das informações, o que leva a um aumento da capacidade de resposta, que, por sua vez, ajuda na proteção da força (AJP-3.3, 2016, p. 31).

As JISR, tal como toda a gama de operações da NATO, funcionam de acordo com seis princípios fundamentais para garantir a sua eficácia: a coordenação centralizada, a reatividade, a partilha, a sustentabilidade, a fiabilidade e a precisão (AJP-3.3, 2016, p. 31).

#### **2.4. Síntese Conclusiva**

No espectro das operações, segundo a doutrina NATO, as operações aéreas conjuntas estão divididas em vários tipos de operações, abrangendo cinco grupos: operações *Counter-Air*, *Attack*, *Air Mobility*, CJISR e JPR.

As operações *Counter-Air* visam obter o controlo sobre o espaço aéreo, podendo-se dividir em operações ofensivas (OCA) ou defensivas (DCA), enquanto as operações de *Attack* são contra forças à superfície e visam destruir ou neutralizar as forças adversárias. As operações contra forças à superfície que mais se destacam são o AI e o CAS sendo que são muito idênticas entre si, diferenciando apenas na distância a que as forças amigas estão do adversário, sendo que no CAS, por esta ser mais reduzida, exige uma maior coordenação por existir um maior risco de fratricídio.

A *Air Mobility* permite o transporte e reabastecimento de pessoal e material em tempo oportuno, proporcionando flexibilidade e capacidade de resposta à força.

As CJISR possuem a capacidade de capturar, processar e disseminar informações de forma a apoiar as operações e por fim, as JPR possuem a finalidade de recuperar e reintegrar pessoal militar ou civil que outrora se encontrava separado da sua força.

## CAPÍTULO 3. APOIO AÉREO PRÓXIMO

### 3.1. Enquadramento

Segundo a doutrina NATO ATP-3.3.2.1 D (2019, p. 21), e como já foi referido anteriormente, o CAS é uma operação aérea contra alvos do adversário que se encontram a uma distância relativamente próxima das nossas forças e que, por sua vez, requerem uma integração detalhada de cada missão de CAS com os fogos e o movimento das forças amigas. O CAS “fornece às forças terrestres ou anfíbias poder de fogo em operações ofensivas e defensivas, de dia ou de noite, para destruir, suprimir, neutralizar, perturbar, fixar ou atrasar as forças inimigas na proximidade imediata das forças terrestres amigas” (ATP-3.3.2.1 D, 2019, p. 21).

Uma outra característica do CAS é que as aeronaves que o realizam possuem grande poder de fogo e mobilidade, podendo prestar auxílio imediato às forças de superfície, especialmente batendo pelo fogo alvos que, de certa forma, não são destruídos através do fogo das armas de tiro direto das forças no terreno (AJP-3.3, 2016, p. 27). Por isso, “A variedade de alvos que podem ser encontrados torna importante a capacidade de empregar uma variedade de armas e sistemas de lançamento, pelo que comunicações fiáveis e interoperáveis com a força apoiada são características essenciais no ambiente de CAS” (AJP-3.3, 2016, p. 27).

### 3.2. Fundamentos do CAS

O CAS é um elemento de Apoio de Fogo Conjunto (*Joint Fire Support- JFS*)<sup>21</sup> que, para uma execução segura e eficaz, necessita de um planeamento e coordenação bem pormenorizado por parte do Estado Maior da força bem como da força que executa o apoio (ATP-3.3.2.1 D, 2019, p. 18). Neste tipo de operações, devido à sua complexidade de coordenação e “com base na ameaça e na disponibilidade de outros meios de apoio de fogos ou outros sistemas de armas em apoio, a sincronização do CAS no tempo, no espaço e no objetivo com as forças terrestres apoiadas, pode ser a tarefa de integração mais

---

<sup>21</sup> O JFS é a integração e coordenação de fogos terrestres, aéreos e navais de forma a criar os danos necessários nos objetivos, com o intuito de apoiar as operações em todo o espectro do conflito. Esta integração e coordenação de fogos, também tem como objetivo, influenciar as forças do adversário, bem como as suas funções e instalações (ATP-3.3.2.1 D, 2019, p. 21).

pormenorizada e contínua realizada pela força conjunta e pelos comandantes e estados-maiores das componentes” (ATP-3.3.2.1 D, 2019, p. 18).

Como já foi referido anteriormente, devido ao tipo de alvo, ao alcance das armas de tiro direto, ao terreno e ao esquema da manobra da força terrestre, os sistemas de armas das forças apoiadas podem não conseguir fazer face à ameaça, sendo que, devido à velocidade, ao alcance e à capacidade de manobra das aeronaves de CAS, a neutralização destes objetivos já se torna possível (ATP-3.3.2.1 D, 2019, p. 18).

A utilização de CAS pode ser conduzida em qualquer local e momento em que as nossas tropas se encontrem relativamente próximas de uma força opositora, sendo que esta relação de proximidade “não implica uma distância específica; pelo contrário, é situacional. A necessidade de uma integração detalhada devido à proximidade, fogos ou movimento é o fator determinante” (ATP-3.3.2.1 D, 2019, p. 21).

### **3.3. Uso do CAS**

O CAS é utilizado para atacar o inimigo, em apoio ao conceito da operação elaborado pelo comandante da força terrestre, aumentando assim o apoio de fogos da força. O comandante da força terrestre é a autoridade máxima no que toca à utilização de todo o tipo de apoio de fogos atendendo a que, relativamente ao CAS, os comandantes das forças apoiadas executam o seu planeamento de forma a decidirem a prioridade de alvos, os efeitos desejados e a calendarização dos fogos de CAS dentro da área de operações, sendo que estas decisões são otimizadas devido ao aconselhamento e orientação por parte de elementos com formação especializada na área (*Tactical Air Control Party - TACP*) (ATP-3.3.2.1 D, 2019, p. 22).

Relativamente à utilidade do CAS no campo de batalha, este “proporciona aos comandantes um apoio de fogo flexível e reativo. Utilizando o CAS, os comandantes podem tirar o máximo partido das oportunidades no campo de batalha, concentrando o poder de fogo para manter o ímpeto de uma ação ofensiva ou reduzir o risco operacional e tático. A mobilidade e a velocidade das aeronaves proporcionam aos comandantes um meio de atacar o inimigo de forma rápida e inesperada” (ATP-3.3.2.1 D, 2019, p. 22).

Deste modo, de forma a rentabilizar esta ação de apoio, de acordo com ATP-3.3.2.1 D (2019, p. 23) o comandante da força deve ter em conta, para o planeamento do CAS, os seguintes critérios:

- Missão e Conceito da Operação;

- Disposição do inimigo, composição e potencial de combate;
- Capacidades e limitações das aeronaves de combate disponíveis;
- Localização das comunicações e equipamento especial disponível aos JTAC;
- Regras de empenhamento (*Rules of Engagement – ROE*);
- Instruções de coordenação;
- Defesa antiaérea do inimigo,
- Localização das forças amigas e informação necessária para integrar o CAS com a manobra;
- Decisão do JFC relativa à repartição aérea, a alocação de meios por parte do *Joint Force Air Component Commander (JFACC)* e a decisão do *Joint Force Land Component Commander (JFLCC)* sobre que forças terrestres têm prioridade em serem apoiadas por CAS;
- Localização de civis e danos colaterais estimados.

### **3.4. Condições de utilização do CAS**

Existem várias condições que têm de ser cumpridas para que a utilização do CAS seja bem-sucedida. Como já foi evidenciado anteriormente, as operações de CAS são ações que requerem um treino e proficiência eficazes sendo que este treino deve ser realizado integrando todos os elementos da manobra e apoio de fogos. É crucial também, para uma boa execução do CAS, um planeamento bem estruturado, completo e coerente, integrando de forma detalhada o apoio aéreo nas operações terrestres juntamente com outro tipo de apoio de fogos para retirar o máximo de rendimento dos sistemas de armas da força, em prol dos objetivos a atingir, definidos pelo comandante (ATP-3.3.2.1 D, 2019, p. 24).

Devido à complexidade das operações de CAS, estas necessitam de uma estrutura bem integrada e flexível de Comando e Controlo. O Comando e Controlo para as operações de CAS está diretamente envolvido em todos os seus procedimentos de execução até à eliminação da ameaça, começando na identificação dos requisitos, de seguida, na solicitação do pedido de CAS, estabelecimento de prioridades, atribuição de tarefas às subunidades, deslocação da unidade apoiante para a área do objetivo e fornecimento de atualizações da ameaça. Para tal e para que este Comando e Controlo seja executado devidamente, é exigida a existência de sistemas de comunicações bastante fiáveis e interoperáveis, para manter uma ligação constante entre as tripulações, as agências de controlo aéreo, os JTAC, a força terrestre, forças de apoio de fogos e o comandante apoiado (ATP-3.3.2.1 D, 2019, p. 24).

Para que o CAS aconteça devidamente, e sem interferências proibitivas por parte do adversário, é necessário garantir a superioridade aérea na área de operações. A superioridade aérea é uma condição variável, pois varia entre uma superioridade aérea local ou temporária ou uma superioridade aérea total da área de operações. A supressão das defesas antiaéreas do inimigo (*Suppression of Enemy Air Defenses – SEAD*)<sup>22</sup> é um fator decisivo para a força garantir a superioridade aérea podendo ser necessário mesmo durante as operações de CAS (ATP-3.3.2.1 D, 2019, p. 24).

Para uma correta utilização do CAS é necessária uma boa correlação e marcação de alvos. Esta tarefa é essencialmente executada pelo JTAC, sendo que este é responsável por coordenar e confirmar que as aeronaves atacantes adquiriram os alvos corretos através das suas marcações. Estas marcações são uma correlação necessária em todo o ataque de CAS, aumentando a consciência situacional do piloto, facilitando a identificação de um alvo específico dentro de um conjunto de alvos, reduzindo a possibilidade de fratricídio e de danos colaterais e, por fim, facilitando o controlo (ATP-3.3.2.1 D, 2019, p. 25).

Um dos fatores que influencia uma boa utilização do CAS é a escolha do armamento apropriado. Para tal, e para que os efeitos desejados com o emprego do CAS sejam os esperados, “os comandantes, os JTAC e as tripulações aéreas devem fazer corresponder o armamento apropriado ao alvo. Por exemplo, as munições de fragmentação e de uso geral são eficazes contra alvos de área, tais como tropas e veículos em campo aberto, mas não contra alvos protegidos, e não são aconselháveis para alvos onde as tropas amigas possam ser afetadas pelo ataque imediato ou por munições não deflagradas” (ATP-3.3.2.1 D, 2019, p. 25). Neste sentido, é necessário que os intervenientes no emprego do CAS saibam as especificações do armamento a utilizar, de forma a obter os efeitos desejados e a diminuir o risco de danos colaterais e fratricídio.

As condições climatéricas e ambientais são outro fator que influencia a eficácia das operações de CAS, independentemente das capacidades da aeronave que executa o apoio, ou até mesmo do armamento que vai ser empregue. Sendo assim, antes das missões de CAS, devem ser consideradas as condições meteorológicas mínimas para o efeito, pois a localização de alvos através da utilização de radares e coordenadas geográficas podem não oferecer, em condições meteorológicas adversas, à tripulação e ao JTAC informação

---

<sup>22</sup> As operações de SEAD consistem em atacar as defesas aéreas do adversário de modo a criar condições favoráveis à continuação das operações das forças amigas. Estes sistemas de defesa aéreos do adversário diminuem significativamente a eficácia das operações de CAS (ATP-3.3.2.1 D, 2019, p. 26).

necessária ou até mesmo correta e precisa para garantir uma identificação positiva do alvo e evitar assim o fratricídio. Assim, conclui-se que “as condições ambientais também têm um impacto significativo na capacidade de utilizar dispositivos de marcação de alvos e devem ser consideradas para missões CAS eficazes” (ATP-3.3.2.1 D, 2019, p. 26).

### **3.5. Tactical Air Control Party (TACP)**

Como é referido no AJP-3.3 (2016, p. 48) o TACP é uma componente operacional subordinada de um sistema tático de controlo aéreo concebido para fornecer ligação aérea às forças terrestres e para o controlo das aeronaves que executam o apoio. São dotados de oficiais de ligação aérea (*Air Liaison Officer - ALO*) e/ou JTAC para conduzir funções de ligação e controlo.

Segundo o ATP-3.3.2.1 D (2019, p. 38), o TACP é o principal elemento de ligação aéreo de apoio às unidades de manobra e tem como missões principais:

- Aconselhar os comandantes das forças terrestres e as unidades conjuntas de apoio de fogos sobre as capacidades e limitações das operações aéreas;
- Fornecer controlo de ataque terminal de CAS.

O TACP contribui com o *Joint Fire Support Element* (JFSE) para coordenar as *Airspace Control Means* (ACM) e *Fire Support Coordination Measures* (FSCM). Em coordenação com o JFSE, o TACP coordena os movimentos das aeronaves com o apoio de fogos e utilizadores do espaço aéreo para diminuir o risco de colisão. O TACP pode empregar JTAC em qualquer escalão, no entanto, na sua maioria, são colocados numa posição avançada no terreno (por exemplo, a nível de equipa). Na NATO, nem todos os JTAC pertencem à Força Aérea, contudo a funcionalidade descrita acima é normalmente a mesma.

### **3.6. Joint Terminal Attack Controller (JTAC)**

Segundo a doutrina mais recente da NATO sobre as TTP para o CAS e AI (ATP-3.3.2.1 D, 2019, p. 38), o JTAC é um indivíduo qualificado e certificado, que, na maioria das vezes, a partir de uma posição avançada no terreno, dirige a ação das aeronaves de combate envolvidas em CAS e outras operações. O JTAC fornece recomendações ao comandante da força terrestre sobre a utilização de CAS e a sua integração com manobras no solo. O JTAC deve:

- Conhecer a situação inimiga e a localização das unidades amigas e civis;

- Conhecer a intenção do comandante que pede o apoio, prioridade dos alvos, efeitos desejados, e sincronização de fogos;
- Conhecer a intenção dos comandantes e as ROE aplicáveis;
- Propor alvos de oportunidade;
- Aconselhar o comandante sobre o emprego adequado dos meios aéreos;
- Apresentar pedidos de CAS;
- Controlar CAS com a aprovação do comandante apoiado;
- Coordenar aeronaves e fogos de aeronaves CAS;
- Apresentar o relatório inicial do *Battle Damage Assessment* (BDA).

Para o efeito, o JTAC tem de ter especial atenção a pormenores como o tipo de alvo, a missão, as defesas aéreas do adversário, o terreno e condições meteorológicas, o armamento disponível e a tipologia da aeronave e o intervalo de tempo que tem para efetuar a missão de CAS. Para aumentar a eficácia do ataque, tendo em conta a intenção do comandante, o JTAC também tem de considerar a tipologia do ataque, a proximidade com as forças amigas para evitar o fratricídio, avaliar os danos colaterais, capacidades dos sensores disponíveis e capacidades de outros sistemas de apoios de fogos da força (ATP-3.3.2.1 D, 2019, p. 23).

### **3.7. Síntese Conclusiva**

O CAS é uma operação aérea que fornece poder de fogo às forças terrestres que se encontram a uma distância reduzida em relação à posição da força opositora. De acordo com a doutrina NATO, o CAS está relacionado com as tarefas táticas de destruir, neutralizar ou retardar as forças adversárias, sendo, para o efeito, exigida uma integração detalhada e uma coordenação precisa. As aeronaves que executam o CAS possuem grande poder de fogo e mobilidade, podendo executar um apoio imediato às tropas no terreno, complementando assim o fogo das armas de tiro direto dessa mesma força, mas também complementando o apoio de fogos, nomeadamente fogos da artilharia de campanha e de unidades de morteiros. O CAS, para ser bem-sucedido depende de um planeamento detalhado, coordenação eficaz e comunicações interoperáveis.

A autoridade responsável pelo controlo das aeronaves em missões de CAS é o JTAC, que garante uma execução segura e precisa dos ataques aéreos, existindo vários tipos de controlo terminal (*Terminal Attack Control* – TAC) adaptados às condições específicas do campo de batalha. Para garantir o sucesso do CAS, o seu planeamento está relacionado com

a missão da unidade apoiada e com fatores relativos ao inimigo, sendo que a sua eficácia vai depender da estrutura integrada do comando e controlo, da superioridade aérea, da escolha adequada do armamento e das condições climatéricas. O TACP desempenha um papel crucial na execução das missões de CAS, pois é uma equipa que coordena e controla as aeronaves na aérea de operações, sendo o JTAC fundamental para garantir a eficácia e a precisão dos ataques aéreos, pois coordena os recursos disponíveis e avalia os riscos e efeitos desejados.

## CAPÍTULO 4. QRF PORTUGUESA

### 4.1. Constituição e organização

Como já foi referido anteriormente, a participação de Portugal na MINUSCA, com uma Unidade Escalão Companhia (UEC), enquadra-se no apoio prestado por Portugal a pedido da França, e, em geral, pelos países da UE, com o intuito de se constituir como uma das QRF da MINUSCA (Chin, 2017, p.32). A QRF portuguesa “é uma força que funciona sob Controlo Operacional do Comandante da Componente Militar da MINUSCA, capaz de executar operações em qualquer tipo de terreno e preparada para atuar em quaisquer condições meteorológicas. Esta força é empregue em situações que exijam elevado grau de prontidão e uma resposta rápida e decisiva” (Silva & Serronha, 2020, p. 57), “contribuindo para a estabilização, segurança e controlo do território da RCA, com o objetivo de proteger a população” (Silva & Caseiro, 2021). A QRF Portuguesa tem a sua Base Operacional Principal (*Main Operating Base* - MOB) em Bangui, anteriormente, no Campo *M’Poko*, campo este que era dividido com outras forças militares, nomeadamente forças Francesas (Silva & Serronha, 2020) sendo que, no ano 2023, o campo português deslocou-se para *Super M’Poko*. A força portuguesa tem a capacidade de atuar fora da sua MOB, em qualquer ponto do território da RCA, executando missões de combate, patrulhas de segurança, vigilância e reconhecimento de área, proteção de infraestruturas e áreas sensíveis, bem como de se constituir como força de proteção de altas entidades ou outras forças (Chin, 2017, p. 33), podendo, para o efeito, ser projetada tanto por via terrestre como por via aérea, atuando por um período máximo de trinta dias fora da MOB, sendo que após esse período tem de regressar à mesma para proceder à regeneração das suas capacidades (Silva & Serronha, 2020, p. 57).

Deste modo, o contingente Português na RCA é constituído pelo seu Comando e Estado Maior, por uma UEC constituída por três grupos de combate que são Unidades Escalão Pelotão (UEP), cada um com seis equipas de combate, de Tropas Comando ou Paraquedistas, por uma equipa TACP pertencente à Força Aérea Portuguesa (FAP), um Módulo Pandur, um Módulo Conjunto de Informações (MCI) e, por fim, a QRF possui ao seu dispor um Destacamento de Apoio constituído por várias equipas e módulos: Secção MiniUAV, Módulo de *Route Clearance* (RC) onde está inserida a Equipa *Explosive*

*Ordnance Disposal* (EOD), Módulo Sanitário, Módulo de Comunicações, Módulo de Manutenção, Módulo de Reabastecimentos e Transporte e Módulo de Alimentação<sup>23</sup>.

## 4.2. Componente Terrestre

Atualmente, a componente terrestre da QRF portuguesa é composta pela companhia de manobra que representa essencialmente o potencial relativo de combate (PRC) da força, pelo módulo PANDUR que complementa a capacidade de combate da UEC e pelo destacamento de apoio (Silva & Serronha, 2020).

A companhia de manobra é comandada por um Capitão e, como já foi referido anteriormente, esta UEC é constituída por três grupos de combate, cada um comandado por um oficial subalterno e, por sua vez, cada UEP é constituído por seis equipas táticas a cinco militares cada, sendo que quem comanda é um sargento. Cabe a esta unidade levar a cabo todas as operações determinadas e planeadas pelo comando e estado maior da força portuguesa, sendo que são estes os militares que, segundo Silva e Serronha, (2020, p.61), “estão no centro da ação, cada vez que a Força sai em missão, executando as tarefas táticas que lhe são atribuídas, como a proteção de civis, os patrulhamentos, a segurança ou quaisquer ações de combate necessárias ao cumprimento da missão”. Para tal, esta força de manobra está equipada com uma nova tipologia de viaturas táticas ligeiras blindadas (VTLB) as URO VAMTAC ST5 (*High Mobility Tactical Vehicle*)<sup>24</sup> (Exército Português, 2024), viatura que veio substituir o HMMWV (*High Mobility Multipurpose Wheeled Vehicle*) a partir da 7.ª FND, bem como uma gama extensa de armamento, ligeiro médio e pesado, incluindo armas anticarro, lança granadas e morteiros<sup>25</sup> (CFT, 2020).

O módulo PANDUR está presente na RCA apenas desde a 4.ª FND, sendo que é incumbido a este módulo, dependendo da missão, reforçar a companhia de manobra ou apoiar a força como um todo. Este módulo está equipado com Viaturas Blindadas de Rodas (VBR) PANDUR II 8x8 que providenciam grande mobilidade tática terrestre à força (Exército Português, 2024). Estas viaturas conferem mais proteção devido à blindagem que possuem, conferindo um transporte mais seguro, proporcionando também maior poder de fogo à força devido ao seu armamento orgânico, sendo este providenciado por metralhadoras pesadas que são muito eficientes na realização de fogos de supressão a médias e longas distâncias (Silva & Serronha, 2020, p. 60). Estas viaturas também se revelam uma mais-valia

---

<sup>23</sup> Ver Anexo H – Organograma da QRF Portuguesa.

<sup>24</sup> VAMTAC é a sigla proveniente do espanhol *Vehículo de Alta Movilidad Táctico*.

<sup>25</sup> Ver anexo I – Meios da QRF portuguesa.

no obscurecimento do campo de batalha devido aos seus lança potes de fumos (Silva & Serronha, 2020, p.61). Atualmente na RCA este módulo está equipado com as duas versões de Viaturas Blindadas de Transporte de Pessoal (VBTP), nomeadamente as configurações *Infantry Carrier Vehicle* (ICV) e *Remote Weapon Station* (RWS) (Exército Português, 2024; CFT, 2020) que permite ao apontador de metralhadora pesada operar a mesma remotamente dentro da viatura, conferindo-lhe mais proteção. A força também está equipada com uma viatura desta tipologia na configuração de ambulância, podendo ser prestado o apoio sanitário na frente de combate e, por último, possui ainda uma viatura na versão recuperação, para ser executada a manutenção e recuperação de viaturas avariadas no TO <sup>26</sup>( Silva & Serronha, 2020; CFT, 2020).

### **4.3. Componente Aérea**

A componente aérea da força portuguesa é constituída essencialmente por uma Equipa de Controlo Aéreo Tático, proveniente da FAP, o TACP. Está incumbido a esta equipa tática a estreita coordenação dos meios aéreos necessários para a realização das operações, como por exemplo a coordenação de meios para evacuações aeromédicas, assim como de apoio à força terrestre com recurso a helicópteros e aviões de combate (Silva & Serronha, 2020, p.64). Esta equipa também executa os reconhecimentos aéreos necessários, sendo estes fundamentais para o planeamento de missões futuras, sempre em estreita coordenação com os meios da MINUSCA.

Ao contrário dos meios terrestres, o contingente português não possui meios aéreos próprios, sendo estes providenciados por destacamentos aéreos de outros países que integram a MINUSCA (nomeadamente Tunísia, Paquistão, Bangladesh e Sri Lanka). Os meios aéreos da MINUSCA vão desde aeronaves não armadas para missões de evacuação, transporte e reconhecimento, a helicópteros armados com metralhadores para missões de reconhecimento, evacuação e apoio às forças terrestres, e helicópteros equipados com canhões automáticos de grandes calibres e lança foguetes, exclusivos para missões de CAS<sup>27</sup>.

### **4.4. Emprego das Forças Comando**

Segundo a Publicação Doutrinária do Exército (PDE) 3-65-00, referente às TTP em operações de apoio à paz (EME, 2011), em operações de restabelecimento da lei e da ordem,

---

<sup>26</sup> Ver anexo I – Meios da QRF Portuguesa.

<sup>27</sup> Ver anexo J – Meios Aéreos da MINUSCA.

à força designada para o efeito, pode ser-lhe incumbida a tarefa de realizar tarefas de contrainsurgência, de contra terrorismo, combate ao crime organizado, imposição dos termos previstos em acordos ou mandatos, isolamento de focos do problema (*Hotspot*) e contenção do mesmo, no tempo e no espaço, dominar situações através da demonstração de força adequada e com o controlo da informação, manter a situação esclarecida em tempo real e disseminar informações e, ainda, uma multiplicidade de ações com o objetivo de negociar e mediar o protesto, bem como relembrar aos intervenientes as consequências que podem advir da sua conduta. Assim, as Tropas Comando treinam durante o aprontamento, e, posteriormente, executam no TO tarefas como: assaltos com recurso a helicópteros, operações de cerco e busca, reconhecimentos de área e reconhecimentos de zona, ataque a objetivos controlados pela ameaça, apoio a outras unidades na eliminação da ameaça, patrulhamentos apeadas e montados, efetuam *check-points*, escoltas a colunas de viaturas, controlo de tumultos, detenção de indivíduos, operações combinadas, reforço ou rendição de uma unidade, extração de elementos da ONU ou outras OI, bem como de civis (Chin, 2017, pp. 34-35). Como exemplos concretos de operações levadas a cabo pelas tropas Comando neste território africano, temos operações de cerco e busca a fim de neutralizar grupos armados na região de Bambari, segurança feita a campos de deslocados em Alindao e escoltas aos mesmos, controlo de cidades como Bangassou, patrulhas de longo raio de ação, como patrulhas até a região de Mobaye e a sul de Bambari, reação a emboscadas quando a força era flagelada durante os deslocamentos, realização de operações ofensivas deliberadas, ou seja, ataques planeados a cidades para libertar as mesmas da presença de grupos armados, como por exemplo, Bocaranga, Bang, Kouli e Bangassou, segurança ao secretário geral da ONU, António Guterres, entre outras (Silva & Serronha, 2020).

#### **4.5. Emprego do TACP**

O TACP da QRF portuguesa é constituído por dois JTAC e por técnicos responsáveis pela manutenção e bom funcionamento dos meios utilizados por esta equipa. Como já foi referido anteriormente, esta equipa é responsável pelo controlo e integração dos meios aéreos da MINUSCA disponibilizados para as missões atribuídas à força portuguesa, juntamente com a sua manobra. Neste sentido, o TACP caracteriza-se “como uma unidade de carácter expedicionário, com militares especialmente treinados de modo a adaptarem-se às TTP das forças que apoiam, com grande flexibilidade no emprego das táticas aéreas, em qualquer tipo de ambiente, dia e noite, efetuando a seleção e controlo terminal do armamento de acordo

com os objetivos e efeitos desejados pelo Comandante da força apoiada” (Ferreira, 2017, p. 16). O TACP está diretamente envolvido no planeamento e coordenação de operações CAS, reabastecimentos de pessoal e material, evacuação sanitária aérea e ISR (ATP-3.3.2.1 D, 2019). É também importante salientar que a QRF portuguesa é a única força neste TO com uma equipa capaz de realizar esta integração (Silva & Caseiro, 2021).

#### **4.6. Atuação do JTAC**

Os JTAC da FAP pertencentes ao TACP, presente na RCA, estão qualificados com certificações NATO, que, segundo os manuais doutrinários ATP 3.3.2.1D e JP 3-09.3, se encontram qualificados para coordenar o emprego dos meios aéreos em apoio às operações terrestres, aconselhando sempre o comandante da força e regendo-se pela sua intenção.

Uma das vertentes ou especificações do JTAC é o guiamento das aeronaves em missões de CAS que, como já foi referenciado anteriormente, requerem uma coordenação detalhada e rigorosa, devido ao risco de fratricídio e de danos colaterais. Para tal, segundo Ferreira (2017), esta equipa necessita de um treino robusto e direcionado à missão, emprego flexível e grande mobilidade para que a sua integração com a manobra se constitua como um fator de sucesso. Como “prova disso foram várias as operações de combate conduzidas por esta Força com o apoio de helicópteros, em que os JTAC assumiram o seu controlo e alcançaram os objetivos pretendidos pelo comandante” (Ferreira, 2017, p. 18). Nestas operações de CAS, torna-se ainda mais desafiante para o JTAC, exigindo mais coordenação e planeamento por parte do mesmo, quando é necessária a integração e coordenação dos meios aéreos em simultâneo com o apoio de fogos indiretos provenientes dos morteiros de 60 mm (Silva & Serronha, 2020).

Os JTAC portugueses também intervêm na coordenação dos meios aéreos em operações, não só de CAS, mas também no apoio de evacuações aeromédicas, reconhecimentos aéreos (ISR) com elevada importância para o planeamento de ações futuras e operações de escolta a altas entidades (Ferreira, 2017).

Devido ao abrangente leque de operações coordenadas pelos JTAC que requerem bastantes medidas de coordenação, estes militares são equipados com vários equipamentos modernos, nomeadamente equipamentos com *Global Positioning System* (GPS), meios de comunicação terra-ar e terra-terra, kits para marcação de pistas e zonas de aterragem improvisadas, e equipamentos de guiamento e marcação de alvos para missões de CAS<sup>28</sup>.

---

<sup>28</sup> Ver anexo K – Meios dos JTAC.

#### **4.7. Síntese Conclusiva**

O contingente português presente no TO da RCA é considerado como uma Unidade Escalão Batalhão (UEB), composta pelo seu comando e estado maior, por uma unidade de manobra composta por uma companhia (UEC) a três grupos de combate, um módulo Pandur com a capacidade de aumentar a proteção e poder de fogo da força, uma equipa do TACP da FAP, um módulo de informações (MCI) e um destacamento de apoio com várias valências.

A QRF portuguesa tem a capacidade de conduzir um vasto leque de operações tendo como principal finalidade a proteção de civis, bem como operações de cerco e busca, patrulhas de segurança, operações de reconhecimento, vigilância e reconhecimento, proteção de infraestruturas e áreas sensíveis, coordenação de ações de helicópteros de ataque, proteção de entidades, operações de extração e resgate e operações de cooperação civil-militar (Silva & Serronha, 2020, p. 57).

A componente aérea desta força é materializada na equipa do TACP da FAP constituída essencialmente pelos JTAC. Estes indivíduos estão qualificados a nível NATO e são os responsáveis, no TO, por coordenar o emprego dos meios aéreos em apoio às operações terrestres. Estes coordenam principalmente missões de CAS porque são missões que exigem um maior grau de planeamento e rigor na sua execução, de modo a diminuir os danos colaterais associados e evitar o fratricídio. No entanto, estes também são dotados de capacidades e conhecimento para realizarem missões de evacuação médicas aéreas, missões de reconhecimento aéreo, reabastecimentos de pessoal e material por vias aéreas, marcação de zonas de aterragem expeditas e escoltas a colunas de viaturas.

## **PARTE II – ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO E TRABALHO DE CAMPO**

### **CAPÍTULO 5. METODOLOGIA, MÉTODOS E TÉCNICAS**

Segundo, Freitas e Prodanov (2013), uma Tese é caracterizada como sendo um estudo teórico que aborda uma certa temática, exigindo uma pesquisa própria na área científica em que se situa, utilizando procedimentos metodológicos específicos. Neste sentido, este capítulo tem como principal finalidade expor os procedimentos metodológicos adotados na elaboração deste TIA.

#### **5.1. Modelo de Análise**

O modelo de análise “é o prolongamento natural da problemática, articulando de forma operacional os marcos e as pistas que serão finalmente retidos para orientar o trabalho de observação e de análise. É composto por conceitos estritamente articulados entre si para, em conjunto, formarem um quadro de análise coerente” (Quivy & Campenhoudt, 1992, p. 151). Assim, “em suma, trata-se de uma prefiguração da investigação e da análise empírica” (Gonçalves, 2004, p. 38) e de um elemento que condiciona os procedimentos metodológicos adotados pelo investigador (Instituto de Estudos Superiores Militares [IESM], 2016).

De acordo com o Apêndice A, referente ao modelo de análise, este contém a PP, também denominada por questão de investigação, que está diretamente relacionada com o problema de investigação e que “está forçosamente alinhada com o título e com a temática onde esse estudo se insere” (Rosado, 2017, p. 122). Por sua vez, este possui também um OG, que concomitantemente, tal como a PP, “se constitui como um farol que orienta todo o estudo de investigador” (Rosado, 2017, p. 122), proporcionando assim uma orientação sobre o tipo de estudo a efetuar (IESM, 2016). Continuamente, advindo da PP, são formuladas e também expostas no modelo de análise, as Perguntas Derivadas (PD) que, de modo a delimitar a investigação e a auxiliar na obtenção da resposta à PP, são “questões de cariz mais limitado, dispostas em setores de análise que estão circunscritos no domínio da área da PP e que atendem, conseqüentemente, aos OE da investigação” (Rosado, 2017, p. 122), sendo estes últimos, os instrumentos para o conhecimento e para o sucesso da investigação (IESM, 2016) (quadros 3 e 4).

**Quadro 1 – Pergunta de Partida e Perguntas Derivadas**

PP	No TO da RCA, de que forma é que o JTAC atua para prestar o devido apoio às forças e assim garantir o sucesso das operações?
PD1	Quais são os meios e métodos de atuação de um JTAC e como é que estes são empregues neste TO da RCA?
PD2	Existe necessidade por parte dos comandantes das FND em empregar o JTAC na força de manobra sendo que é valorizada a integração dos mesmos para o cumprimento da missão?
PD3	Quais são as valências que um JTAC projetando na RCA possui para combater a ameaça e quais são as suas potencialidades e limitações dentro da sua área de trabalho?

**Fonte: Elaboração Própria**

**Quadro 2 – Objetivo Geral e Objetivos Específicos**

OG	Compreender o emprego do JTAC nas diversas operações levadas a cabo pelas tropas Comando no TO da RCA e como este pode levar ao sucesso das mesmas.
OE1	Caracterizar os meios e métodos de atuação de um JTAC e compreender como é que estes são empregues neste TO.
OE2	Analisar se existe necessidade por parte dos comandantes das FND em empregar estes elementos na força de manobra e se os mesmos valorizam a integração dos JTAC para o cumprimento da missão.
OE3	Compreender as potencialidades e limitações de um JTAC integrado numa FND na RCA e quais as suas valências neste teatro de operações.

**Fonte: Elaboração Própria**

## **5.2. Método de Abordagem da Investigação e Justificação**

O método científico é um procedimento utilizado para alcançar determinado fim e sendo que a finalidade da ciência é a procura do conhecimento, é aferido que o método científico é o conjunto de procedimentos adotados com o intuito de atingir o conhecimento (Freitas & Prodanov, 2013). Deste modo, podemos entender que este método científico consiste no processo de aquisição de conhecimentos, recorrendo a procedimentos de recolha, classificação, análise e interpretação de dados (Freixo, 2011). Assim, optou-se por um método de investigação qualitativa, com o intuito de adquirir “uma consciência absoluta e ampla do fenómeno em estudo” (Fortin, 1999, p. 22). Os métodos qualitativos estão relacionados “com estudos exploratórios de maior profundidade, onde o objetivo é descrever, aumentar a compreensão de fenómenos e desenvolver teorias, ter respostas de maior

qualidade (com mais informação) e não a quantidade, tendo por isso uma generalização inferior à das abordagens quantitativas” (Guerra & Neves, 2015, p. 72).

Uma investigação qualitativa é caracterizada como sendo uma investigação descritiva onde “a descrição deve ser rigorosa e resultar diretamente dos dados recolhidos. Os dados incluem transcrições de entrevistas, registos de observações, documentos escritos (pessoais e oficiais), fotografias e gravações vídeo. Os investigadores analisam as notas tomadas em trabalho de campo, os dados recolhidos, respeitando, tanto quanto possível, a forma, segundo a qual, foram registados ou transcritos” (Carmo & Ferreira, 2008, p. 198). Concomitantemente, a pesquisa qualitativa considera a existência de uma relação indissociável entre o mundo real e o sujeito, relação esta que não pode ser traduzida em números (Vilelas, 2009), não requerendo para tal o uso de métodos e técnicas estatísticas (Freitas & Prodanov, 2013). Assim, segundo Vilelas (2009), a investigação qualitativa remete para estudos essencialmente indutivos e descritivos, sendo que “o ambiente natural é a fonte direta para recolha de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. Os pesquisadores tendem a analisar os seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem” (Freitas & Prodanov, 2013, p. 70).

A “indução é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientes constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas. Portanto, o objetivo dos argumentos é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam” (Marconi & Lakatos, 2000, p. 53). Por conseguinte, para a realização desta investigação, foi adotado um raciocínio indutivo, “que se baseia em análise de dados e de resultados sobre um fenómeno particular com o intuito de alcançar a generalização teórica” (Rosado, 2017, p. 118) e que “valoriza a observação e a experiência empírica” (Gonçalves, 2004, p. 35). Este método de raciocínio indutivo, assume a responsabilidade da generalização, isto é, parte-se de algo particular para uma questão mais geral (Freitas & Prodanov, 2013). Generalização esta que “não ocorre mediante escolhas *a priori* das respostas, visto que estas devem ser repetidas, geralmente com base na experimentação. Isto significa que a indução parte de um fenómeno para chegar a uma lei geral por meio da observação e de experimentação, com o objetivo investigar a relação existente entre dois fenómenos para se generalizar” (Freitas & Prodanov, 2013, p. 28).

### **5.3. Estratégia de Investigação**

Para a elaboração deste TIA, foi realizada uma revisão sistemática da literatura com o intuito de “proporcionar conhecimento aprofundado e alargado sobre um tema, possibilitar a identificação, definição e justificação da relevância do objetivo de estudo” (Alarcão, Cardoso, & Celorico, 2010, p. 2010). Esta revisão da literatura foi elaborada segundo fontes primárias “constituídas por textos originais sem a interpretação de outros autores”, e fontes secundárias, “constituídas por interpretações de outros autores sobre as fontes primárias” (Rosado, 2017, p. 124).

Para completar a investigação, recorreu-se ao uso de entrevistas, pois a entrevista é uma forma de “obtenção de informações de um entrevistado sobre determinado assunto ou problema” (Freitas & Prodanov, 2013, p. 106). Estas entrevistas, são classificadas quanto ao tipo, como entrevistas semiestruturadas, pois abrangem dois outros tipos, as “estruturadas (que englobam uma sequência fechada de perguntas a colocar ao interlocutor) e não estruturadas (que englobam alguns temas gerais a abordar ao longo da entrevista)” (Rosado, 2017, p. 125).

A presente investigação foi elaborada assente num estudo de caso, pois “é uma investigação empírica que investiga um fenómeno contemporâneo dentro do seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenómeno e o contexto não estão claramente definidos” (Yin, 2005). Para complementar esta investigação recorreu-se a uma abordagem qualitativa, centrada na análise dos conteúdos de outros artigos para uma revisão de literatura sistemática. Esta pesquisa tem como objetivo “gerar uma teoria a partir dos dados recolhidos no terreno e junto das pessoas que possuem uma experiência pertinente” (Fortin, 1999, p. 148).

### **5.4. Fontes e Técnicas de Recolha de Dados e Instrumentos de Investigação**

A técnica de “recolha de informações comporta inúmeros cuidados e operações” (Gonçalves, 2004, p. 39) e segundo Rosado (2017), estas técnicas de recolha de dados, dividem-se em técnicas documentais e em técnicas não documentais. Na elaboração deste TIA, as técnicas de recolha de dados documentais basearam-se, sobretudo, na obtenção de dados secundários que são dados que “já existem e foram recolhidos, registados e analisados por outras pessoas” (Sarmiento, 2008, p. 9). Estes dados contribuíram para a elaboração da revisão da literatura, sendo que estes incluem publicações doutrinárias e quadros orgânicos do Exército português, da NATO e das forças armadas dos EUA, diretivas e despachos.

Esta análise documental também englobou livros, revistas *online*, notícias, *e-books*, artigos científicos, dissertações de mestrado e trabalhos no âmbito de cursos de promoção. Estas fontes foram encontradas em bases de dados científicas como EBSCO, Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP) e Google *Scholar*, em bases de dados do Exército e nos *websites* de OI. Relativamente à técnica de recolha de dados não documentais, esta foi fundamentada com a obtenção de dados primários que, segundo Sarmiento (2008, p. 9), são dados “pesquisados pelo investigador, com vista a satisfazer uma necessidade de informação presente e específica”. Estes dados foram obtidos através das entrevistas semiestruturadas realizadas a indivíduos com elevado grau de conhecimento na área de estudo bem como uma vasta experiência em ambiente operacional.

Durante a elaboração deste TIA foram utilizadas diversas ferramentas informáticas e *softwares* como o *Mendeley*, para a execução das referências bibliográficas, segundo as normas *APA 7th Edition*. Relativamente à estrutura deste trabalho, foi utilizado o Microsoft Office *Word* para a produção do documento, orientado pelas Normas para a Redação de Trabalho de Investigação da Academia Militar segundo a NEP 522/1.<sup>a</sup> de 20 de janeiro de 2016.

## **5.5. Análise Documental**

Para a elaboração desta investigação, foi realizada uma revisão da literatura assente numa pesquisa bibliográfica, exposta essencialmente nos primeiros quatro capítulos deste trabalho, de forma a evidenciar e informar sobre o estado do conhecimento (Alarcão et al. 2010).

Segundo Guerra e Neves (2015, p. 84) “a análise dos dados é a peça central do puzzle da investigação empírica”. Esta análise foi elaborada através de livros, em formato físico e digital, artigos científicos, notícias em jornais, trabalhos académicos, teses de mestrado, trabalhos científicos no âmbito do curso de promoção a oficial superior e *websites* de OI como da ONU e da MINUSCA. Foram também utilizados, neste processo, documentação militar tanto nacional como internacional, como Publicações Doutrinárias do Exército (PDE), Quadros Orgânicos (QO), publicações doutrinárias dos EUA e da NATO, como por exemplo as *Allied Tactical Publication (ATP)*, *Allied Joint Publication (AJP)* e *Joint Publications (JP)*, documentos com grau de classificação de reservado como Diretivas do Chefe de Estado Maior do Exército (CEME) e do Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas (CEMGFA) e Planos Administrativo-Logísticos do CFT.

## 5.6. Procedimentos Formais e Éticos das Entrevistas

Como já foi referido anteriormente, realizaram-se entrevistas semiestruturadas, pois o entrevistado pode responder “às perguntas do guião pela ordem que entender, podendo também falar sobre outros assuntos relacionados com as respostas. Como o guião é um conjunto de perguntas ou temas e não é rígido, o entrevistador pode alterar a ordem dos temas e inclusivamente introduzir um tema novo. Pode, ainda, fazer perguntas ou pedir esclarecimentos adicionais ao entrevistado” (Sarmiento, 2013, p. 34).

Para o efeito, foi elaborado um Guião de Entrevista<sup>29</sup> geral para todos os entrevistados, composto por onze questões, questões estas que foram elaboradas segundo as questões de investigação a ver respondidas e que foram respondidas pelos mesmos, de acordo com a função que desempenharam no TO que foi alvo de estudo.

Para não transgredir a componente ética, foi elaborada uma declaração de consentimento informado para a realização da entrevista<sup>30</sup> que, posteriormente, veio a ser assinada por todos os entrevistados. Esta declaração, tem como único móbil a apresentação da entrevista aos entrevistados, contendo assim uma explicação dos objetivos, da finalidade, o funcionamento da mesma e condições de participação, a importância da informação a recolher e a salvaguarda dos direitos dos intervenientes (Rosado, 2017).

Dada a abrangência deste tema, optou-se pela realização de dezasseis entrevistas, tendo como referência o critério de saturação que refere que “se chega ao número de entrevistas adequado quando as entrevistas já não produzem mais informações consideradas pertinentes para o investigador, sendo que o mesmo opta por encerrar esse instrumento de recolha de dados” (Rosado, 2017, pp. 125-126). Estas entrevistas foram sempre realizadas conforme as preferências e disponibilidade dos intervenientes, segundo os moldes de entrevistas presenciais, por videochamada com recurso à plataforma *Teams*, e em formato escrito via email. Mais uma vez, para não transgredir a componente ética, depois da realização da transcrição da entrevista, através de uma transcrição íntegra ou através de um quadro de análise de discurso, este era submetido de volta ao entrevistado de forma que este corroborasse aquilo que tinha sido escrito e que de facto coincidia com aquilo que tinha referido no momento da entrevista. Posteriormente, a compilação dos quadros de análise de discurso de todos os entrevistados, vieram a ajudar na análise das entrevistas e no tratamento dos resultados.

---

<sup>29</sup> Ver Apêndice D – Guião de Entrevista.

<sup>30</sup> Ver Apêndice C – Declaração de Consentimento Informado.

### **5.6.1. Caracterização dos Entrevistados**

Os dezasseis entrevistados foram selecionados segundo vários critérios, sendo que o critério primordial foi que estes tinham de possuir conhecimento na área de investigação e experiência no TO estudado neste trabalho. Os entrevistados foram divididos em grupos tendo em conta a função que desempenharam no TO da RCA, pois, como já foi referido nos capítulos anteriores, o JTAC pode ser atribuído a qualquer unidade que precise de apoio aéreo.

Assim, foram criados quatro grupos, compostos cada um por quatro entrevistados. O primeiro grupo de entrevistados é referente aos entrevistados que foram comandantes de FND no TO da RCA que englobavam forças Comando como elemento de manobra. Baixando o escalão da força, o segundo grupo é composto por elementos que foram oficiais de operações e/ou comandantes de companhia de tropas Comando em FND neste TO, e o terceiro grupo é constituído por entrevistados que desempenharam as funções de comandantes de grupo (UEP de forças Comando). Finalmente, o quarto grupo, é composto por oficiais da FAP que desempenharam as funções de JTAC na RCA e que prestaram apoio às tropas Comando no terreno.

## **CAPÍTULO 6. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

### **6.1. Enquadramento**

Este capítulo tem como único objetivo identificar os elementos que, de acordo com os critérios estabelecidos anteriormente na caracterização dos entrevistados, foram selecionados para serem inquiridos sob a forma de entrevista e também, apresentar, analisar e discutir, os dados retirados das mesmas.

### **6.2. Identificação dos Entrevistados**

Segundo o que já foi referido no capítulo anterior, os 16 elementos, alvo de entrevista, foram divididos em quatro grupos, sendo que cada grupo era constituído por quatro elementos. Cada grupo de entrevistados tem determinadas características. No entanto, além destas, todos os elementos, independentemente do grupo a que pertencem, para satisfazer a premissa anteriormente descrita, sobre a experiência neste TO, tinha de possuir no mínimo uma missão na RCA no âmbito da MINUSCA<sup>31</sup>.

O primeiro grupo é referente aos comandantes das FND, sendo que os selecionados foram o Sr. Tenente-Coronel Musa Paulino, na altura comandante da 1.ª FND da RCA, atualmente a desempenhar funções na Defesa Nacional, o Sr. Coronel Alexandre Varino, atual comandante do Regimento de Comandos por ter desempenhado funções como comandante da 2.ª FND/RCA, o Sr. Tenente-Coronel Lee Chin, comandante da 8.ª FND, atualmente colocado no Estado Maior do Exército e o Sr. Tenente-Coronel Jorge Pereira, atualmente a desempenhar funções no CFT, tendo desempenhado a função de comandante da 10.ª FND.

O segundo grupo é constituído por elementos que desempenharam as funções de oficial de operações e de comandante de companhia da manobra, pois a função de comandante da manobra só se verificou a partir da 5.ª FND. Este grupo é constituído pelo Sr. Major Carlos Galhano, oficial de operações na 2.ª FND, atualmente colocado no CFT, pelo Sr. Capitão Pedro Sousa, comandante da manobra na 8.ª FND, atualmente a desempenhar funções na NATO, pelo Sr. Capitão Tiago Faria, comandante da manobra na

---

<sup>31</sup> Ver Apêndice B - Classificação dos Entrevistados.

10.<sup>a</sup> FND e pelo Sr. Capitão André Ramos, comandante de companhia na 13.<sup>a</sup> FND, ambos colocados no Regimento de Comandos.

O terceiro grupo é constituído por elementos que desempenharam as funções de comandante de grupos de combate de tropas Comando, o Sr. Capitão Ricardo Gonçalves, comandante na 8.<sup>a</sup> FND, o Sr. Capitão Ricardo Pinho, comandante na 10.<sup>a</sup> FND, o Sr. Capitão Gustavo Francisco, comandante na 5.<sup>a</sup> e 10.<sup>a</sup> FND e o Sr. Tenente João Lisboa, comandante na 13.<sup>a</sup> FND. Estes quatro elementos estão atualmente a desempenhar funções no Regimento de Comandos.

O último grupo é composto por oficiais da FAP que desempenharam as funções de JTAC neste TO. O Sr. Tenente-Coronel António Farinha desempenhou as funções de JTAC na 1.<sup>a</sup>, 4.<sup>a</sup> e 9.<sup>a</sup> FNDs, o Sr. Tenente Gonçalo Rodrigues foi destacado na 7.<sup>a</sup>, 10.<sup>a</sup>, 12.<sup>a</sup> e 13.<sup>a</sup> FND, o Sr. Tenente Ricardo Rodrigues na 8.<sup>a</sup> FND e o Sr. Tenente Patrick Pires na 10.<sup>a</sup> e 14.<sup>a</sup> FND. Estes quatro elementos, estão, atualmente, a desempenhar funções no Comando Aéreo (CA) da Força Aérea, exceto o Sr. Tenente Gonçalo Rodrigues que se encontra na reserva de disponibilidade.

### **6.3. Análise dos Inquéritos por Entrevista**

No presente subcapítulo são expostos os resultados obtidos com a realização das entrevistas semiestruturadas, tendo como base o conteúdo mais relevante retirado de cada resposta conseguida.

Relativamente à pergunta n.º 1: “Considera que a estrutura e organização do TACP está adequada às exigências impostas por este TO?”, todos os entrevistados referiram que a equipa, constituída por dois JTAC (E16), podendo estes ser dois oficiais ou um oficial e um sargento, responsáveis pelo “controlo e coordenação de aeronaves em apoio à força terrestre” (E7), e um sargento responsável pela manutenção dos equipamentos que equipam esta equipa, está adequada face ao cumprimento da missão e às exigências impostas pelo teatro, tendo em consideração, segundo o E8 e o E11, a quantidade e disponibilidade dos meios aéreos e a dimensão da força apoiada . Foi referido também que esta estrutura permite o cumprimento da missão devido ao “número de controladores aéreos presentes, às suas qualificações, experiência (repetição de alguns controladores em missões no TO), disponibilidade de equipamentos e tecnologia, e procedimentos operacionais em vigor” (E6).

No que concerne à questão n.º 2: “As ROE estabelecidas para este TO limitam a utilização do apoio aéreo e o emprego dos JTAC?”, vários entrevistados referiram que as

ROE limitam o emprego dos meios aéreos e, conseqüentemente, o emprego do JTAC, principalmente em operações de CAS, apesar de ser incumbida apenas ao comandante da componente militar da MINUSCA a autorização desta capacidade dos meios aéreos, podendo ser delegada apenas no comandante da QRF portuguesa (E6, E7, E8, E9, E11, E13 e E16). Tal como refere o E5, estas “limitam principalmente a utilização da força letal proveniente dos meios aéreos contra forças à superfície”. Concomitantemente, outros entrevistados referiram que as ROE não limitam diretamente o emprego dos JTAC, mas sim o emprego de armamento aéreo, tal como refere o E4, estas “não restringiam o emprego do JTAC, mas sim o emprego da força, neste caso concreto, por parte dos meios aéreos”. Deste modo, embora as opiniões variem, existe um consenso, onde se verificou que o emprego dos JTAC é afetado pelas ROE, especialmente quando se trata de empregar armamento proveniente de aeronaves. Apesar desta restrição de meios, imposta pelas ROE, o trabalho do JTAC não é diretamente afetado, até porque este não é responsável apenas pela execução de operações de CAS.

No que diz respeito à pergunta n.º 3: “Como Comandante/Oficial de operações, acha que a equipa do TACP que acompanha a força tem os meios necessários para fazer face à ameaça?”, os entrevistados, no geral, enfatizaram possuir confiança nas capacidades desta equipa, tal como referiu o E6, que como comandante, expressava “total confiança na capacidade da equipa TACP de acompanhar a força e lidar com a ameaça com os recursos que possui”. Também foi referido pelos entrevistados que “a equipa do TACP possui os meios necessários para executarem o controlo e coordenação de meios aéreos” (E12), sendo que estes “são adequados às exigências impostas pelo TO” (E7). Foi, igualmente, referido pelo E1 que nunca verificou falhas em nenhum procedimento desta equipa, “devido a uma falha técnica dos seus meios, ao contrário das falhas devido a fatores externos à força portuguesa, como por exemplo: falhas técnicas provenientes dos meios da MINUSCA e falhas técnico-táticas cometidas pelos pilotos estrangeiros que operavam esses meios”. Assim, os entrevistados realçam a importância dos meios adequados, sendo que a maioria refere que esta equipa está bem equipada e possui os meios necessários para fazer face à ameaça, presente no TO, de forma eficaz.

Relativamente à quarta questão: “Como JTAC acha que os meios que lhe são fornecidos são suficientes para cumprir a missão neste TO?”, existe uma concordância entre os quatro JTAC entrevistados, sendo que todos evidenciam que os JTAC na RCA estão bem equipados e possuem os recursos necessários para cumprir a missão. Tal é evidenciado na resposta do E13, que refere que “o TACP está bem equipado, tanto a nível de equipamentos

individuais de combate como de equipamentos dedicados à sua especialidade para realizar o controlo dos meios aéreos do TO". Por outro lado, vários entrevistados referiram algumas limitações face aos meios aéreos integrantes da MINUSCA, relativamente à disponibilidade dos mesmos e às capacidades destes para prestarem o devido apoio. Tal como refere o E14, "as aeronaves são poucas e nem sempre estão disponíveis para apoiar as missões da QRF e nem todas as aeronaves têm capacidade para executar missões de CAS". Para corroborar isto, o E16 também refere que "as aeronaves que providenciam suporte à missão não são exclusivamente designadas para CAS. Isso implica que o planeamento e a execução de missões envolvendo CAS sejam mais desafiantes". Assim, de forma geral, os JTAC neste TO possuem os meios necessários para fazerem face à ameaça, no entanto, enfrentam desafios relacionados com a disponibilidade e capacidades dos meios aéreos.

No que concerne à questão n.º 5: "Como JTAC, quais foram as principais dificuldades que sentiu neste TO na RCA?", foram evidenciadas distintas dificuldades por parte dos entrevistados. O E13 referiu como dificuldade "A falta de TTP e conhecimento das tripulações em missões de CAS, o que torna esta missão extremamente exigente e de enorme responsabilidade aquando do seu emprego em operações de combate, de evacuações médicas aéreas ou de reconhecimentos aéreos", provocando no JTAC uma pressão adicional pois este necessita de coordenar e executar missões de forma eficaz, mesmo na falta de experiência e conhecimento por parte das tripulações das aeronaves. O E15 referiu como dificuldade "a falta de liberdade nas ações pois como a MINUSCA é uma missão da ONU, a utilização da força letal restringe a utilização de algumas capacidades das aeronaves em apoio às operações terrestres" e o E16 referiu que sentiu dificuldades "na obtenção de informações detalhadas sobre aspetos relevantes da missão, como quais os meios que iriam providenciar suporte, onde estariam posicionados, quais as suas capacidades, procedimentos de ativação, tempo de resposta, capacidade de realizar operações noturnas, etc". Também foi referido por este último "falta de uniformização nos conhecimentos e procedimentos dentro das tripulações dos contingentes". Neste sentido, as dificuldades sentidas vão ao encontro da falta de conhecimento e experiência das tripulações das aeronaves, burocracias e restrições no emprego e utilização da força letal proveniente dos helicópteros e necessidade de informações para o planeamento das aeronaves. Estas dificuldades, exigiram dos JTAC uma maior adaptabilidade e resiliência para superarem os desafios e cumprirem eficazmente a sua missão.

No que diz respeito à pergunta n.º 6: "Como Comandante/Oficial de Operações, quais foram as principais dificuldades que sentiu em comandar e empregar uma força de outro

ramo das forças armadas no apoio à manobra das forças terrestres?”, as respostas obtidas pelos entrevistados, variam entre dificuldades inexistentes e dificuldades inerentes a questões de integração e harmonização de procedimentos. Vários entrevistados referiram que não sentiram dificuldades e destacaram a importância da integração desta equipa durante a fase de aprontamento, nomeadamente para se fortalecerem as relações entre a força e garantir uma coordenação eficaz. Por exemplo, o E2, refere que procurou “sempre integrar o TACP durante o aprontamento de forma a criarem relações entre as forças”, apesar desta equipa integrar o aprontamento numa fase mais tardia (E9) ou até mesmo, como referiu o E1, apenas nos exercícios de certificação da força. No entanto, apesar de ser importante a sua integração no aprontamento, “é devido ao trabalho contínuo desenvolvido ao longo dos anos em território nacional nos exercícios conjuntos, que as relações entre as forças e as relações profissionais se têm vindo a fortalecer facilitando assim o comando e coordenação no TO” (E7). Por outro lado, foram referidas as diferenças doutrinárias e operacionais entre os ramos, especialmente referente à compreensão da manobra terrestre por parte dos JTAC, o que exigiu um esforço adicional na harmonização de procedimentos e nos treinos conjuntos (E6). Em suma, a generalidade dos entrevistados evidenciou que não enfrentaram dificuldades significativas ao comandar e empregar esta equipa, pois estas “sempre foram muito proativas e profissionais” (E9), no entanto surgiram desafios na integração e harmonização de procedimentos entre as forças, sendo por isso importante o treino conjunto para uma familiarização entre as unidades, evidenciado no aprontamento, nos exercícios realizados ao longo dos anos em território nacional e em outros TO.

Relativamente à pergunta n.º 7: “Fazia-se apoiar por esta equipa, quando lhe fornecida, aquando do planeamento? Justifique.”, foi claramente evidenciado que a presença e o apoio dos JTAC durante o planeamento são considerados essenciais, sendo extremamente valorizados pelos comandantes entrevistados. Esta generalidade deve-se ao facto de eles serem “os especialistas na coordenação dos meios aéreos em apoio à manobra da força terrestre” (E1), sendo estes “a única equipa qualificada e com o conhecimento necessário” (E2) até porque “todas as operações envolviam meios aéreos e/ou sistemas aéreos não tripulados” (E3). Reforçando o que já foi referido, os comandantes destacaram a importância de ter ao seu lado o JTAC, tanto no planeamento como na execução, fosse para aconselhar o comandante na tomada de decisão, fosse para garantir a integração eficaz dos meios aéreos nas operações, tal como refere o E6 que a sua “responsabilidade como comandante abrangia diversos aspetos, desde o planeamento estratégico até à execução tática das missões aéreas,

e nada melhor do que os ter ao meu lado, num planeamento paralelo e colaborativo na coordenação de um apoio aéreo preciso e eficaz”.

No que concerne à questão n.º 8: “Quais considera serem as valências desta equipa que levam ao cumprimento da missão no TO da RCA?”, tendo em atenção as respostas dos entrevistados, fica claro que esta equipa possui inúmeras valências que levam ao cumprimento da missão. Muitos entrevistados referem os JTAC como agentes multiplicadores das capacidades da força, possibilitando o emprego, comando e controlo de aeronaves em apoio direto à força terrestre, “o que aumenta o PRC” (E1). É também referido que, “por estes elementos terem muita formação e certificações específicas NATO, estes constituem-se como agentes facilitadores da integração do apoio dos meios aéreos nas operações terrestres, fazendo com que estes realizassem as suas tarefas de acordo com a intenção do comandante da força” (E2). Para além das certificações, é reconhecida pelos comandantes as capacidades técnicas destes elementos na “integração e guiamento dos meios aéreos em apoio às forças terrestres” (E5) nomeadamente em operações de reabastecimento e transporte, reconhecimento, CAS, demonstração de força e a coordenação da utilização do espaço aéreo por outros meios aéreos (E3) e “mesmo não existindo meios aéreos atribuídos à força, o papel deles é muito importante no desconflito do espaço aéreo para que sejam utilizados os drones de forma eficaz e sem qualquer incidente” (E8). Também é evidenciado como valência, pelos entrevistados, a flexibilidade e adaptabilidade dos JTAC às TTP dos Comandos, juntamente com a experiência adquirida neste teatro (E5). Estes elementos são também considerados como uma “ponte de comunicação entre as forças terrestres e as aeronaves de apoio aéreo, garantindo que todos os envolvidos na operação estejam cientes da situação e das intenções uns dos outros (...) e garantem a sincronização das ações no terreno” (E6) pois, garantem uma “ligação *Air to Ground*, fazendo com que haja complementaridade e compreensão tática transversal do que se pretende executar nas tarefas que são atribuídas” (E12). Assim, as valências desta equipa passam pelas elevadas competências técnicas, capacidade de integração dos meios aéreos de forma eficaz, estabelecimento de comunicações eficientes e experiência acumulada no teatro.

Relativamente à pergunta n.º 9: “Quais considera ser as vantagens e desvantagens de empregar o JTAC nas operações levadas a cabo no TO da RCA?”, os entrevistados referiram diversas vantagens, no entanto, não revelaram evidências claras de desvantagens. Como vantagens, os entrevistados referiram que o JTAC fornece à força um aumento considerável das suas capacidades, não só em operações de CAS, mas também em missões de ISR, demonstração de força, evacuação médica, reabastecimentos, transporte de forças e escoltas

(E1 e E10), atribuindo assim à força de manobra mais poder de fogo e proteção. Assim, os JTAC são vistos como agentes multiplicadores da força, aumentando assim o seu PRC (E2), aumentando assim o leque de tarefas passíveis de serem realizadas pela força portuguesa (E4). Outras vantagens, segundo o E15, é que “o JTAC permite ao comandante da força ter olhos no céu, ajudando assim na tomada de decisão” e segundo o E5 “é a integração dos meios aéreos em apoio à força de manobra de forma segura e com risco de danos colaterais bastante reduzido.” Para acrescentar às vantagens, é evidenciado pelos E7, E8 e E9 que os equipamentos modernos utilizados por estes elementos melhoram a coordenação dos meios aéreos reduzindo o risco, além de facilitarem a execução de missões complexas e de extrema importância como é o caso das evacuações médicas. Relativamente às desvantagens, não foram evidenciadas de forma significativa, em comparação com as vantagens operacionais já evidenciadas. No entanto, alguns entrevistados, nomeadamente o E10 e o E15, mencionaram dificuldades na interoperabilidade e rearticulação das equipas, quando, a esta unidade, era agregado um JTAC, devido ao facto de estes não possuírem os próprios meios de projeção. Desta forma, o emprego do JTAC na RCA é visto como altamente benéfico, contribuindo significativamente para o sucesso da missão.

No que diz respeito à questão n.º 10: “Que potencialidades e limitações foram identificadas no emprego do JTAC no TO da RCA?”, foi possível evidenciar diversas potencialidades e algumas limitações, segundo os entrevistados. Como potencialidades, à semelhança das vantagens referidas na pergunta anteriormente realizada, os entrevistados referem o papel do JTAC como sendo um fator multiplicador da força, tal como evidencia o E13 quando refere que o emprego do JTAC se traduz num “aumento significativo do potencial de combate da Força, pois estes assumem-se como um multiplicador de força, contribuindo indubitavelmente para a própria segurança, sobrevivência e proteção da mesma”. É também referido que as potencialidades deste elemento se traduzem no “garantir da alta precisão na coordenação do apoio aéreo dos ataques contra alvos inimigos; a maior eficiência e minimização do risco de baixas civis e danos colaterais” (E6). Também se constitui como papel fundamental no estabelecimento das comunicações entre as forças terrestres e as aeronaves, assegurando assim a sincronização das operações, fornecendo ainda uma visão aérea do campo de batalha, o que permitia uma melhor avaliação das situações táticas, ajudando o comandante na tomada de decisão (E6). Relativamente às limitações, os entrevistados não referiram limitações significativas ao emprego dos JTAC, mas sim limitações relacionadas com as aeronaves pertencentes à MINUSCA. Estas limitações estão relacionadas com “as condições climáticas adversas que podem constituir

entraves à utilização das aeronaves” (E2), e com a “disponibilidade dos meios aéreos que a MINUSCA possui ao seu serviço, tal como a falta de conhecimento e TTP das tripulações” (E11). No entanto, à semelhança do que foi referido nas desvantagens, alguns entrevistados também referiram como limitações o facto de o TACP não possuir os próprios meios de transporte, tendo estes que ser anexados a uma viatura de uma equipa, perdendo esta um elemento, em troca do JTAC (E5). Assim, as potencialidades do emprego do JTAC neste TO estão centralizadas na medida em que este desempenha o papel de agente multiplicador da força, coordenando de forma eficaz o poder aéreo, enquanto as limitações não estão diretamente relacionadas com o JTAC, mas sim com fatores externos à força portuguesa, que são as condições climatéricas, disponibilidade dos meios aéreos e falta de conhecimento das tripulações.

Relativamente à última questão, “Acha necessário o emprego destes elementos, considerando os mesmos como fator decisivo para o sucesso da missão? Justifique”, é evidente, por parte dos entrevistados, a importância do emprego do JTAC neste TO para o sucesso das operações. Várias respostas destacam a contribuição significativa deste elemento para o sucesso da missão, no entanto não consideram decisivo o seu emprego de forma isolada, apenas é altamente necessário, providenciando novas capacidades à força. Isto é evidenciado na resposta dada pelo E3, entre outras, em que este refere que “é necessário o emprego dos JTAC pois são uma mais valia para a QRF Portuguesa, proporcionando novas valências ao apoio prestado à manobra da força terrestre, no entanto, não considera o emprego dos mesmos como fator decisivo para o cumprimento da missão, estando incumbida essa tarefa às forças Comando integrantes na manobra”. Por outro lado, a maioria dos entrevistados (E5, E6, E7, E10, E11, E12, E13, E14, E15 e E16) refere que “tendo em consideração todas as características envolventes neste TO da RCA, sem os meios aéreos e, por sua vez, sem os JTAC para controlarem estes meios, seria mais difícil, e com um risco maior associado, cumprir as missões atribuídas à força portuguesa” (E11). Assim, tendo por base uma opinião geral dos entrevistados, relacionando o meio envolvente deste TO e as capacidades que estes elementos incrementam na força com a utilização dos meios aéreos, o emprego destes é decisivo.

#### 6.4. Discussão dos resultados

No seguimento da análise de dados, este subcapítulo tem como objetivo cruzar os resultados obtidos com a realização das entrevistas semiestruturadas, com o conteúdo apresentado na revisão da literatura.

Segundo o que foi referido no capítulo 4, a QRF portuguesa é composta pela companhia de manobra, pelo módulo Pandur, pelo MCI, pelo TACP, pelo destacamento de apoio e pelo seu estado maior (Araújo, 2024). A equipa do TACP é uma unidade oriunda da FAP, composta por dois JTAC e por um técnico de manutenção de sistemas, responsável pela manutenção e bom funcionamento dos meios utilizados apenas por esta equipa (E14 e E16). Tendo em conta que a unidade de manobra é uma companhia de comandos, a três grupos de combate, reforçada com um módulo Pandur, os meios aéreos disponíveis da MINUSCA e a ameaça presente no teatro, nomeadamente grupos armados pouco desenvolvidos e mal equipados, o TACP ser constituído por dois JTAC, para realizarem de forma eficaz a coordenação e controlo de aeronaves em apoio à manobra terrestre, segundo as respostas de carácter positivo dos entrevistados, este número está adequado.

Remetendo para o primeiro capítulo, como é sabido, a MINUSCA é uma missão multidimensional de manutenção de paz, implementada pelas Nações Unidas na RCA, que tem como prioridade a proteção de civis. As ROE são regras que regulam o uso da força e os comportamentos dos vários intervenientes, atribuindo responsabilidades a diferentes níveis da cadeia hierárquica militar (E3). Deste modo, tal como em todos os TO, a componente militar da MINUSCA, onde se inclui a QRF portuguesa, tem de atuar em conformidade com as ROE preestabelecidas. Em paralelo, foram evidenciadas nos capítulos 2, 3 e 4, as capacidades de atuação de um JTAC qualificado a nível NATO e as tarefas que estes estão a desempenhar na RCA, corroboradas também pelos entrevistados, nomeadamente, operações de CAS, *Show of Force*, escoltas, operações de ISR, transporte aéreo, reabastecimento e Air-CASEVAC, sendo que as operações de CAS se caracterizam por fornecerem fogos oportunos e precisos, provenientes de aeronaves às forças amigas em franca proximidade com o inimigo (JP3-09.3, 2009).

Segundo os entrevistados, sendo que as ROE, relativamente ao uso dos meios aéreos, só impõe restrições no emprego da força letal proveniente dos helicópteros, o JTAC, apenas se vê limitado pelas ROE na execução de missões de CAS, sendo que possui liberdade de ação e planeamento nas outras tipologias de missões que a sua qualificação permite realizar, sempre de acordo com a intenção do comandante da força. No entanto, as missões de CAS

têm de ser planeadas, pois, no caso de no decorrer das ações terrestres ser necessário, o JTAC tem de ser capaz de providenciar esse apoio à força, de forma eficaz e mitigando o risco de danos colaterais, apenas com a autorização do comandante da componente militar da MINUSCA que, por sua vez, pode delegar essa decisão no comandante da QRF (E6). Assim, os JTAC ainda conseguem realizar uma variedade diversificada de operações que não envolvam o uso da força letal, possuindo utilidade operacional dentro destas limitações existentes.

Relativamente aos meios desta equipa, o TACP na RCA é equipado com várias ferramentas modernas de forma a conseguir executar de forma eficaz o controlo e integração dos meios aéreos. A FAP é responsável por equipar os militares que integram o TACP com armamento e equipamento individual de combate, meios de comunicações entre a força e as tripulações aéreas, equipamentos de *targeting* e Kits de marcação de pistas e zonas de aterragem<sup>32</sup>. Foi ressaltado pelos entrevistados que os meios de comunicação são descritos como sendo eficientes e capazes de estabelecer e manter a ligação ar-terra, sendo que, para além disto, esta equipa possui redundância suficiente de meios bem como capacidade de manutenção. Sendo assim, considerando a listagem do material usado por esta equipa e com o *feedback* positivo transmitido pelos comandantes de subunidades de tropas Comando e pelos próprios JTAC, que integraram FND neste teatro, os meios possuídos por esta equipa são os adequados e os necessários para que estes possam efetuar um controlo aéreo eficaz, de forma a fazer face à ameaça presente no TO. Isto é evidenciado pela maioria dos entrevistados, que referiu que não foram detetadas falhas significativas nos procedimentos técnico-táticos devido a falhas destes equipamentos.

Como é referido no capítulo 3 e 4, o JTAC acarreta a responsabilidade de conhecer a intenção do comandante que pede o apoio, prioridade dos alvos, efeitos desejados, e sincronização de fogos, conhecer a intenção dos comandantes e as ROE aplicáveis, propor alvos de oportunidade e aconselhar o comandante sobre o emprego adequado dos meios aéreos (ATP-3.3.2.1 D, 2019). Assim, e juntamente com o referido pelos entrevistados, este elemento tem como uma das suas funções, aconselhar o comandante da força terrestre na tomada de decisão, em tudo o que concerne à utilização dos meios aéreos em apoio à unidade de manobra, visto que é este o único elemento com conhecimento e com capacidades certificadas para realizar a integração deste apoio. Assim, o papel deste elemento na fase de planeamento foi bastante apreciado pelos entrevistados, que o caracterizaram como sendo

---

<sup>32</sup> Ver anexo K – Meios dos JTAC.

de extrema importância atendendo ao seu papel na eficácia da integração e apoio dos meios aéreos, bem como na manobra terrestre.

Reportando aos capítulos 2 e 3, estes explicam as diversas operações aéreas possíveis de serem realizadas em apoio às forças terrestres e qual é a função do JTAC no planeamento e execução das mesmas. Assim, considerando as exigências destas operações, mais em específico das operações de CAS, é necessário que estes elementos tenham qualificações NATO, pois são operações complexas, que envolvem muito conhecimento e treino. Como referido, as operações de CAS são operações que consistem na largada de armamento de aeronaves contra forças à superfície, sendo a distância, relativamente às forças amigas, consideravelmente próxima. Assim, o JTAC tem de ser conhecedor do tipo de alvo, terreno, condições meteorológicas, armamento disponível nas aeronaves, tipo de aeronave que executa o apoio, tipologia do ataque e sobretudo a distância do adversário à força amiga e a não combatentes, para evitar o risco de fratricídio e de danos colaterais. Também tem de ser conhecedor de todo o tipo de meios de apoio de combate, nomeadamente apoio de fogos indiretos disponíveis pela força, no caso da companhia de Comandos, o uso de morteiros, de forma a coordenar este tipo de apoio de fogos, em simultâneo com o apoio de fogos das aeronaves. Outros meios de apoio de combate que este elemento também tem de coordenar e integrar, com os remanescentes apoios, são os Sistemas Aéreos Não Tripulados (SANT), nomeadamente na desconflituação do espaço aéreo, executando o apoio às operações de reconhecimento (E3 e E8). Portanto, tal como referiram os entrevistados, as qualificações que estes elementos possuem que lhes permitem realizar operações de CAS, mas também operações de ISR, evacuação, transporte, demonstração de força e reabastecimento aéreo, são valências que estes militares possuem, incrementando na força terrestre um aumento do seu PRC e uma abertura a um maior leque de operações possíveis de serem realizadas.

Segundo o que foi referido nos capítulos 1 e 4, as tropas Comando, são uma tropa especial do Exército Português, que, por sua vez, são uma força com elevado grau de prontidão e emprego operacional, capaz de conduzir operações em todo o espectro das operações militares. São por isso uma força capaz de executar tanto operações de combate ofensivas, como operações de estabilização (EME, 2017). Uma vez que esta tipologia de força integra uma companhia de manobra, pertencente a uma QRF da MINUSCA, esta força passa a realizar tarefas no âmbito das operações de apoio à paz. Estas tarefas podem ser operações de cerco e busca, reconhecimentos de área e de zona, patrulhamentos, escoltas, entre outras (Chin, 2017). No entanto, como também foi evidenciado no capítulo 1, o TO da RCA apresenta características muito específicas, como o terreno, que pode ser bastante

acidentado e em algumas zonas, bastante arborizado, as condições climatéricas, as vias de comunicação, sendo estas bastante escassas e, quando existentes, em mau estado de conservação. A ameaça existente também caracteriza muito este TO, sendo esta composta por grupos armados. Neste teatro, existem várias milícias, formadas sobretudo com base nas crenças religiosas, que vivem em constante disputa entre si com o intuito de tomarem posse de território, de forma a tomarem conta dos seus recursos naturais. Estes grupos armados também se caracterizam pela sua dificuldade de distinção entre a população civil, dificultando a tarefa dos militares da ONU na identificação da ameaça e na gestão do risco. Assim, e tal como referem os entrevistados, após a análise destas variáveis do TO, o emprego dos JTAC e, por sua vez, a integração dos meios aéreos nas operações terrestres, são considerados uma vantagem, pois facilitam o sucesso da missão das tropas Comando.

O emprego do JTAC, para além de proporcionar às tropas Comando a possibilidade de integrar apoio de fogos (fogos indiretos e fogos de helicóptero) em simultâneo, a possibilidade de realização de reconhecimento aéreos, sem recorrer a forças de reconhecimento apeados, minimizando o risco de exposição, a possibilidade de se realizarem evacuações, transporte e reabastecimento aéreo, percorrendo uma maior distância, num curto espaço de tempo, visto que as condições das vias de comunicação não são as melhores, garante uma alta precisão e uma maior eficiência na integração dos meios aéreos nas operações e minimiza o risco de fogo amigo e danos colaterais. Este complemento às tropas Comando é considerado pela maior parte dos entrevistados como sendo a potencialidade mais relevante do emprego dos JTAC.

Relativamente às limitações do emprego dos JTAC, como já foi referido, a FAP é a entidade responsável por equipar o TACP, no entanto só os equipa a nível de equipamento individual de combate e de coordenação e guiamento de aeronaves, não proporcionando meios de proteção e transporte. Deste modo, para colmatar esta limitação, os JTAC são anexados às viaturas dos comandantes de subunidade, sendo que a equipa tática pertencente a essa viatura vai perder um elemento para facultar um lugar para o JTAC. Fora esta limitação, diretamente relacionada com o emprego do JTAC, apenas foram referidas limitações ligadas aos meios aéreos da MINUSCA, que influenciam indiretamente o trabalho do JTAC. Estas limitações, provenientes dos meios aéreos da MINUSCA, estão relacionados com a escassez dos mesmos, pois só existem quatro unidades de aviação no TO (Turquia, Paquistão, Tunísia e Sri Lanka), para suprimir as necessidades de apoio aéreo de todas as forças pertencentes à MINUSCA e nem sempre os meios disponibilizados estão equipados com os equipamentos necessários para as operações. Outra limitação dos meios aéreos,

evidenciada pelos entrevistados, foi o facto de os helicópteros não voarem em condições meteorológicas adversas e não realizarem operações em condições de visibilidade reduzida. Os JTAC que foram destacados para este TO também referiram a falta de conhecimento e uniformização das TTP por parte das tripulações, considerando esta como sendo uma limitação dos meios aéreos.

## CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A presente investigação teve como principal objetivo, compreender o emprego do JTAC nas diversas operações levadas a cabo pelas tropas Comando no TO da RCA e como este pode levar ao sucesso das mesmas. Procurou-se, portanto, caracterizar os meios e métodos de atuação de um JTAC e compreender como estes são empregues neste TO, bem como analisar se existe necessidade por parte dos comandantes das FND em empregar estes elementos na força de manobra e se os mesmos valorizam a integração dos JTAC para o cumprimento da missão. Por último, procuramos compreender as potencialidades e limitações de um JTAC integrado numa FND na RCA e quais as suas valências neste TO. Para irmos ao encontro dos objetivos estipulados para esta investigação, o processo metodológico, materializou-se numa análise documental e na realização de entrevistas. As entrevistas elaboradas foram entrevistas semiestruturadas, realizadas aos comandantes de subunidades de tropas Comando, que integraram FND na RCA, às quais este elemento esteve anexado durante as operações. Também foram realizadas entrevistas a militares da FAP que desempenharam a função de JTAC neste TO. Em suma, estas entrevistas foram realizadas a entidades com experiência operacional no TO e com conhecimento sobre as capacidades e limitações dos JTAC.

Focando na PD1: **“Quais são os meios e métodos de atuação de um JTAC e como é que estes são empregues neste TO da RCA?”**, verificámos que estes elementos são capazes de planear e executar uma panóplia de operações, segundo as qualificações NATO que possuem. Estas formas de emprego estão relacionadas com as operações aéreas conjuntas, mais especificamente com operações aéreas em apoio direto às forças de superfície. A função deste elemento é integrar os meios aéreos destacados para apoiar a companhia de manobra de forças Comando em quase todas as tarefas realizadas por esta tipologia de forças. O JTAC possui a capacidade e o conhecimento para executar missões de CAS, missões estas que são caracterizadas pela elevada complexidade de planeamento e execução, pois a distância no terreno dos grupos armados às tropas Comando pode ser de tal forma reduzida, que o emprego de armamento letal proveniente dos meios aéreos da MINUSCA representa risco de fratricídio, risco este que é mitigado pelo emprego deste elemento. Para além desta capacidade, estes militares também podem executar missões de ISR, escoltas, patrulhamentos, evacuações médicas e transporte de pessoal e material. Associado a estes métodos de atuação, para que estes sejam empregues da melhor forma, a

equipa do TACP presente na RCA, possui uma diversidade de meios tecnologicamente avançados, que permitem comunicações eficientes com as tripulações dos helicópteros, mantendo em permanência a ligação entre a força da manobra e os meios aéreos. Para além destes, possuem também equipamentos de localização GPS e de infravermelhos e também equipamentos de *targeting* para conduzir os meios aéreos nas operações de CAS.

No que concerne à PD2: **“Existe necessidade por parte dos comandantes das FND em empregar o JTAC na força de manobra sendo que é valorizada a integração dos mesmos para o cumprimento da missão?”**, verificámos que existe uma tendência, por parte dos comandantes das FND e de todas as subunidades de tropas Comando, em requerer a presença e o apoio dos JTAC, tanto durante o planeamento operacional, como durante as operações, sendo que estes são considerados essenciais para garantir uma coordenação eficaz do apoio aéreo às operações terrestres, dada a sua experiência técnica e conhecimento especializado nesta área.

Debruçando-nos sobre a PD3: **“Quais são as valências que um JTAC projetado na RCA possui para combater a ameaça e quais são as suas potencialidades e limitações dentro da sua área de trabalho?”**, ficou claro, no decorrer desta investigação, que as competências por estes possuídas, certificadas a nível NATO, e a constante necessidade de estarem sempre a ser acreditados para poderem continuar a desempenhar as suas funções, é uma valência que estes elementos possuem. Com as suas competências operacionais, para além do profundo conhecimento que possuem relativamente às TTP e capacidades de emprego técnico e tático das tropas Comando e do conceito da manobra, permitem a integração dos meios aéreos em apoio à força terrestre, ao que está inerente um aumento do PRC da força e das suas capacidades, nomeadamente, poder de fogo, choque e mobilidade e, por sua vez, um aumento de um leque de operações passíveis de serem realizadas pela QRF portuguesa. A experiência acumulada por estes elementos neste TO, em conjugação com os conhecimentos e meios orgânicos disponíveis asseguram, não só o emprego dos meios aéreos, mas também a sincronização das operações e de todos os meios de apoio de combate, ajudando, ainda, na avaliação das situações táticas que, por sua vez, auxiliam o comandante da força apoiada na tomada de decisão. Relativamente a limitações, por este elemento se constituir como um incremento à QRF e, por sua vez, um agente multiplicador da força, este não possui limitações intrínsecas ao seu emprego operacional, apenas possuindo extrínsecas. Portanto, estas limitações estão relacionadas com os meios aéreos que executam o apoio aéreo à QRF portuguesa, pertencentes a países integrantes da MINUSCA. Estas limitações estão relacionadas com a escassez e disponibilidade dos meios

aéreos, falta de capacidades para combate dos mesmos, falta de conhecimento das TTP por parte dos pilotos e CAVEATS impostas pelas tripulações.

Assim, foi possível responder à PP: **“No TO da RCA, de que forma é que o JTAC atua para prestar o devido apoio às forças e assim garantir o sucesso das operações?”**. Verificou-se que, neste teatro, o JTAC desempenha um papel crucial na coordenação dos meios aéreos, neste caso às forças Comando, de forma que esta consiga garantir o sucesso nas operações. Como elementos qualificados internacionalmente, possuem competências técnicas e especializadas que lhes permitem integrar os meios aéreos disponíveis de forma a apoiarem a manobra terrestre. São capazes de executar e planejar operações de CAS, ISR, *Casualty Evacuation* (CASEVAC), *Medical Evacuation* (MEDEVAC), transporte de pessoal e material, patrulhamentos e escoltas. Também é da sua responsabilidade, desconflitar o espaço aéreo e sincronizar todos os meios de apoio de combate, desde os fogos de helicóptero, morteiros e utilização dos drones. Estas operações são sempre realizadas segundo procedimentos acreditados a nível da NATO e sobretudo de acordo com diretrizes estabelecidas nas ROE. A presença destes elementos, tanto no planeamento como nas ações, é bastante valorizada pelos comandantes de FND e de subunidades de tropas Comando, pois são estes que possuem a experiência e o conhecimento para fazer uma integração dos meios aéreos de forma eficaz. Corroborando esta apreciação por parte dos comandantes, estes elementos também são bastante valorizados, pois as suas formações em conjugação com os seus meios, executam uma melhor avaliação das situações táticas, ajudando e aconselhando os comandantes no processo de tomada de decisão. No entanto, apesar de as suas capacidades operacionais e incremento de força, os meios aéreos da MINUSCA existentes limitam o seu emprego. Em suma, o emprego do JTAC no TO da RCA manifesta-se numa integração segura e eficaz dos meios aéreos disponíveis, de modo a prestar o apoio necessário às forças Comando, garantindo uma maior coordenação tanto das operações aéreas como terrestres e um aumento do PRC da QRF. Assim, este elemento torna-se um agente multiplicador e facilitador, levando ao sucesso das missões levadas a cabo por esta tipologia de forças neste ambiente operacional desafiador.

Os principais contributos obtidos com esta investigação materializam-se na identificação das capacidades que os JTAC possuem em detrimento das operações realizadas pelas forças de Comandos destacadas na RCA e, sobretudo, na perceção das valências que estes elementos têm e que conduzem ao sucesso das missões.

Constatou-se como principal limitação, devido ao facto de o emprego dos JTAC, neste TO, ser bastante recente e atual, a falta de literatura referente a esta temática, mais em específico, relativamente ao trabalho conjunto realizado entre Exército e Força Aérea.

No seguimento desta investigação, recomenda-se como investigações futuras, tendo em consideração o grande conflito da atualidade, a guerra Rússia – Ucrânia e a grande utilização que se tem vindo a verificar dos meios aéreos, tanto de asa fixa, como de asa rotativa e cada vez mais os SANT, qual é a empregabilidade dos JTAC nesta tipologia de conflitos, realizando uma análise comparativa entre as vantagens e desvantagens destes elementos, em diferentes teatros, tipologias e dimensões de forças diferentes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alarcão, I., Cardoso, T. & Celorico, J. (2010). *Revisão da Literatura e Sistematização do Conhecimento*. Porto Editora.
- Araújo, L. (2024). *Organograma MINUSCA* [Slides de PowerPoint]. Ministério da Defesa Nacional. Exército Português.
- Araújo, L. (2024). *Organograma QRF Portuguesa* [Slides de PowerPoint]. Ministério da Defesa Nacional. Exército Português.
- Barbelet, V. (2015). *Central African Republic: addressing the protection crisis*. Humanitarian Policy Group. Overseas Development Institute.
- Boas, M. (2014). *The Central African Republic - a history of a collapse foretold*. Norwegian Peacebuilding Resource Centre.
- Bozzo, M. C. C., Burssed, A. L. C., & Farinazzo, M. V., (2021). *O Conflito na República Centro-Africana: Violência Pós-Eleições de 2020*. Observatório de Conflitos Internacionais: Série Conflitos Internacionais, V.8, N.1. <https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/observatoriodeconflitosinternacionais/v.-8-n.-4-ago-2021>
- Campos, L., Santos, J., Vieira, N., & Silva, Y., (2016). *O Conflito na República Centro Africana*. Observatório de Conflitos Internacionais: Série Conflitos Internacionais, V.3, N.1. <https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/observatoriodeconflitosinternacionais/publicacao---o-conflito-na-republica-centro-africana.pdf>
- Cancelinha, A. P. (2015). O Batalhão de Comandos no Século XXI. *MAMASUME*, 78(2), pp. 29-33.
- Central Intelligence Agency* [CIA] (2024). Africa - Central African Republic. In *The World Fact Book*. <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/central-african-republic/summaries/>.
- Chin, L. (2017) Força Nacional Destacada na MINUSCA. *Jornal do Exército*, 664 (janeiro 2017), pp. 32-35.
- Comando das Forças Terrestres [CFT]. (2020). Plano Administrativo-Logístico GORILA – Apoio à participação do Exército na Multidimensional Integrated Stabilization Mission in The Central African Republic (MINUSCA).

- EEAS. (2021). European External Action Service: Delegation of the European Union to Central African Republic. [https://www.eeas.europa.eu/delegations/central-african-republic\\_en?s=89](https://www.eeas.europa.eu/delegations/central-african-republic_en?s=89).
- EEAS. (2021). European External Action Service: European Union Advisory Mission in the Central African Republic. [https://www.eeas.europa.eu/euam-rca\\_en?s=3344](https://www.eeas.europa.eu/euam-rca_en?s=3344).
- EEAS. (2021). European External Action Service: European Union Training Mission in Central African Republic. [https://www.eeas.europa.eu/eutm-rca\\_en?s=334](https://www.eeas.europa.eu/eutm-rca_en?s=334).
- Encyclopedia Britannica. (2018). Central African Republic. In Encyclopedia Britannica. <https://www.britannica.com/place/Central-African-Republic>.
- Equipa Editorial Mondafrique. (2024, January 27). *A incrível constelação de grupos armados na República Centro-Africana*. Mondafrique. <https://mondafrique.com/a-la-une/lincredyable-constellation-des-groupes-armes-en-centrafrique/>.
- Estado-Maior do Exército [EME]. (2011). PDE 3-65-00. Operações de Apoio à Paz – Táticas, Técnicas e Procedimentos.
- Estado-Maior do Exército [EME]. (2017). Quadro Orgânico (09.02.05) Batalhão de Comandos.
- Estado-Maior do Exército [EME]. (2016). *Diretiva N.º30 de S.Ex.ª o GEN CEME - FND na MINUSCA*. Lisboa: s.n.
- Estado-Maior-General das Forças Armadas [EMGFA]. (2020). *Diretiva Operacional N.º009 de S.Ex.ª o GEN CEMGFA - FND na MINUSCA*. Lisboa: s.n.
- Exército Português. (2024). Meios: Forças Ligeiras. In Exército Português. <https://www.exercito.pt/pt/meios/equipamentos?menu=forcas-ligeiras>.
- Exército Português. (2024). Meios: Forças Médias. In Exército Português. <https://www.exercito.pt/pt/meios/equipamentos?menu=forcas-medias>.
- Ferrão, E. M. B. C. M. (2020) Participação Portuguesa na RCA. *Jornal do Exército*, 699 (maio 2020) pp. 16-21.
- Ferreira, F. (2017). 1ª Força Nacional Destacada na Missão ONU na República Centro Africana Revista Warrior nº20, pp. 14-18.
- Fortin, M. F. (1999). *O Processo de Investigação: Da concepção à realização*. Lusociência - Edições Técnicas e científicas, Lda.
- Freitas, E., & Prodanov, C. (2013). *Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Académico* (2ª ed.). Feevale.
- Freixo, M. J. V. (2011). *Metodologia Científica: Fundamentos, Métodos e Técnicas*. (3ªed). Lisboa: Instituto Piaget.

- Gabinete do Chefe de Estado Maior do Exército [GabCEME]. (2016). Press Kit – 5ª Força Nacional Destacada República Centro Africana. Lisboa.
- Ghura, D. & Mercereau, B. (2005). *Political Instability and Growth in the Central African Republic, a Neighbor of the Democratic Republic of the Congo*. International Monetary Fund. <https://www.elibrary.imf.org/display/book/9781589062528/ch07.xml>.
- Gonçalves, A. (2004). *Métodos e Técnicas de Investigação Social I*. Universidade do Minho: Instituto de Ciências Sociais.
- Guerra, I. C. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo – Sentidos e formas de uso*. Principia Editora.
- Guerra, R. & Neves, P. (2015). *Teses em Ciências Sociais – Dicas muito práticas*. Edições Sílabo.
- Guerra, R., (2024). Material FND MINUSCA – Equipa TACP [Arquivo Excel]. Ministério da Defesa Nacional. Força Aérea Portuguesa.
- Humanitarian Financing Task Team [HFTT] (2019). Central African Republic Country Study. Output IV.
- Instituto de Estudos Superiores Militares [IESM]. (2016). Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação. Lisboa: IESM.
- Isaacs-Martin, W. (2016). Political and Ethnic Identity in Violent Conflict: The Case of Central African Republic. *International Journal of Conflict and Violence*, Vol. 10(1). pp. 30-31.
- Lombard, L. (2016). *State of Rebellion - Violence and Intervention in the Central African Republic*. Bloomsbury Publishing PLC.
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M., (2000). *Metodologia Científica*. Editora Atlas.
- McGrew, L., 2016. *Conflict Analysis: Central African Republic*. Catholic Relief Services.
- Morrison, M. (2016). *Central African Republic Governance and Political Conflict*. Victoria General Printing.
- Mouta, L. M. S. R., Correia, M. J. P., Balula, J. M. S., Viana, M. P. A., & Neves, P. F. V. (2018). *O Teatro de Operações da República Centro-Africana – Atual Ambiente Operacional*. Lisboa: Instituto Universitário Militar. Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal. <http://hdl.handle.net/10400.26/23236>.
- NATO (2016). *AJP-3.3(B) Allied Joint Doctrine for Air and Space Operations*. NATO Standardization Agency (NSA).

- NATO (2019). *ATP-3.3.2.1(D) Tactics, Techniques and Procedures for Close Air Support and Air Interdiction*. NATO Standardization Agency (NSA).
- ONU, (2018). MINUSCA: Mandato. <https://minusca.unmissions.org/mandat>.
- ONU, (2023). MINUSCA: Liderança. <https://minusca.unmissions.org/leadership>.
- ONU. (2023). United Nations Peacekeeping: MINUSCA Fact Sheet <https://peacekeeping.un.org/en/mission/minusca>.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L., V. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Gradiva.
- Rosado, P. (2017). *Elementos Essenciais de Sociologia Geral*. Gradiva.
- Sarmiento, M. (2008). *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada*. Universidade Lusíada Editora.
- Sarmiento, M. (2013). *Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses*. Universidade Lusíada Editora.
- Silva, C. C. & Serronha, M. (2020). *Do caos à esperança: As Forças Nacionais Destacadas ao serviço da ONU na República Centro-Africana, Janeiro 2017-Março 2020*. Estado-Maior-General das Forças Armadas.
- Silva, J. G. & Caseiro, I. B., (2021). EuroDefense Portugal: *As Forças Armadas Portuguesas na República Centro-Africana*. <https://eurodefense.pt/as-forcas-armadas-portuguesas-na-republica-centro-africana/>
- United Nations Regional Information Center [UNIRIC]. (2020). *O Conflito Silencioso no Coração de África*. <https://unric.org/pt/republica-centro-africana-o-conflito-silencioso-no-coracao-de-africa/>
- US (2009). *JP3-09.3 Close Air Support*. Joint Chiefs of Staff.
- US (2017). *JP3-0 Joint Operations*. Joint Chiefs of Staff.
- Vilelas J., (2009). *Investigação: o processo de construção do conhecimento*. Edições Sílabo.
- Wilson, H.S. (1985). *Research in nursing*. Addison-Wesley.
- Yin, R. (2005). *Estudo de Caso. Planeamento e Métodos*. Bookman.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – MODELO DE ANÁLISE

**Quadro 3 – Modelo de Análise**

<b>OG</b>	Compreender o emprego do JTAC nas diversas operações levadas a cabo pelas tropas Comando no TO da RCA e como este pode levar ao sucesso das mesmas.			
<b>PP</b>	No TO da RCA, de que forma é que o JTAC atua para prestar o devido apoio às forças e assim garantir o sucesso das operações?			
<b>Objetivos Específicos</b>	<b>Perguntas Derivadas</b>	<b>Conceito</b>	<b>Dimensão</b>	<b>Técnicas de recolha de dados</b>
<b>OE1:</b> Caracterizar os meios e métodos de atuação de um JTAC e compreender como estes são empregues neste TO.	<b>PD1:</b> Quais são os meios e métodos de atuação de um JTAC e como estes são empregues neste TO da RCA?	Meios e Métodos	NATO	Análise Documental; Entrevistas semiestruturadas
			RCA	
<b>OE2:</b> Analisar se existe necessidade por parte dos comandantes das FND em empregar estes elementos na força de manobra e se os mesmos valorizam a integração dos JTAC para o cumprimento da missão.	<b>PD2:</b> Existe necessidade por parte dos comandantes das FND em empregar o JTAC na força de manobra sendo que é valorizada a integração dos mesmos para o cumprimento da missão?	Necessidade	Comandantes de FND	Análise Documental; Entrevistas semiestruturadas
			Oficial de operações e comandantes de companhia	
			Comandantes de Grupo	

<b>OE3:</b> Compreender as potencialidades e limitações de um JTAC integrado numa FND na RCA e quais as suas valências neste TO.	<b>PD3:</b> Quais são as valências que um JTAC projetando na RCA possui para combater a ameaça e quais são as suas potencialidades e limitações dentro da sua área de trabalho?	Valências; Potencialidades e Limitações	Comandantes de FND	Análise Documental; Entrevistas semiestruturadas
			Oficial de operações e comandantes de companhia	
			Comandantes de Grupo	
			JTAC	
<b>Raciocínio</b>	Indutivo			
<b>Desenho de pesquisa</b>	Análise Documental; Entrevistas semiestruturadas			
<b>Estratégia de investigação</b>	Qualitativa			
<b>Objeto de estudo</b>	JTAC			
<b>Delimitação temporal</b>	Atualidade, Futuro			
<b>Delimitação espacial</b>	ONU; NATO; EP (EME); EMGFA			
<b>Conteúdo</b>	Caracterização das operações em apoio às forças terrestres; Caracterização do JTAC a nível NATO, Caracterização das Tropas Comando; Atuação do JTAC com as Tropas Comando na RCA			

**Fonte: Elaboração Própria**

## APÊNDICE B – CLASSIFICAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Quadro 4 – Entrevistados

Grupo	Número	Posto	Nome	Função com Interesse	Atual Função	Unidade	Data
G1	E1	TCor	Musa Paulino	Comandante da 1ªFND/RCA	Assessor da Direção de Serviços Estratégicos de Defesa	Direção de Serviços Estratégicos de Defesa	4/4/2024
	E2	Cor	Alexandre Varino	Comandante da 2ªFND/RCA	Comandante do Regimento de Comandos	Regimento de Comandos	12/4/2024
	E3	TCor	Lee Chin	Comandante da 8ªFND/RCA	Chefe da Departição de Inovação e Doutrina	EME	4/4/2024
	E4	TCor	Jorge Pereira	Comandante da 10ªFND/RCA	Chefe da Repartição das Operações do Comando das Forças Terrestres	CFT	11/4/2024
G2	E5	Maj	Carlos Galhano	Oficial de Operações na 2ªFND/RCA	Adjunto do G7 do Comando das Forças Terrestres	CFT	3/5/2024
	E6	Cap	Pedro Sousa	Comandante da Manobra na 8ªFND/RCA	<i>Battle Watch Captain</i> no Comando Conjunto para as Operações Militares (CCOM)	EMGFA	24/4/2024
	E7	Cap	Tiago Faria	Comandante da Manobra na 10ªFND/RCA	Oficial de Operações do Batalhão de Comandos	Regimento de Comandos	15/4/2024
	E8	Cap	André Ramos	Comandante da Manobra na 13ªFND/RCA	Comandante da 1ª Companhia de Comandos	Regimento de Comandos	13/5/2024
	E9	Cap	Ricardo Gonçalves	Comandante de Grupo na 8ªFND/RCA	Comandante da 2ª Companhia de Comandos	Regimento de Comandos	22/4/2024

<b>G3</b>	E10	Cap	Ricardo Pinho	Comandante de Grupo na 10ªFND/RCA	Adjunto do apoio aéreo da Secção de Operações	Regimento de Comandos	16/4/2024
	E11	Cap	Gustavo Francisco	Comandante de Grupo na 5ª e 10ªFND/RCA	Oficial de Justiça do Regimento de Comandos	Regimento de Comandos	2/5/2024
	E12	Ten	João Lisboa	Comandante de Grupo na 13ªFND/RCA	2º Comandante da 1ª Companhia de Comandos	Regimento de Comandos	26/4/2024
<b>G4</b>	E13	TCor	António Farinha	JTAC na 1ª, 4ª e 9ª FND/RCA	JTAC e Comandante do TACP da FAP	Comando Aéreo EMFA	17/4/2024
	E14	Ten	Gonçalo Rodrigues	JTAC na 7ª, 10ª, 12ª e 13ªFND/RCA	Adjunto das Operações do TACP (Reserva de Disponibilidade)	Comando Aéreo EMFA	25/4/2024
	E15	Ten	Valter Rodrigues	JTAC na 8ªFND/RCA	JTAC do TACP da FAP	Comando Aéreo EMFA	10/4/2024
	E16	Ten	Patrick Pires	JTAC na 10ª e 14ªFND/RCA	JTAC do TACP da FAP	Comando Aéreo EMFA	15/4/2024

**Fonte: Elaboração Própria**

## APÊNDICE C – DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Tomei conhecimento que no âmbito do ciclo de estudos do Mestrado Integrado em Ciências Militares na especialidade de Infantaria, se realiza um Trabalho de Investigação Aplicada cujo tema é “O Emprego do *Joint Terminal Attack Controller* (JTAC) em operações de tropas especiais - Estudo de Caso: Tropas Comando na República Centro Africana (RCA)”.

O designado Trabalho de Investigação Aplicada está a ser elaborado pelo Aspirante de Infantaria João Rocha, com a orientação do Tenente-Coronel de Administração Militar David Miguel Pascoal Rosado e coorientação do Tenente-Coronel de Engenharia Eletrotécnica António Manuel Lourenço Farinha e do Capitão Piloto Aviador Vasco Xavier Pinto da Silva Costa.

Com esta declaração, concordo em participar numa entrevista presencial/ telemática, consoante disponibilidade, realizada pelo Aspirante João Rocha, onde será efetuado um conjunto de perguntas previamente definidas.

Declaro ainda que não irei usufruir de qualquer compensação proveniente da entrevista. Após a investigação os resultados poderão ser obtidos através do investigador ou através do Repositório Comum da biblioteca da Academia Militar.

Aceito participar na entrevista proposta.

Assinatura: \_\_\_\_\_

Data: \_\_/\_\_/\_\_\_\_\_

Obrigado pela sua disponibilidade e colaboração

Aspirante de Infantaria

João Rocha

## APÊNDICE D – GUIÃO DA ENTREVISTA

### 1. Informação Fornecida ao Entrevistado

Antes de mais, gostaria de agradecer a disponibilidade e prontidão com que se disponibilizou em participar nesta entrevista. Sou o Aspirante de Infantaria João Rocha e de momento encontro-me a realizar o meu Trabalho de Investigação Aplicada, subordinado ao tema “O Emprego do *Joint Terminal Attack Controller* (JTAC) em operações de tropas especiais - Estudo de Caso: Tropas Comando na República Centro Africana (RCA)”.

Como objetivo geral deste Trabalho de Investigação Aplicada, pretende-se compreender o emprego do JTAC nas diversas operações levadas a cabo pelas tropas comando no teatro de operações da República Centro-Africana e como este pode levar ao sucesso das mesmas.

Sendo assim os objetivos específicos desta investigação são:

- Caracterizar os meios e métodos de atuação de um JTAC e compreender como estes são empregues neste TO.
- Analisar se existe necessidade por parte dos comandantes das FND em empregar estes elementos na força de manobra e se os mesmos valorizam a integração dos JTAC para o cumprimento da missão.
- Compreender as potencialidades e limitações de um JTAC integrado FND na RCA e quais as suas valências neste TO.

### 2. Consentimento de realização de Entrevista

Peço-lhe que leia o documento de consentimento de realização de entrevista e que assine o mesmo como indicado.

### 3. Identificação do Entrevistado

Nome:

Género:

Idade:

Posto:

Função:

Local:

Data:

#### **4. Entrevista**

Todas as respostas dadas nesta entrevista serão alvo de análise posterior sendo o seu conteúdo um dado fundamental para a investigação, pelo que derivado da sua importância peço-lhe que as mesmas sejam o mais completas possíveis.

Caso pretenda realizar uma análise das respostas posteriormente as mesmas serão disponibilizadas. O trabalho final poderá também ser lhe facultado após a sua aprovação sendo que o mesmo estará disponível o Repositório Comum da biblioteca da Academia Militar.

#### **5. Corpo de Questões:**

(Deverá responder de acordo com a função que desempenhou na FND. Se a pergunta não se relacionar com a sua função, não responda.)

**Questão n.º 1:** Considera que a estrutura e organização do TACP está adequada às exigências impostas por este TO?

**Questão n.º 2:** As ROE estabelecidas para este TO limitam a utilização do apoio aéreo e o emprego dos JTAC?

**Questão n.º 3:** Como Comandante/Oficial de Operações, acha que a equipa do TACP que acompanha a força tem os meios necessários para fazer face à ameaça?

**Questão n.º 4:** Como JTAC acha que os meios que lhe são fornecidos são suficientes para cumprir a missão neste TO?

**Questão n.º 5:** Como JTAC, quais foram as principais dificuldades que sentiu neste TO na RCA?

**Questão n.º 6:** Como Comandante/Oficial de Operações, quais foram as principais dificuldades que sentiu em comandar e empregar uma força de outro ramo das forças armadas no apoio à manobra das forças terrestres?

**Questão n.º 7:** Fazia-se apoiar por esta equipa, quando lhe fornecida, aquando do planeamento? Justifique.

**Questão n.º 8:** Quais considera ser as valências desta equipa que levam ao cumprimento da missão, no TO da RCA?

**Questão n.º 9:** Quais considera ser as vantagens e desvantagens de empregar de empregar o JTAC nas operações levadas a cabo no TO da RCA?

**Questão n.º 10:** Que potencialidades e limitações foram identificadas no emprego do JTAC no TO da RCA?

**Questão n.º 11:** Acha necessário o emprego destes elementos, considerando os mesmos como fator decisivo para o sucesso da missão? Justifique.

## APÊNDICE E – QUADRO DE ANÁLISE DO DISCURSO

**Quadro 5 – Quadro de Análise do Discurso**

<b>Questão n.º 1 - Considera que a estrutura e organização do TACP está adequada às exigências impostas por este TO?</b>	
E1	(...) dois JTAC para fazerem a orientação das aeronaves e um técnico responsável pela manutenção e bom funcionamento do equipamento desta mesma equipa era suficiente para o cumprimento da missão, de acordo com a dimensão da força.
E2	(...) considero esta equipa proporcional ao tamanho da força e adequada às exigências impostas pelo TO.
E3	A Equipa do TACP, (...) cumpriu as tarefas que lhe foram atribuídas e contribuiu para o cumprimento da missão (...)
E4	(...) enquadrava-se perfeitamente naquilo que era a orgânica da força (...) desempenharam corretamente as suas funções prestando o seu apoio quando necessitado (...)
E5	(...) estrutura orgânica de pessoal, (...) adequado tendo em conta a realidade do TO e as exigências impostas por este.
E6	A estrutura e organização do TACP (...) permitem que cumpram a missão de forma eficaz e eficiente no RCA. Justifico isso, com o número de controladores aéreos presentes, as suas qualificações, a experiência (repetição de alguns controladores em missões no TO), a disponibilidade de equipamentos e tecnologia, e os procedimentos operacionais em vigor.
E7	Esta equipa é constituída por dois JTAC, revelando-se um número suficiente para que seja bem realizado o controlo e coordenação de aeronaves em apoio à força (...)
E8	Tendo em consideração a quantidade de meios aéreos na RCA e o número de operações envolvendo meios aéreos, a sua disponibilidade e a dimensão da QRF portuguesa, a estrutura e organização do TACP está adequada (...)
E9	Considero que a estrutura e organização do TACP se encontra adequada tendo em contra as necessidades no TO.
E10	(...) a constituição do TACP eram 2 JTAC (...) e um mecânico de rádios (...) sendo que (...) a organização (...) é adequada.
E11	A estrutura e organização do TACP (...) tendo em conta os meios presentes neste TO e a dimensão da força apoiada, está adequada às exigências impostas pela missão.
E12	(...) dois <i>Joint Terminal Attack Controller</i> (JTAC), e um Sargento responsável pela manutenção e bom funcionamento dos meios desta equipa, está mais que adequada tendo em conta a necessidade e consecução de operações aeromóveis, com recurso a aeronaves tais como os MI-17 e AB205 (...)
E13	A equipa do TACP está bem dimensionada para o TO da RCA, face ao escalão da Força Terrestre empenhada e à missão que lhe foi atribuída (...)
E14	(...) considero que é essencial a estrutura do TACP ser constituída por pelo menos 2 JTAC qualificados no TO e um técnico especialista de equipamentos. Adicionalmente, de forma a conferir uma maior flexibilidade e capacidade tanto ao nível do Planeamento como das Operações (...)
E15	O efetivo de três elementos na equipa do TACP é adequado sendo que considera estritamente necessário é a existência de no mínimo dois JTAC (...)
E16	A equipa TACP (...) é composta por dois JTAC, e um militar de manutenção de equipamentos da Força Aérea Portuguesa. A composição da equipa parece-me adequada, considerando a natureza das tarefas desempenhadas pela Força de Reação Rápida (QRF) portuguesa (...)

<b>Questão n.º 2 - As ROE estabelecidas para este TO limitam a utilização do apoio aéreo e o emprego dos JTAC?</b>	
E1	As ROE foram elaboradas segundo o mandato das Nações Unidas, mandato este, que ao abrigo do capítulo sétimo das Nações Unidas, tinha como tarefa principal a defesa e proteção de civis. (...) a utilização da força letal, de acordo com regras de empenhamento em vigor, é autorizada e não limita em nada a utilização dos JTAC.
E2	As ROE preestabelecidas para este TO, restringem a utilização dos meios aéreos e por sua vez, o emprego do JTAC. Referiu também que o emprego dos meios aéreos está escalonado nas ROE, (...) posto isto, a atuação do JTAC em coordenações de CAS está dependente das ROE.
E3	(...) as ROE não “limitam a utilização do apoio aéreo e o emprego dos JTAC”, mas sim regulam os “comportamentos” dos vários intervenientes quanto ao uso da força, responsabilizando os vários patamares da cadeia de comando da componente militar nas Operações.
E4	As ROE preestabelecidas para este TO, não restringiam o emprego do JTAC, mas sim o emprego da força, neste caso concreto, por parte dos meios aéreos (...)
E5	As ROE limitam principalmente a utilização da força letal proveniente dos meios aéreos contra forças à superfície. No entanto considero que as ROE preestabelecidas para o TO da RCA estão adaptadas às necessidades impostas por este teatro e que por sua vez apenas delimitam o emprego do JTAC nas operações de CAS.
E6	Uma resposta mais precisa a essa questão seria necessário ter um acesso à versão completa e atualizada das ROE. Sabendo que as ROE definem as circunstâncias em que o uso da força (...) eu apenas efetuava as necessidades de apoio aéreo e solicitava utilização ao Comandante da QRF, que caso estivesse emanado pelo Force Commander da MINUSCA daria a autorização de abertura de fogo.
E7	As ROE preestabelecidas para este TO, restringem a utilização dos meios aéreos e por sua vez o emprego do JTAC. As ROE restringem principalmente missões em que exista a necessidade de empregar armamento letal ar-terra (CAS) sendo que a ordem para tal é concedida apenas pelo comandante da componente militar da MINUSCA e que pode ser delegada apenas no comandante da QRF.
E8	Sim, as ROE limitam o emprego de armamento real através dos meios aéreos da MINUSCA, sendo que a autorização do emprego destes, está incumbida ao Force Commander da MINUSCA, podendo esta ser delegada apenas no comandante da QRF. Por sua vez, o JTAC também se vê limitado face a estas restrições.
E9	As ROE estabelecidas para este TO não limitam o emprego dos JTAC. O armamento ar-chão é autorizado pelo comandante da componente militar da MINUSCA, e para além dos pedidos de CAS, os JTAC conseguem executar outro tipo de operações.
E10	(...) ROE não existiu nenhum problema com a configuração das aeronaves, no que toca ao armamento e equipamento que levavam, mesmo estando à vista na porta.
E11	(...) não restringiam o emprego dos JTAC, apenas no emprego e utilização de armamento ar-chão, pois esta atuação é apenas autorizada pelo comandante da componente militar da MINUSCA. Posto isto, até porque o JTAC não executa apenas operações de CAS, as ROE não limitam o emprego deste elemento.
E12	As ROE de forma geral, são aplicadas aos militares do terreno (Ground Troops), sem que haja uma especificidade concreta para o emprego de meios aéreos e respetivas considerações para a sua utilização, como por exemplo pedido de Close Air Support (CAS), com recurso a armamento. Os JTAC(...) estão limitados ao uso proporcional e escalado da força, com recurso ao seu próprio equipamento e armamento em caso de contacto no terreno, assim como o emprego dos meios aéreos disponíveis (...) As ROE limitam apenas consoante a hierarquia de autorização necessária para o emprego de meios associados às tarefas da Equipa TACP.
E13	(...) mesmo que autorizado o emprego dos meios aéreos, existem SOP e Memorandos emanados pela missão, e não ROE, que referem que o emprego do armamento aéreo depende da autorização do Mission Force Commander. (...) Existem bastantes limitações e burocracias que acabam por limitar o emprego dos meios aéreos, reforçando que nem existem ROE ou SPINS dedicadas à componente aérea (...)
E14	(...) não está definido com clareza o empenhamento das aeronaves disponíveis em missões de CAS propriamente ditas (...) Neste sentido, o TACP tem tomado diligências, desde 2017, através de inúmeras propostas de alteração e recomendações ao SOP em vigor. No entanto, até à data esses esforços apenas resultaram na promulgação de um Memorandum interno da MINUSCA – MEMO Close Air Support and Deep Air Support de 28MAR2019, que estabelece algumas Técnicas, Táticas e Procedimentos (TTP). Este Memorandum embora seja uma alternativa, ainda não é o ideal, pois mantém-se a necessidade de autorização por parte do FC.

E15	No que diz respeito ao emprego dos meios aéreos em operações de combate, ou seja, empenhamento de armamento aéreo no chão, a sua operacionalização é extremamente restritiva face à burocratização que estas missões sob a égide da ONU exige. (...) existem bastantes limitações e burocracias que acabam por limitar o emprego dos meios aéreos, reforçando que nem existem ROE.
E16	As ROE da MINUSCA estão alinhadas com os princípios da Lei do Targeting dos Conflitos Armados (Distinção, Proporcionalidade e Precaução). A MINUSCA estabelece que a autoridade para o emprego de helicópteros armados em operações ofensivas e defensivas reside no Force Commander. (...) Nas missões de Close Air Support (CAS), é exigido que essas sejam apoiadas por um JTAC, sendo a responsabilidade pelos ataques efetuados atribuída ao Ground Commander. Dado isto, as ROE parecem-me adequadas para o TO.
<b>Questão n.º 3 - Como Comandante/Oficial de Operações, acha que a equipa do TACP que acompanha a força tem os meios necessários para fazer face à ameaça?</b>	
E1	A equipa do TACP (...) estava bem equipada com os meios necessários para a coordenação das aeronaves em apoio à QRF. (...) nunca verifiquei nenhuma falha em algum procedimento devido a uma falha técnica dos seus meios, ao contrário das falhas devido a fatores externos à força portuguesa, como por exemplo: falhas técnicas provenientes dos meios da MINUSCA e falhas técnico-táticas cometidas pelos pilotos estrangeiros que operavam esses meios.
E2	A equipa do TACP (...) estava bem equipada para o desempenho das suas funções enquanto controladores dos meios aéreos em apoio à manobra terrestre (...)
E3	(...) recursos eram os disponíveis naquele (...) Neste sentido, a equipa do TACP contribuiu para o cumprimento da missão da 8FND (Conj)/MINUSCA.
E4	A equipa do TACP (...) estava equipada com os meios necessários para o cumprimento das suas funções (...) sendo que nunca verificou falhas em algum procedimento devido a uma falha técnica dos seus meios.
E5	(...) os meios que os equipavam, e que permitiam tal coordenação, eram suficientes e adequados para o cumprimento das suas tarefas.
E6	(...) confio plenamente na capacidade da equipa TACP de se adaptar e superar esses obstáculos, demonstrando flexibilidade e profissionalismo nas missões mais complexas, garantindo uma comunicação clara e eficiente com os pilotos, otimizando a coordenação e o sucesso das missões.
E7	(...) os meios são adequados às exigências impostas pelo TO sendo que também possuem muita redundância dos mesmos, além da capacidade de manutenção que a própria equipa dispõe.
E8	Nunca evidenciei falhas nos procedimentos técnico táticos destes elementos, provenientes de anomalias nos seus equipamentos, por isso considero que estes estavam bem equipados para fazer face à ameaça neste TO.
E9	(...) nos exercícios e operações que presenciei, as comunicações foram sempre estabelecidas com os pilotos das aeronaves e as tripulações poucas vezes tiveram dificuldades em garantir o apoio pedido pela equipa TACP.
E10	Sim, sem dúvida. Não só conseguem ter olhos no objetivo antes de chegarmos ao local, como também têm meios suficientes para causar pânico e desorganização assim como destruição de objetivos mesmo antes de lá chegarmos.
E11	A equipa do TACP (...) estavam bem equipadas (...) sendo que nunca tiveram problemas em efetuar a ligação com as aeronaves e comunicações com os pilotos.
E12	(...) os meios em termos de comunicações, equipamento e armamento são mais que suficientes para integrarem numa unidade de combate, ficando apenas dependentes dos meios aéreos disponíveis (...) A equipa do TACP possui os meios necessários para executarem o controlo e coordenação de meios aéreos estando apenas limitados à existência dos mesmos.
<b>Questão n.º 4 - Como JTAC acha que os meios que lhe são fornecidos são suficientes para cumprir a missão neste TO?</b>	
E13	O TACP está bem equipado, tanto a nível de equipamentos individuais de combate como de equipamentos dedicados à sua especialidade para realizar o controlo dos meios aéreos do TO. Acrescentou que na realidade a grande limitação é a quantidade e disponibilidade dos meios aéreos, nomeadamente para apoiar a Força em operações de combate.
E14	Face àquilo que é a realidade das Forças Armadas Portuguesas, o TACP está bem equipado. Contudo existem algumas restrições em relação aos meios da ONU: As aeronaves são poucas e nem sempre estão disponíveis para apoiar as missões da QRF; nem todas as aeronaves têm capacidade para executar missões de CAS; e caso seja necessário o empenhamento das aeronaves em apoio às operações militares em zonas mais inóspitas, o tempo disponível para a operação pode ser muito reduzido, devido à autonomia das aeronaves e à grande dificuldade em se criarem pontos de reabastecimento tático.

E15	A equipa do TACP da FAP presente no TO está bem equipada tanto a nível de equipamento individual do combatente, com a nível de material técnico e crítico necessário ao guiamento e controlo das aeronaves.
E16	No que diz respeito aos recursos orgânicos de um JTAC, o TACP fornece todos os equipamentos necessários para cumprir a missão. Isso inclui fardamento, armamento, equipamento individual, equipamento de targeting e comunicações. Por outro lado, as aeronaves que providenciam suporte à missão não são exclusivamente designadas para CAS. Isso implica que o planeamento e a execução de missões envolvendo CAS sejam mais desafiantes.
<b>Questão n.º 5 - Como JTAC, quais foram as principais dificuldades que sentiu neste TO na RCA?</b>	
E13	A falta de TTP e conhecimento das tripulações em missões de CAS, torna esta missão extremamente exigente e de enorme responsabilidade aquando do seu emprego em operações de combate, de evacuações médicas aéreas ou de reconhecimentos aéreos. Ou seja, só são possíveis efetuar determinadas coordenações, planeamento e execução de missões aéreas, dado a experiência e conhecimento cumulativo dos JTAC, que sabem o fim e os efeitos que pretendem, levando as tripulações à sua execução, mesmo dada a falta de conhecimento e TTP destas. Deste modo, têm conseguido de forma milagrosa mitigar danos colaterais e/ou situações de fratricídio.
E14	Possivelmente a dificuldade em obter respostas por parte do Force Headquarters (FHQ) da MINUSCA para fazer face às necessidades da QRF de forma expedita. O “mind set” demonstrado ao nível do FHQ muitas vezes não é o esperado e acaba por condicionar bastante a realização de algumas tarefas, principalmente no que concerne à utilização das aeronaves em apoio à Força.
E15	A principal dificuldade sentida neste TO, foi a falta de liberdade nas ações pois como a MINUSCA é uma missão da ONU, a utilização da força letal restringe a utilização de algumas capacidades das aeronaves em apoio às operações terrestres.
E16	A minha principal dificuldade como JTAC surgiu durante a fase de planeamento. Tive dificuldades na obtenção de informações detalhadas sobre aspetos relevantes da missão, como quais os meios que iriam providenciar suporte, onde estariam posicionados, quais as suas capacidades, procedimentos de ativação, tempo de resposta, capacidade de realizar operações noturnas, etc. Outra questão que causou problemas foi a falta de uniformização nos conhecimentos e procedimentos dentro das tripulações dos contingentes, juntamente com as limitadas oportunidades para realizar treinos e todos os desafios associados à realização dos mesmos.
<b>Questão n.º 6 - Como Comandante/ Oficial de Operações, quais foram as principais dificuldades que sentiu em comandar e empregar uma força de outro ramo das forças armadas no apoio à manobra das forças terrestres?</b>	
E1	Não senti quaisquer dificuldades em comandar e empregar uma força de outro ramo das forças armadas no apoio à manobra das forças terrestres, apesar da equipa do TACP não ter participado integralmente no aprontamento da Força (apenas no exercício final de aprontamento) (...)
E2	Nunca senti quaisquer dificuldades em comandar e empregar uma força de outro ramo das forças armadas no apoio à manobra das forças terrestres pois, procurei sempre integrar o TACP durante o aprontamento de forma a criarem relações entre as forças e a estabelecerem ligações. Acrescento ainda que estes elementos já eram conhecidos da força pois já tinham trabalhado em conjunto em exercícios em território nacional e em outros teatros de operações o que facilitou a sua integração.
E3	Como Comandante não senti quaisquer dificuldades em comandar e empregar estes militares da força Aérea Portuguesa no apoio à manobra das forças terrestres. Os militares foram integrados desde o período de Aprontamento.
E4	Não senti quaisquer dificuldades em comandar e empregar nenhuma das minhas subunidades mesmo sendo o TACP uma força proveniente de outro ramo das forças armadas. Acrescento também que as relações e ligações entre a força foram fortalecidas no aprontamento.
E5	Não senti qualquer dificuldade em empregar estes elementos pois, apesar de não terem estado presentes em toda a fase de aprontamento em território nacional tendo integrado apenas numa fase final, existe à priori um trabalho conjunto que se tem vindo a realizar com estes elementos, ao longo dos anos, em exercícios e em outros TO, facilitando o emprego, integração e interoperabilidade já no teatro.
E6	As principais dificuldades de comandar uma força terrestre e empregar uma força de outro ramo das Forças Armadas, neste caso os JTAC da Força Aérea é na compreensão da manobra terrestre por parte dos JTAC. Como militar de infantaria, o meu foco são as operações em terra, enquanto os JTAC são as Operações aéreas e a coordenação de ataques aéreos com tropas terrestres. Além de cada ramo das Forças Armadas possui a sua própria doutrina militar, cultura e métodos de operação, o que pode gerar desafios na integração e na coordenação de ações conjuntas. O aprontamento antes da missão auxilia na harmonização de (possíveis) diferentes visões e procedimentos, que com o treino conjunto e exercícios frequentes permite chegar a um forte entendimento mútuo. No entanto, como

	comandante de uma tropa especial, posso afirmar que a preparação dos JTAC como força operacional, trazem da sua unidade de origem um processo de treino rigoroso e multifacetado que abrange diversos aspetos teóricos, práticos e operacionais, que rapidamente se ajustam às nossas TTP.
E7	Apesar do TACP ter estado presente na fase do aprontamento, é devido ao trabalho contínuo desenvolvido ao longo dos anos em território nacional nos exercícios conjuntos, que as relações entre as forças e as relações profissionais se têm vindo a fortalecer facilitando assim o comando e coordenação no TO.
E8	(...) pois para além desta equipa ter sido integrada durante a fase de aprontamento, com o intuito de criarem relações e uniformizarem procedimentos, esta equipa já é conhecida pelas forças Comando, já há vários anos, pois o trabalho com estas equipas tanto noutros TO como em exercícios conjuntos em território nacional, tem sido contínuo.
E9	(...) as equipas com quem trabalhei sempre foram muito proativas e profissionais. Considero que a integração desta equipa é feita numa fase tardia do aprontamento e por vezes existe pouco treino. No entanto, tenho a perceção que fruto dos vários exercícios ao longo do ano, a integração e interoperabilidade entre a nossa força e esta equipa colmatam este facto.
E10	(...) não senti dificuldade nenhuma, visto ter sempre apanhado profissionais na área que sempre me apoiaram e aconselharam todas as melhores opções e decisões em cada circunstância (...)
E11	Não senti nenhuma dificuldade em comandar esta equipa por ser de outro ramo das forças armadas, pois o trabalho e coordenação realizado com esta subunidade, advém desde há alguns anos, tendo estes participado em exercícios conjuntos no passado.
E12	Uso de terminologia específica para solicitação de apoios para as tarefas que exigiam meios aéreos (como exemplo o Helicopter Landing Zone (HLZ) Briefing, que consiste num briefing de informação para a aeronave que irá aterrar num determinado local, de forma a garantir que a mesma se encontra num nível de Situational Awareness pretendido); Potencialidades e limitações para o emprego de meios, que incluem deste a autonomia das aeronaves à disposição assim como equipamento e armamento e respetivas restrições; Táticas Técnicas e Procedimentos (TTP) específicas na área de Técnica de Combate e Tiro que tinham de ser adaptadas consoante o Grupo/Pelotão que integravam (como por exemplo a Reação a uma Emboscada, Reação a uma Flagelação, Cordões de Segurança, entre outros).
<b>Questão n.º 7 - Fazia-se apoiar por esta equipa, quando lhe fornecida, aquando do planeamento? Justifique.</b>	
E1	Fazia-me sempre apoiar por esta equipa, tanto no planeamento como no terreno, pois eram eles os especialistas na coordenação dos meios aéreos em apoio à manobra da força terrestre. Delegava o planeamento aos JTAC (nas áreas específicas da coordenação do apoio aéreo, depois de difundida a intenção do comandante (finalidade, tarefas chave e estado final desejado).
E2	Fazia sempre acompanhar por esta equipa, tanto no planeamento como durante as ações. Sendo esta a única equipa qualificada e com o conhecimento necessário para integrar o apoio aéreo nas operações terrestres (...)
E3	Em todas as sessões de Planeamento Operacional, estavam envolvidos o meu Estado-Maior e todos os especialistas de acordo com a necessidade/especificidade operacional de cada missão. No caso particular do TACP, este esteve sempre presente no planeamento operacional porque todas as operações envolviam meios aéreos e/ou sistemas aéreos não tripulados (SANT).
E4	A equipa do TACP participava tanto no planeamento como na execução das ações. (...) fazia parte das competências desta equipa apoiar o comandante no planeamento sendo esta uma equipa qualificada e com o conhecimento necessário para apoiar a integrar do apoio aéreo nas operações terrestres.
E5	(...) o meu planeamento era muito colaborativo, e fazia-me sempre acompanhar e aconselhar por um elemento JTAC, na integração do meio aéreo no planeamento de todas as operações. (...) são estes que possuem o conhecimento necessário sobre os meios aéreos e como os integram no apoio às operações terrestres, sempre em consonância com a intenção do comandante.
E6	Claro que sim, era meu dever, como comandante integrar os JTAC no planeamento, garantindo que eles tinham acesso à informação necessária para realizar o seu trabalho com eficiência. Teria de estabelecer os objetivos claros aos JTAC e prioridades para o emprego do apoio aéreo, alinhando-os com os objetivos gerais da operação militar, de modo que não aja dúvidas na execução da missão.
E7	No TO realizávamos um planeamento conjunto sendo que, por o TACP ser uma equipa qualificada e com o conhecimento necessário para integrar o apoio aéreo nas operações terrestres, era responsabilidade deles a execução do planeamento que abrangesse operações aéreas.

E8	(...) quer no planeamento das operações, ficando incumbido a eles, o planeamento e integração dos meios aéreos, quer durante as operações, indo sempre um deles na minha viatura. Mesmo não existindo meios aéreos atribuídos à força, o papel deles é muito importante no desconflito do espaço aéreo para que sejam utilizados os drones de forma eficaz e sem qualquer incidente.
E9	(...) fazia-me apoiar neles para validarem a exequibilidade de certas modalidades de ação. Quer na confirmação/validação de possíveis HZL, quer na perceção do esquema geral da manobra.
E10	Sim sempre. Não fazemos nenhuma ação sem os olhos no ar. Qualquer tipo de ação planeada por mim que lhes fosse difícil apoiar, arranjava sempre maneira de moldar a mesma para que ficassemos sempre em sintonia. É um potencial de combate enorme que não podemos descartar.
E11	Sempre que me era atribuída uma missão em que me eram fornecidos meios aéreos, que por sua vez era necessário a presença de um JTAC, este fazia sempre parte do meu planeamento e mesmo durante a ação, este ia sempre comigo.
E12	Sempre que havia necessidade do emprego dos meios, ou simplesmente a possibilidade de ter meios aéreos, era crucial, seja na fase no planeamento ou no Brífigue de Ordem de Operações da Companhia/Grupo/Pelotão, que a Equipa TACP tivesse presente e contribuísse, tendo em conta a especificidade técnica da mesma e o Know How crucial para a eficiência da missão.
<b>Questão n.º 8 - Quais considera ser as valências desta equipa que levam ao cumprimento da missão, no TO da RCA?</b>	
E1	(...) aumento significativo das suas capacidades, pois estes permitem o empenhamento e comando e controlo das aeronaves em apoio direto à força terrestre, o que aumenta o potencial relativo de combate (...)
E2	(...) muita formação e certificações específicas NATO, estes constituem-se como agentes facilitadores da integração do apoio dos meios aéreos nas operações terrestres, fazendo com que estes realizassem as suas tarefas de acordo com a intenção do comandante da força. (...)
E3	(...) com a sua formação, competência técnica e meios disponíveis constituiu-se como facilitador em duas grandes tarefas em Operações no âmbito da: - Integração dos meios aéreos das várias componentes aéreas: Reabastecimento e transporte, Reconhecimento aéreo, Apoio aéreo próximo, Demonstração de força - Coordenação com várias entidades para a utilização do espaço aéreo: SANT da 8FND (Conj)/MINUSCA, SANT da MINUSCA. O profissionalismo desta Equipa foi reconhecido pelas 3 componentes aéreas (Paquistão, Bangladesh e Sri Lanka) presentes no TO da RCA.
E4	(...) direcionar aeronaves sejam elas de asa fixa ou asa rotativa contra alvos hostis. (...) agentes facilitadores da integração do apoio dos meios aéreos nas operações terrestres, de acordo com a intenção do comandante da força.
E5	Para além de todas as capacidades de integração e guiamento dos meios aéreos em apoio às forças terrestres, que é a principal valência desta equipa e que leva ao cumprimento da missão, a equipa do TACP também é muito flexível e bastante adaptável às TTP dos comandos (...)
E6	Os JTAC são a ponte de comunicação entre as forças terrestres e as aeronaves de apoio aéreo, garantindo que todos os envolvidos na operação estejam cientes da situação e das intenções uns dos outros (Unidade Manobra e Apoio aéreo). Os JTAC minimizam o risco de mal-entendidos e garantem a sincronização das ações no terreno. Essa comunicação eficaz fortalece a cooperação entre as diferentes unidades e contribui para o sucesso da operação militar como um todo. (...) a presença dos JTAC e o seu trabalho eficaz no terreno inspiram confiança na unidade de manobra, pois sabem que podem contar com o apoio preciso e oportuno, se necessário, elevando o moral da tropa e reforçando a confiança, fatores que são essenciais para o sucesso de qualquer operação militar.
E7	A força, ao possuir JTAC, traduz num aumento considerável das suas capacidades, pois estes permitem fazer o controlo das aeronaves em apoio direto à força terrestre aumentando assim o potencial de combate da mesma. São, portanto, agentes multiplicadores da força.
E8	São militares altamente treinados a nível da técnica individual de combate, mas sobretudo a nível da coordenação e controlo dos meios aéreos em apoio à manobra terrestre, possuindo certificações NATO para tal.
E9	Os JTAC são elementos fundamentais na condução dos vários tipos de operações. Executam o guiamento terminal das aeronaves e apoiam em missões de ISR, show of force, utilização de armamento ar-chão para facilitar a intervenção das forças no terreno, patrulhamentos/deslocamentos. O conhecimento dos JTAC possibilita também a criação e validação de zonas de aterragem improvisadas que são uma mais-valia tanto ao nível do apoio logístico, como à evacuação de feridos.

E10	Para além de ser uma equipa que perceba tudo sobre as aeronaves que “coordena”, ou seja para além de saber todo o potencial de combate que uma determinada aeronave específica tem, tem também de saber coordenar tudo muito bem com o piloto (determinada língua, TTP, etc) (...)
E11	(...) os JTAC possibilitam a execução de operações no âmbito das informações, como a execução de missões de ISR. Também possibilitam a execução de operações de show of force e a utilização de armamento ar-chão em apoio à força de manobra pois, são eles que fazem a ligação com as aeronaves, executam o guiamento terminal e possuem o conhecimento sobre as capacidades dos meios que equipam os helicópteros de forma a evitar danos colaterais. Relativamente ao apoio logístico e à evacuação de feridos, os JTAC contribuem para operações deste tipo, pois são eles que têm o conhecimento para criar zonas de aterragens improvisadas para que as aeronaves possam pousar sem incidentes. Basicamente eles são elementos multiplicadores do potencial de combate da força.
E12	(...) criar uma ligação <i>Air to Ground</i> , fazendo com que haja complementaridade e compreensão tática transversal do que se pretende executar nas tarefas que são atribuídas, (...). A principal valência é “traduzir” o que um Comandante pretende, enquadrado na tática do combate, para a “tática do ar”, de forma que seja falada uma linguagem tática universal entre os vários meios interligados.
E13	A grande valência desta equipa (...) permite ao seu Comandante ser apoiado por meios aéreos, considerando assim cada JTAC como um multiplicador de força, tanto e missões de combate – CAS, como de apoio a evacuações médicas aéreas ou de reconhecimento aéreo (...)
E14	(...) elo de ligação principal entre a Força e a componente aérea da MINUSCA. Não só relativamente ao CAS, O TACP tem também apoiado a Força fundamentalmente no planeamento e execução de voos de reconhecimento, evacuações aéreas, e coordenação do espaço aéreo sempre que necessário, nomeadamente quando o UAS da Força é empregue (...)
E15	A equipa do TACP permite fazer a ligação com os meios aéreos de combate, no sentido de realizar missões de CAS, Air Medevac e reconhecimentos aéreos de forma a permitir à força, mapear e recolher informações sobre algum quesito específico sobre o adversário no apoio à realização de operações futuras. Acrescento ainda que o TACP também executa marcações de zonas de aterragem das aeronaves e escoltas. Em regra geral, (...) o JTAC é um multiplicador da força.
E16	(...) o TACP é responsável pelo emprego de armamento ar-terra, pelo planeamento e execução de voos de reconhecimento, pela seleção, preparação e operação de zonas e pistas de aterragem não preparadas (Tactical ATC), e pela gestão do espaço aéreo na área de operações. (...) Um aspeto positivo verificado nos JTAC que compõem a QRF portuguesa nas últimas FND é a experiência acumulada no TO, resultante das suas missões anteriores. (...) um JTAC apoia qualquer operação desde a fase de planeamento (através de reconhecimentos aéreos, cálculo estimado de tempos de evacuação e identificação de possíveis Helicopter Landing Sites ou Tactical Landing Zones que podem ser utilizadas durante as operações) (...)
<b>Questão n.º 9 - Quais considera ser as vantagens e desvantagens de empregar de empregar o JTAC nas operações levadas a cabo no TO da RCA?</b>	
E1	Como vantagens, refiro que esta equipa fornece à força um aumento considerável das suas capacidades, não só no uso da força (incluindo a força letal proveniente do fogo realizado a partir dos meios aéreos disponibilizados para a missão), mas também, um aumento das capacidades da Força para missões de reconhecimento, evacuação, transporte, reabastecimento e escoltas com recurso a meios aéreos, incrementando assim a manobra, a segurança e proteção da força (...) Não evidencio nenhuma desvantagem.
E2	Como vantagens, refiro que o JTAC é um indivíduo muito bem treinado e possuidor de elevadas competências facilitadoras do cumprimento da missão constituindo-se como um agente multiplicador da força, pois o seu emprego aumenta o potencial relativo de combate da mesma. Acrescento que, o emprego destes elementos aumenta o leque de operações possíveis de serem efetuadas pelo força, nomeadamente missões que requerem o emprego de armamento letal ar-terra proveniente dos helicópteros em apoio às forças terrestres (CAS), missões de reconhecimento aéreo, essenciais ao planeamento de missões futuras, escoltas, evacuação, transporte e reabastecimentos aéreos de pessoal e material. Só se evidencia a utilização dos meios aéreos em apoio direto à Força se o controlo for feito pelo Comandante da força terrestre, materializado assim pelo JTAC. Não evidencio nenhuma desvantagem.
E3	A grande vantagem do emprego do TACP (...) estava relacionada com o (...) apoio dos meios aéreos nas Operações, como referido anteriormente. Desvantagem propriamente dita, não houve, mas sim eventual dificuldade no âmbito da Interoperabilidade, pelo facto da Equipa do TACP possuir armamento individual diferente da Força.
E4	Como vantagens, os JTAC são indivíduos muito bem treinados, que possuem elevadas competências e são qualificados, constituindo-se dessa forma como facilitadores do comandante para o cumprimento da missão. (...) é responsabilidade deste fazer a coordenação dos meios aéreos em

	apoio às forças terrestres, aumenta-se o potencial de combate da Força, aumentando assim o leque de tarefas/possibilidades a serem realizadas (...) Não evidencio nenhuma desvantagem.
E5	(...) a integração dos meios aéreos em apoio à força de manobra de forma segura e com risco de danos colaterais bastante reduzido. (...) capacidade de realização de operações de reconhecimento e Air Medevac. Não evidencio nenhuma desvantagem no emprego do JTAC.
E6	(...) conhecimento das doutrinas e regulamentos militares relacionados ao apoio aéreo, incluindo as ROE, os tipos de missões aéreas e as diferentes plataformas de aeronaves. Eles estavam familiarizados com os sistemas de armas e equipamentos utilizados pelas aeronaves de apoio aéreo presentes no teatro, incluindo os seus recursos, capacidades e limitações, o que me deixavam completamente descansado no apoio aéreo. (...)
E7	O equipamento de topo que estes possuem, o que contribui para uma melhor coordenação dos meios aéreos em apoio às forças no solo, com um menor risco associado. Executam um planeamento bastante minucioso e pormenorizado para diminuir o risco de falha, elevando assim a probabilidade de sucesso da missão aérea. Por serem poucos, os elementos que constituem esta equipa possuem bastante experiência facilitando o sucesso da missão. A inexistência de militares com esta formação pertencentes mesmo à unidade de manobra, neste caso os Comandos, sendo que estes têm de ser fornecidos pela FAP, considero uma desvantagem.
E8	O treino e a experiência adquirida por estes elementos, garante um emprego dos meios aéreos de forma eficiente, dando um contributo elevado às forças terrestres. Podemos evidenciar isto, na execução de um pedido de Air-Medevac, processo este que, que no TO da RCA é bastante complexo de se realizar devido aos procedimentos implementados na MINUSCA, sendo que a utilização do JTAC, é mais eficiente. Não considero nenhuma desvantagem.
E9	(..)os JTAC são elementos muito bem treinados e especializados. Os meios que têm disponíveis quer ao nível das comunicações e referenciação facilitam bastante o cumprimento das missões, sendo estes elementos potenciadores de combate. Não encontro desvantagens no emprego do JTAC em operações.
E10	(...) integração de potencial de combate gigantesco, tanto a nível de poder de fogo, como demonstração de forças, transporte de forças, MEDEVAC, vigilância, etc. As únicas desvantagens que possa encontrar aqui será mesmo como utilizar e enquadrar um JTAC num grupo de combate. Ou seja, para o mesmo caber na minha viatura, tem que se retirar um elemento, e se vierem os 2, tem que se retirar 2 elementos, o que pode diminuir o potencial de combate próximo. É também mais um elemento para nos preocuparmos, não só o RTL mas sim também o JTAC, que anda sempre atrás de nós, e poderá assim aumentar a nossa exposição.
E11	(...) individuo muito bem treinado e especializado, sendo possuidor de elevadas competências facilitadoras ao cumprimento da missão. (...) constitui-se como um agente multiplicador do PRC da força. (...)
E12	As principais vantagens é o ponto de ligação e acesso aos meios aéreos e todas as suas potencialidades e valências para uso no combate ou em operações, assim como o aumento do potencial de combate e recursos em termos de capacidade de projeção, poder de fogo e reconhecimento pelos respetivos meios (...). As desvantagens prendem-se apenas às limitações de acesso a meios aéreos sob a égide da ONU.
E13	(...) os JTAC providenciam à força um aumento considerável das suas capacidades, não só no planeamento e execução de missões de CAS, mas também nas referidas missões de evacuação médica aérea, de reconhecimento (...)
E14	A probabilidade de sucesso em todas as tipologias de missão com integração dos meios aéreos é muito maior quando levadas a cabo pelo TACP. A presença dos JTAC da Força e as TTP executadas por estes, não só são determinantes para a execução deste tipo de missões, como devem também transmitir uma maior confiança tanto aos militares da QRF, e principalmente ao Comandante da Força, bem como às tripulações dos helicópteros da MINUSCA.
E15	Como vantagens, refiro que o JTAC permite ao comandante da força ter olhos no céu, ajudando assim na tomada de decisão, explorar o espaço aéreo em detrimento das operações de reconhecimento e aumentar o potencial relativo de combate da força permitindo executar missões de CAS e operações ofensivas (...)
E16	Um JTAC apresenta-se como um force multiplier. (...) estão associadas às capacidades que ele traz para o campo de batalha e que apenas estes conseguem desempenhar dada a especificidade e tecnicidade da missão que desempenham.

	A única desvantagem da integração de um JTAC é a necessidade de rearticulação das equipas que apoia, o que me parece redutor tendo em conta as vantagens apresentadas. Essa desvantagem geralmente é superada com o treino adequado e uma boa comunicação entre o JTAC e as equipas.
<b>Questão n.º 10 - Que potencialidades e limitações foram identificadas no emprego do JTAC no TO da RCA?</b>	
E1	(...) JTAC funciona como um fator multiplicador da força, garantindo um maior leque de operações, devido não só a um aumento significativo do PRC da força, mas também à variedade de meios ao dispor, sendo muito significativo a capacidade do apoio prestado pelas aeronaves às tropas no terreno, incrementado capacidades e valências muito significativas (...) Como limitações, refiro apenas as condições climatéricas adversas e a disponibilidade dos meios aéreos.
E2	(...) existência de um aumento significativo do potencial relativo de combate (...) como limitações, as condições climatéricas adversas que podem constituir entraves à utilização das aeronaves e a disponibilidade dos meios aéreos. (...)
E3	(...) aumento significativo do potencial relativo de combate relativamente à ameaça, o que leva a um melhor cumprimento da missão. Não evidencio nenhuma limitação.
E4	(...) aumento do potencial de combate da força (...) limitações referentes aos meios aéreos pertencentes à MINUSCA, nomeadamente escassez dos mesmos e também a necessidade de coordenações adicionais por forma a se uniformizarem procedimentos.
E5	(...) incrementa novas capacidades na força terrestre, aumentando o seu potencial de combate e o seu espectro de operações passíveis de serem realizadas. Como limitações, refiro a inexistência de meios de transporte e proteção orgânicos a estes elementos, sendo que estes têm de ser agregados a uma viatura (...) a tipologia de armamento que difere da restante força, neste caso da RCA, proporcionando, a nível logístico, uma menor interoperabilidade em termos do equipamento individual do combatente.
E6	(...) alta precisão na coordenação do apoio aéreo dos ataques contra alvos inimigos; a maior eficiência e minimização do risco de baixas civis; e danos colaterais. Facilitam também a comunicação entre as forças terrestres e as aeronaves, assegurando a sincronização das ações, além de que me forneciam uma visão aérea do campo de batalha, permitindo uma melhor avaliação da situação tática e a tomada de decisões mais adequadas (...)
E7	A aumento do potencial de combate da força e o aumento das capacidades da força em realizar novos tipos de operações são potencialidades provenientes do emprego do JTAC. Os limitados meios aéreos existentes associados também à falta de armamento que os equipam e as condições climatéricas evidenciadas no TO, são limitações ao emprego de aeronaves em apoio da força de manobra o que por sua vez, são limitações ao emprego do JTAC.
E8	(...) é um agente multiplicador do PRC da força, podendo executar outro tipo de missões, com menos risco para as nossas forças. Relativamente às limitações, refiro mais limitações dos meios aéreos da MINUSCA do que propriamente dos JTAC, no entanto estas estão relacionadas. Nomeadamente, escassez dos meios aéreos, capacidades a nível de armamento destas aeronaves, restrições ao emprego destes meios impostas pelos países que garantem as unidades de aviação da MINUSCA, nomeadamente os voos noturnos e a falta de procedimentos NATO, também por parte das tripulações, o que gera, já no terreno, treinos adicionais para uniformização de TTP.
E9	(..) fazer a ligação e coordenação dos meios aéreos, possibilitando a execução de operações de vigilância e reconhecimento, CAS, show of force e apoio logístico. Não identifiquei limitações. A única dificuldade em TO é alocar os meios pretendidos (ex: helicóptero de ataque) uma vez que os meios aéreos da MINUSCA nem sempre estão disponíveis.
E10	(...) Vigilância atempada, MEDEVAC, Transporte de sobressalentes para projeções, reconhecimento de itinerários e objetivos, apoio no planeamento. Como limitações, evidencio os tempos de voo devido aos combustíveis nem sempre ajudavam a realizar em tempo oportuno o que era necessário, balizar uma ZA/ZL não era fácil naquele TO, e requeria muitos homens para montar segurança, as TTP dos pilotos de outros países por vezes dificultavam a manobra.
E11	(...) realizar variar operações com o apoio dos meios aéreos. Operações no âmbito das informações, operações de combate (AI, CAS e show of force) e operações no âmbito do apoio logístico e evacuação. Relativamente a limitações, não refiro nenhuma que esteja diretamente ligada com o emprego do JTAC da FAP mas sim, limitações dos meios aéreos da MINUSCA, pois nem sempre estes estão disponíveis ou quando estão disponíveis, não têm as capacidades necessárias ou ideais para a missão e a linguagem utilizada pilotos também não é a de melhor compreensão por parte dos JTAC.
E12	(...) ligação estabelecida entre as unidades no terreno com os meios aéreos e o respetivo acesso às suas valências.

	A nível de limitações, estes elementos não possuem meios de projeção próprios, ficando sempre agregados e dependentes dos meios da força que estes apoiam (...) Outra limitação, que vai condicionar o emprego do JTAC, está relacionada com os meios aéreos, que podem, na maior parte das vezes, não estar disponíveis.
E13	(...) aumento significativo do potencial de combate da Força, pois estes assumem-se como um multiplicador de força, contribuindo indubitavelmente para a própria segurança, sobrevivência e proteção da mesma. (...) em relação às limitações no TO da RCA, referiu novamente a questão da quantidade, tipo e disponibilidade dos meios aéreos que a MINUSCA possui ao seu serviço, tal como a falta de conhecimento e TTP das tripulações.
E14	O treino e a experiência dos JTAC potencializam a Força com capacidades que, como já foi referido, possibilitam e aumentam a probabilidade de sucesso destas operações, sempre com vista à segurança tanto do próprio meio aéreo como das forças no terreno. Quanto às limitações, assentam-se mais nas próprias limitações ao nível da MINUSCA e dos meios aéreos disponíveis.
E15	(...) coordenação dos meios aéreos em apoio às operações terrestres, diminuindo assim os danos colaterais, esta equipa também tem a capacidade de influenciar o comandante da força na tomada de decisão. Como limitação, exponho a inexistência de meios aéreos portugueses integrantes da MINUSCA o que facilitaria em muito a utilização dos meios devido a coordenações (...) os meios aéreos da MINUSCA são provenientes de outros países e que nem sempre estão disponíveis para apoiarem a QRF portuguesa ou quando estão, podiam não ter o equipamento necessário. (...) estes meios por serem de países não pertencentes à NATO, os pilotos dos mesmos tinham TTP diferentes dos JTAC portugueses, sendo necessário uma maior coordenação.
E16	(...) a capacidade de utilizar de forma eficaz os meios aéreos disponíveis, otimizando sua utilização, mesmo diante das limitações existentes. (...) oferece apoio crucial ao Comandante na tomada de decisões durante as fases de planeamento e execução, uma vez que as operações aéreas desempenham um papel significativo na condução das operações terrestres. As limitações identificadas estão relacionadas com a escassez de meios aéreos disponíveis, a ausência de um plano de comunicações claro, a falta de comunicações seguras, a ausência de uma gestão adequada do espaço aéreo, as dificuldades em realizar treinos regulares (...)
<b>Questão n.º 11 - Acha necessário o emprego destes elementos, considerando os mesmos como fator decisivo para o sucesso da missão? Justifique.</b>	
E1	(...) não considero decisivo, mas significativo o seu emprego. Acrescento ainda que o que faz com que o empenhamento do JTAC seja considerado essencial é o tipo de missão e as circunstâncias envolventes (missão, ameaça, terreno/área de operações, meios e tempo disponível).
E2	É altamente necessário o emprego dos JTAC pois contribuem para o sucesso das operações, no entanto, não considero decisivo, mas significativo (...) o emprego do TACP é fundamental e constitui-se como parte integrante da força.
E3	É necessário (...), proporcionando novas valências ao apoio prestado à manobra da força terrestre, no entanto, não considera o emprego dos mesmos como fator decisivo para o cumprimento da missão, estando incumbida essa tarefa às forças Comando integrantes na manobra (...)
E4	(...) acrescento que todas as subunidades, incluindo naturalmente o JTAC, tiveram a sua importância no decorrer da missão na RCA, considerando que todos foram decisivos para o sucesso da mesma.
E5	Considero decisivo, para o sucesso da missão neste TO, a tipologia de forças comando, que de acordo com a sua natureza e com o tipo de tarefas que realizam onde a surpresa a velocidade e a violência e precisão do ataque são fatores essenciais para o sucesso. Não considero o emprego do TACP como fator decisivo, mas sim, como um fator que exponencia muito a probabilidade do sucesso da missão.
E6	Garantidamente que a utilização do apoio aéreo e o emprego de JTAC no RCA são uma mais-valia na proteção dos civis, na estabilização do país e no cumprimento da missão (...)
E7	Tendo em conta a tipologia de operações que estão a ser realizadas neste TO, o emprego dos JTAC torna-se cada vez mais necessário e decisivo para o sucesso da missão.
E8	Considero, o emprego desta equipa muito necessário, considerando até, como sendo agentes facilitadores do cumprimento da missão.
E9	Considero decisivo o papel dos JTAC no TO RCA. Sem a sua presença seria muito mais difícil o cumprimento das diversas missões, e o risco associado a cada uma delas seria maior, uma vez que são eles que fazem a ligação com os “olhos no ar”. O trabalho dos JTAC contribui significativamente para o aumento do potencial de combate.
E10	Sem dúvida que sim. São militares muito completos e profissionais na área e principalmente naquele TO. (...) A equipa TACP é das forças mais importantes para as tropas do chão (...)

E11	Acho decisivo o seu emprego pois, tendo em consideração todas as características envolvidas neste TO da RCA, sem os meios aéreos e, por sua vez, sem os JTAC para controlarem estes meios, seria mais difícil e com um risco maior associado, cumprir as missões atribuídas à força portuguesa.
E12	Considero que uma Equipa TACP permite um aumento da eficiência no cumprimento da missão, com extremo valor para Operações de Reconhecimento com recurso a meios aéreos, não obstante da Secção Mini UAV que integra também a FND, assim como o emprego da capacidade de transporte rápida via vetor aéreo, e possível emprego de meios de fogo, através de pedidos CAS, ou simplesmente para efetuar Show of Force em determinados momentos cruciais (...)
E13	Os JTAC são fundamentais no planeamento e execução de todas as Operações Aéreas de apoio à Força, e neste aspeto considera-os como decisivos. No entanto, e face à realidade do TO, caso a Força não tivesse esta capacidade, tal como todas as outras que na RCA operam, poderia executar as mesmas missões, mas assumindo um incremento enorme no risco, exposição, sobrevivência e segurança da mesma, tal como comprovam as ações executadas até ao momento. Concluindo assim, que na sua opinião o não emprego dos JTAC poderia afetar os sucessos alcançados pela QRF portuguesa.
E14	A presença do TACP permite dotar a Força de um perfeccionismo e profissionalismo acrescido no que concerne às Operações com as Unidades de Aviação pelo simples facto desta equipa entender e estar consciente não só das necessidades e capacidades da manobra como também dos meios aéreos, o que se traduz numa maior eficiência e segurança para todos durante a execução destas missões (...) embora não estejamos a trabalhar com Forças NATO na MINUSCA, considero que se devam manter os standards elevados, sendo a presença do TACP essencial para tal.
E15	Considera o seu emprego como decisivo e que a prova disso é que estes elementos têm sempre sido empregues em todas as operações realizadas neste TO, pois só eles é que conseguem estabelecer a ligação da força terrestre com os meios aéreos de forma que estes sejam empregues com vista a apoiarem a mesma.
E16	Considerando as operações conduzidas no TO, é fundamental a presença de um JTAC. A realização de reconhecimento aéreo representa uma capacidade distinta na fase de planeamento, enquanto a habilidade de seleccionar e operar HLS em áreas remotas, tanto de dia quanto à noite, reduz drasticamente o tempo necessário para evacuar um militar ferido. Este tempo, que poderia se estender por vários dias por via terrestres, é significativamente reduzido para questão de horas. Além disso, a presença de um JTAC assegura a capacidade de empregar armamento ar-chão durante as operações, minimizando o risco de fratricídio. Adicionalmente, o JTAC proporciona uma capacidade de early warning, reportando possíveis ameaças e movimentos inimigos no terreno. Todas essas capacidades estão intrinsecamente ligadas à gestão do espaço aéreo, onde helicópteros, UAV da MINUSCA, UAV orgânicos da QRF e armas de tiro curvo partilham o mesmo espaço aéreo. É vital desconflitar estes agentes para evitar acidentes e garantir a eficácia das operações.

**Fonte: Elaboração Própria**

# ANEXOS

## ANEXO A – MAPA DA REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA



Figura 1 – Mapa da República Centro – Africana

Fonte: ONU (2024)

## ANEXO B – MAPA DAS FORÇAS REBELDES

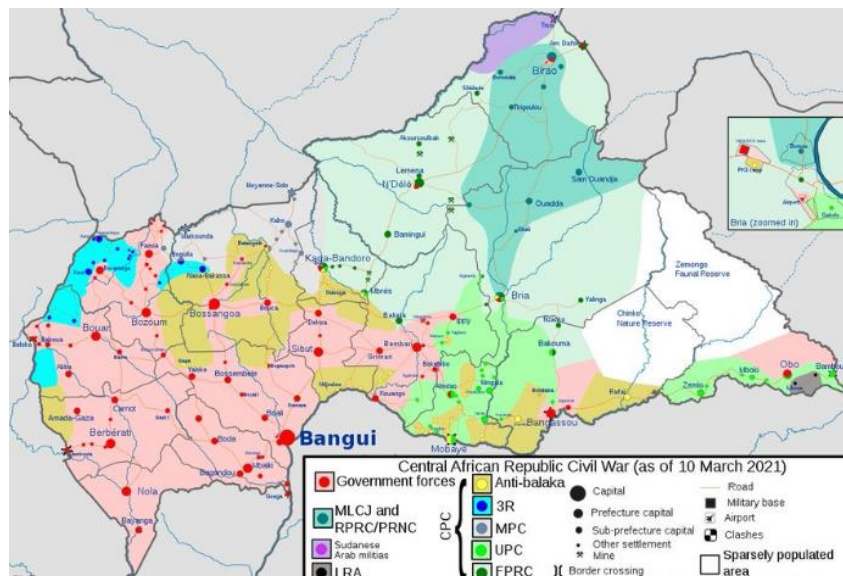


Figura 2 – Mapa das Forças Rebeldes

Fonte: Bozzo et al. (2021)

## ANEXO C – EFETIVO DA MINUSCA

Deployed number of personnel as of November 2023



Authorised number of personnel



Figura 3 – Efetivos na MINUSCA em novembro 2023

Fonte: ONU (2023)

## Anexo D – PAÍSES QUE CONTRIBUEM PARA A MINUSCA

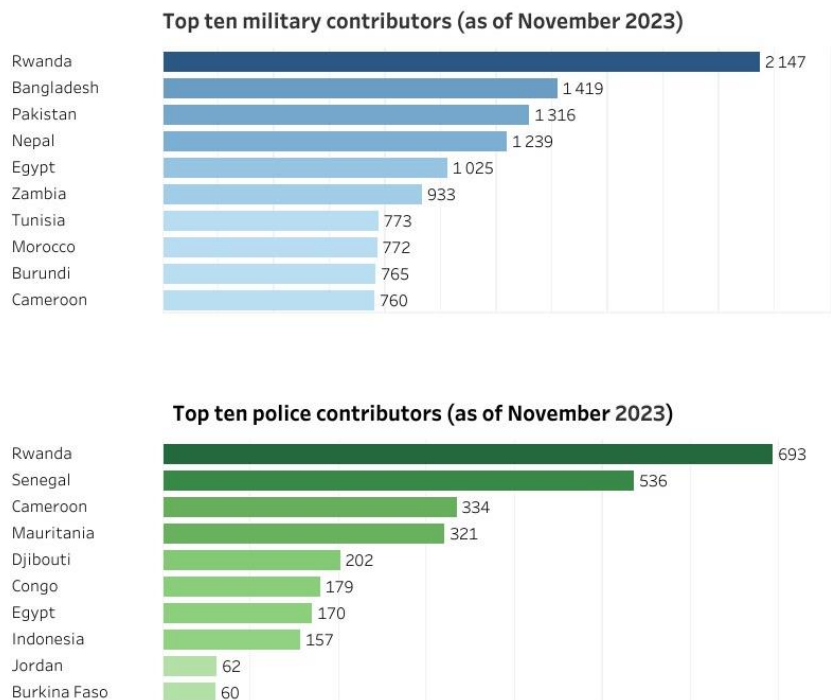


Figura 4 – Países que mais contribuíram com militares e policia para a MINUSCA a novembro 2023

Fonte: ONU (2023)

## ANEXO E – MAPA DA COMPONENTE MILITAR DA MINUSCA

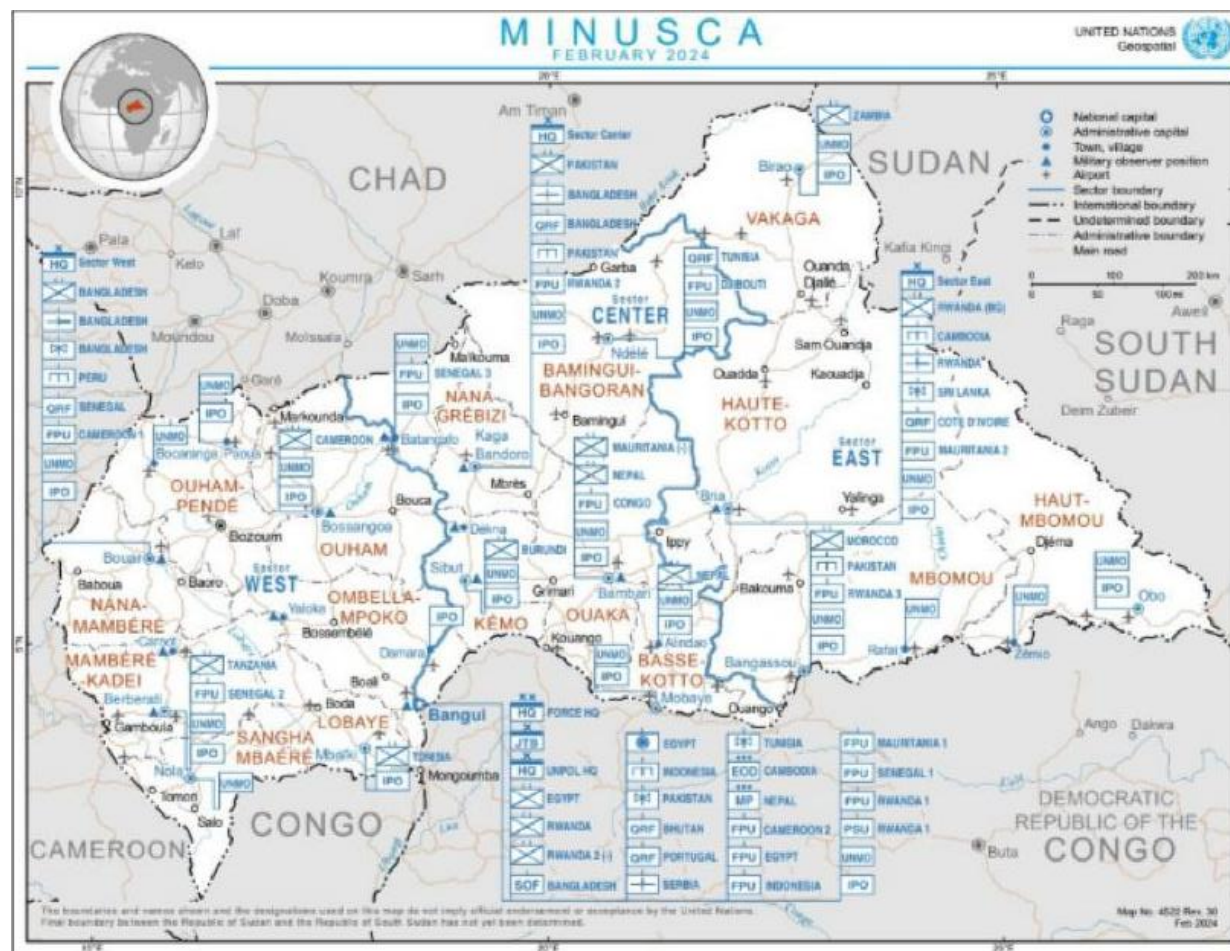


Figura 5 – Mapa das forças militares da MINUSCA na RCA

Fonte: ONU (2024)

ANEXO F – ORGRANOGRAMA DA MINUSCA

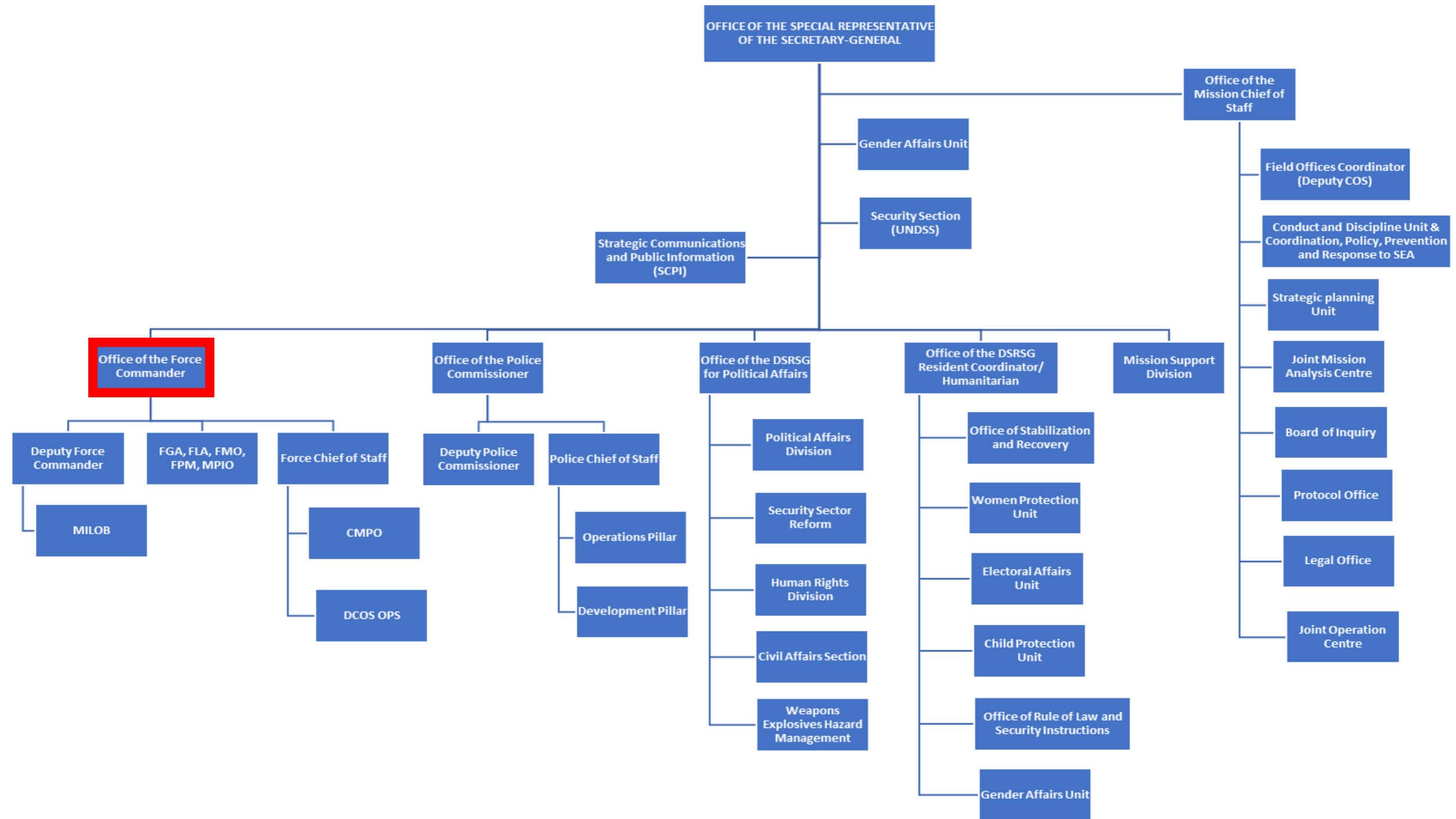


Figura 6 – Organograma da MINUSCA na RCA

Fonte: Araújo (2024)

## ANEXO G – ORGRANOGRAMA DO BATALHÃO DE COMANDOS

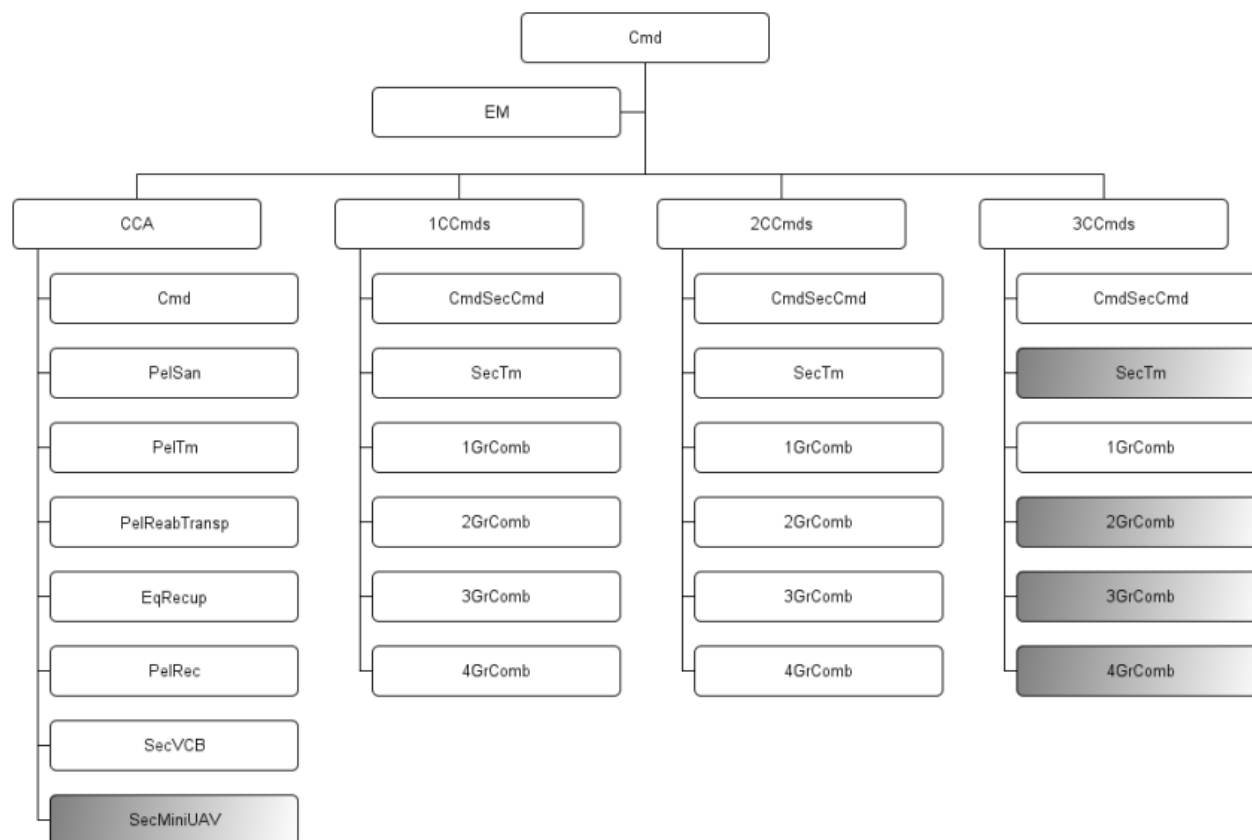


Figura 7 – Organograma do Batalhão de Comandos

Fonte: EME (2017)

## ANEXO H – ORGRANOGRAMA DA QRF PORTUGUESA

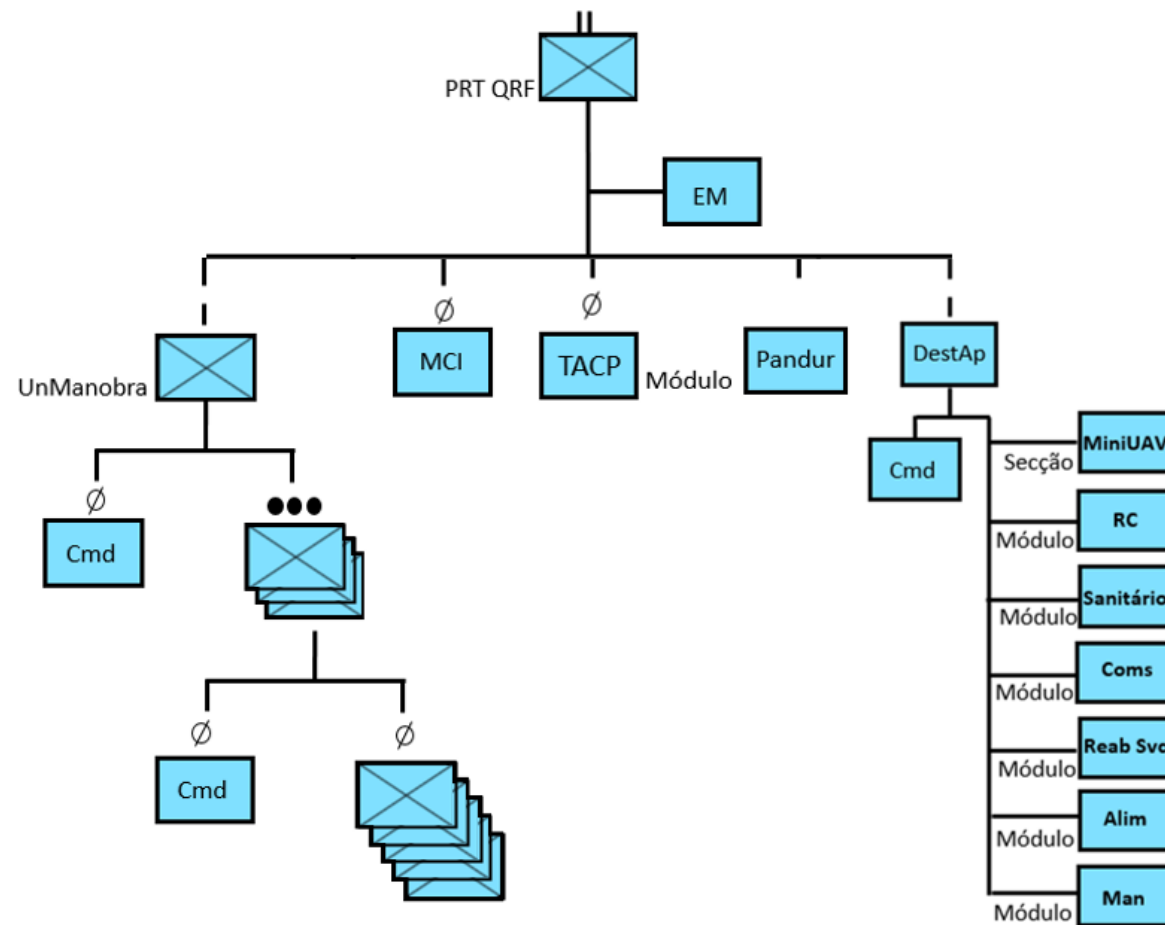


Figura 8 – Organograma da QRF Portuguesa na RCA

Fonte: Adaptado de Araújo (2024)

## ANEXO I – MEIOS DA QRF PORTUGUESA

Quadro 6 – Meios da QRF Portuguesa

<b>Armamento</b>	Espingarda de Assalto SCAR L 5.56MM
	Espingarda de Assalto SCAR H 7.62MM
	Pistola Glock 17
	Metralhadora Ligeira FN Minimi 5.56MM
	Metralhadora Média FN Minimi 7.62MM
	Lança Granadas 40MM FN LG40
	Lança Granadas 40MM M/GL6
	Benelli SuperNova .12
	Pistola Metralhadora MP5 9MM
	Metralhadora Pesada Browning 12.7MM
<b>Meios de Apoio de Combate</b>	Carl Gustaf 84MM M2
	Morteirete 60MM M/68 - FBP
	Sistema RAVEN
	Drone com Camara Térmica
<b>Viaturas Blindadas</b>	URO VAMTAC ST5 Basic
	URO VAMTAC ST5 Posto de Comando
	URO VAMTAC ST5 Ambulância
	PANDUR II 8X8 VBTP
	PANDUR II 8X8 RWS
	PANDUR II 8X8 Ambulância
	PANDUR II 8X8 RV

Fonte: Adaptado de CFT (2020)

## ANEXO J – MEIOS AÉREOS DA MINUSCA

Quadro 7 – Meios Aéreos da MINUSCA

Aeronaves	Capacidades
AB-205 (TUNAV)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sensores FLIR</li> <li>• FN MAG e MINIGUNS</li> <li>• Pods de Rockets 70MM</li> </ul>
MI -17 (PAKAV)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não possui nenhum tipo de armamento</li> </ul>
MI -17 (SRIAV)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pods de Rockets 70MM</li> <li>• Canhão Automático 23MM</li> </ul>
MI -17 (BANAV)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pods de Rockets 70MM</li> <li>• Canhão Automático 23MM</li> </ul>

Fonte: Adaptado de Costa (2024)

## ANEXO K – MEIOS DOS JTAC

Quadro 8 – Meios dos JTAC

Tipologia	Designação
Comunicações	E/R PRC117F
	E/R PRC117D
	E/R PRC117G
	E/R PRC152 V1 (S/GPS)
	E/R PRC152 V2 (C/GPS)
	Telemóvel Satélite THURAYA
Identificação e Localização	GPS GARMIN OREGON 650T
	LIGHT/INFRARED STROBE MS-2000M
Identificação, Aquisição e Guiamento	Estação Meteorológica KESTREL 4500
	IR Pointer IZLID 1000P
	Laser Range Finder VECTOR LEICA 21
	Laser Range Finder MOSKITO
	Telemóvel com Software de Navegação e <i>Targeting Tactical Attack Kit (TAK)</i>

Fonte: Adaptado de Guerra (2024)